

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CAMILA TOMAZZONI MARCARINI

**AS SUJEITAS POLÍTICAS E A FORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE: ENCONTROS
DE MULHERES ESTUDANTES DA UNE 2003 – 2015**

**PORTO ALEGRE
2017**

CIP - Catalogação na Publicação

Marcarini, Camila Tomazzoni

As sujeitas políticas e a formação na universidade:
Encontros de Mulheres Estudantes da UNE 2003 - 2015
/ Camila Tomazzoni Marcarini. -- 2017.

170 f.

Orientadora: Maria Elly Herz Genro.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Universidade. 2. Feminismo. 3. Auto-
organização. I. Genro, Maria Elly Herz, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CAMILA TOMAZZONI MARCARINI

**AS SUJEITAS POLÍTICAS E A FORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE: ENCONTRO
DE MULHERES ESTUDANTES DA UNE 2003 – 2015**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Elly Herz Genro

Porto Alegre
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Rui Vicente Oppermann

Vice-reitora: Jane Fraga Tutikian

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Diretor: Cesar Valmor Machado Lopes

Vice-diretora: Magali Mendes de Menezes

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Coordenador: Luís Henrique Sacchi dos Santos

Coordenadora substituta: Fabiana de Amorim Marcello

CIP - Catalogação na Publicação

Marcarini, Camila Tomazzoni
As sujeitas políticas e a formação na universidade:
Encontros de Mulheres Estudantes da UNE 2003 - 2015
/ Camila Tomazzoni Marcarini. -- 2017.
170 f.
Orientadora: Maria Elly Herz Genro.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Universidade. 2. Feminismo. 3. Auto-
organização. I. Genro, Maria Elly Herz, orient. II.
Titulo.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CAMILA TOMAZZONI MARCARINI

**AS SUJEITAS POLÍTICAS E A FORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE: ENCONTROS
DE MULHERES ESTUDANTES DA UNE 20033 – 2015**

Esta Dissertação foi analisada e julgada adequadamente para a obtenção do título de Metra em Educação e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Elly Herz Genro – UFRGS

Prof^o. Dr. Jaime José Zitkoski – UFRGS

Prof^a. Dra. Jussara Reis Pra – UFRGS

Prof^a. Dra. Teresa Cunha - Universidade de Coimbra/UC

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

RESUMO

A presente dissertação apresenta contribuições das estudantes universitárias para pensar a universidade e sua formação, a partir de uma perspectiva feminista. As estudantes auto-organizadas têm sido responsáveis pelo fortalecimento do feminismo no movimento estudantil, universidade e sociedade. Uma importante contribuição é a reflexão sobre os processos de formação, a partir de uma visão crítica da universidade. A auto-organização é espaço de protagonismo coletivo das estudantes, e lugar singular de formação humana, ética, política, profissional. O objetivo do trabalho foi aproximar feminismo e universidade, possibilitando um olhar crítico das marcas do patriarcado na vida das mulheres, na sociedade e na universidade. A temática mostrou-se relevante para resgatar e potencializar o papel da universidade na superação das desigualdades sociais. As estudantes são protagonistas dos espaços de auto-organização, como os Encontros de Mulheres Estudantes da União Nacional de Estudantes (UNE) - (EMEs), e no combate ao machismo dentro do movimento estudantil. O protagonismo das estudantes feministas fortalece a presença e participação política das mulheres, auxilia na compreensão dos impactos do patriarcado em suas vidas, ressignifica os papéis sociais de mulheres e homens. As fontes de pesquisa foram seis entrevistas com as Diretoras de Mulheres da UNE, e as Cartas dos EMEs no período de 2003 a 2015. Para a realização da pesquisa utilizei as abordagens metodológicas do estudo de caso ampliado/estendido, de Burawoy (2014), e a pesquisa participante de Brandão e Streck (2006). Algumas autoras e autores, como Santos, B. (2005), Faria (2005), Perrot (2015), Silva (2014), entre outras e outros, contribuíram para pensar a universidade, o feminismo e a formação humana. As estudantes apresentam reivindicações, como a criação de ouvidorias nas universidades que atendam os casos de violência, a revisão dos currículos e da formação oferecida, políticas de assistência estudantil atentas às especificidades das estudantes e a realidade da divisão sexual do trabalho. Reafirmar a relação entre patriarcado, capitalismo, racismo e colonialismo é fundamental para pensar o papel da universidade e da formação humana na superação das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Universidade. Feminismo. Auto-organização.

RESUMEN

La presente disertación presenta contribuciones de las estudiantes universitarias para la universidad e su formación, a partir de una perspectiva feminista. Como estuantes auto-organizadas, son responsables pelo fortalecido del feminismo no movimiento estudiantil, universidad e sociedad. Una importante contribución para pensar los procesos de formación, a partir de una visión crítica da la universidad. Una auto-organización en el espacio de protagonismo colectivo das estudiantes, y lugar singular de formación humana, ética, política, profesional. O objetivo del trabajo fue aproximar feminismo e universidad, posibilitando una postura crítica de marcas del patriarcado en la vida das mujeres, en la sociedad y universidad. Una temática más relevante para rescatar y potencializar el papel de la universidad en la superación de las desigualdades sociales. Como estudiantes son protagonistas de los espacios de auto-organización, como Encuentros de Mujeres Estudiantes da Unión Nacional de Estudiantes (UNE) - (EMEs), así como lo combate a el machismo dentro del movimiento estudiantil. El protagonismo de las mujeres feministas fortalece a presencia y participación política das mujeres, auxilia en la comprensión de los impactos del patriarcado en sus vidas, ressignifica las funciones sociales de mujer y hombres en la sociedad. Como fuentes de pesquisa fueran seis entrevistas con las Directoras de Mujeres de UNE e las Cartas dos EMEs, periodo de 2003 a 2015. Para la realización de la utilización de pesquisa como abordajes metodológicos del estudio de caso ampliado/estendido de Burawoy (2014) e la pesquisa participante de Brandão e Streck (2006). Algunas autoras e autores, como Santos, B. (2005), Faria (2005), Perrot (2015), Silva (2014), entre otras e otros, contribución para pensar la universidad, o feminismo y a la formación humana. Como estudiantes presentan reivindicación, como un creación de oidorías en las universidades para los casos de violencia, revisión de los currículos y de la formación ofrecida, políticas de asistencia estudiantil atentas a las especificadas las estudiantes y una realidad de la división sexual del trabajo. Reafirmar una relación entre patriarcado, capitalismo, racismo y colonialismo es fundamental para pensar el papel de la universidad y de la formación humana en la superación de las desigualdades sociales.

Palabras-chave: Universidad. Feminismo. Auto-organización.

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|--------|--|
| ALCA | Área de Livre Comércio das Américas |
| CA | Centro Acadêmico |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CONEB | Conselho Nacional de Entidades de Base |
| CONEG | Conselho Nacional de Entidades Gerais |
| CONUNE | Congresso da União Nacional de Estudantes |
| CPC | Centro de Cultura Popular |
| CPI | Comissão Parlamentar de Inquérito |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| DA | Diretório Acadêmico |
| DCE | Diretório Central de Estudantes |
| EMATER | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| EME | Encontro de Mulheres Estudantes da UNE |
| Fies | Fundo de Financiamento Estudantil |
| IBGE | Instituto Brasileiro Geográfico e de Estatísticas |
| Inep | Instituto Nacional de Estudos Educacional Anísio Teixeira |
| LGBTTT | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Travestis |
| MAB | Movimento de Atingidos por Barragem |
| ME | Movimento Estudantil |
| MEC | Ministério da Educação |
| MMM | Marcha Mundial das Mulheres |
| MST | Movimento Sem Terra |
| PCdoB | Partido Comunista do Brasil |
| PCR | Partido Comunista Revolucionário |
| PDT | Partido Democrático Trabalhista |
| PL | Projeto de Lei |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PSOL | Partido Socialismo e Liberdade |
| RS | Rio Grande do Sul |

| | |
|--------|--|
| SESC | Serviço Social do Comércio |
| SINPRO | Sindicato dos Professores |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| UCES | União Caxiense de Estudantes Secundaristas |
| UCS | Universidade de Caxias do Sul |
| UEE | União Estadual de Estudantes |
| UERGS | Universidade Estadual do Rio Grande do Sul |
| UFJF | Universidade Federal de Juiz de Fora |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UFPA | Universidade Federal do Pará |
| UFPR | Universidade Federal do Paraná |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UFSJ | Universidade Federal de São João Del Rei |
| UFT | Universidade Federal do Tocantins |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 1.1 JUSTIFICATIVA E TRAJETÓRIA..... | 18 |
| 1.2 PROBLEMA E OBJETIVOS..... | 23 |
| 2. CAMINHOS METODOLÓGICOS | 26 |
| 2.1 FOCO DE ESTUDO, SUJEITAS DA PESQUISA E LINGUAGEM..... | 33 |
| 2.2 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS | 38 |
| 3. CONTRIBUIÇÃO DO FEMINISMO PARA PENSAR ASPECTOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS DA CONTEMPORANEIDADE | 40 |
| 4. ABRE ALAS QUE AS MULHERES VÃO PASSAR! | 52 |
| 4.1 AS SUJEITAS POLÍTICAS MULHERES: FEMINISMO E AUTO-ORGANIZAÇÃO | 58 |
| 5. UNIVERSIDADE E MERCADO: A PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO NO CAPITALISMO PATRIARCAL | 72 |
| 5.1 BREVE HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL: DE ONDE VIEMOS PARA ONDE VAMOS? | 73 |
| 5.2 MARCAS DO PATRIARCADO NA UNIVERSIDADE | 79 |
| 5.3 FORMAÇÃO HUMANA COMO ANTÍDOTO: PERSPECTIVAS DE UMA UNIVERSIDADE FEMINISTA | 89 |
| 6. FEMINISMO E UNE: CAMINHOS FÉRTEIS DE LUTA POR DEMOCRACIA, JUSTIÇA E IGUALDADE | 100 |
| 6.1 UNE: HISTÓRIA DE LUTA POR LIBERDADE, DEMOCRACIA E JUSTIÇA | 101 |
| 6.2 ENCONTRO DE MULHERES ESTUDANTES DA UNE E FEMINISMO: RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS DAS ESTUDANTES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL | 105 |
| 6.3 HISTÓRICO DOS ENCONTROS DE MULHERES ESTUDANTES DA UNE: A AUTO-ORGANIZAÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL | 115 |
| 7. POR UMA FORMAÇÃO FEMINISTA: EDUCAÇÃO E MULHERES, ENCONTROS E DESENCONTROS | 129 |

| | |
|--|------------|
| 8. CONSIDERAÇÕES | 139 |
| 9. REFERÊNCIAS | 145 |
| APÊNCIDE – Termo de compromisso de livre consentimento | 149 |
| APÊNCIDE B – Roteiro de entrevistas | 150 |
| ANEXO A – Carta do 1º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE | 151 |
| ANEXO B – Carta do 2º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE | 153 |
| ANEXO C – Carta do 3º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE | 155 |
| ANEXO D – Carta do 4º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE | 156 |
| ANEXO E – Carta do 5º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE | 162 |
| ANEXO F – Carta do 6º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE | 166 |

INTRODUÇÃO

A investigação que realizei é central em minha formação como educadora, em meus valores éticos, políticos e humanos. Essa centralidade se traduz não apenas na escolha de minha profissão no campo da educação, assim como em minha trajetória de militância no movimento estudantil e feminista. Posso dizer que aqui estão relacionadas perspectivas objetivas e subjetivas de minha formação, ou seja, as atividades profissionais com as utopias de um mundo justo e solidário. A vida em sociedade produz muitas vezes a reprodução de valores que são carregados de preconceitos e injustiças, influenciando não apenas em nossa racionalidade, também em nossas subjetividades e querereres. A manutenção do atual modelo de sociedade patriarcal, capitalista e racista, exige um conjunto de ideias, valores e verdades que são produzidas e reproduzidas, sem maiores questionamentos. A sociedade mostra-se embebida em um mundo que aceita desigualdades e violências. Um contexto que cria necessidades, justificativas, desejos, relacionados com sua manutenção. Em nome de sua continuação, reproduzem-se um conjunto de opressões e preconceitos. Entre eles, da hierarquia entre mulheres *versus* homens, negras/negros *versus* brancas/brancos, pobres *versus* ricos/ricos. É dentro desse contexto que apresento minhas primeiras reflexões do atual contexto, como a extrema desigualdade e situação de violências que sofrem as mulheres.

Nesse sentido, o trabalho realizado está comprometido com a superação desse conjunto de opressões e injustiças. Estão aqui envolvidos compromissos que superam a titulação de mestrado, busca contribuir com a superação do atual modelo de vida. O trabalho final de mestrado apresenta grandes desafios e decisões durante todo seu percurso. A escolha do problema de pesquisa reflete a indignação e utopias de quem o formula. Também repercutem as vivências e crenças diante do mundo. O tempo destinado à investigação demanda que o problema seja relevante e significativo, pois representa um tempo de vida imerso em leituras, reflexões, análises e sínteses. Pensar a pesquisa é pensar a ética de nossos estudos e interesses. Severino (2014) já afirmar as relações entre as dimensões sociais e políticas da escolha do tema de pesquisa.

A escolha de um tema de pesquisa, bem como a sua realização, necessariamente, é um ato político. Também, neste âmbito, não existe neutralidade. Ressalta-se que o caráter pessoal do trabalho do pesquisador tem uma dimensão social, o que confere o seu sentido político. Esta exigência de uma significação política englobante implica que, antes de buscar-se um objeto de pesquisa, o pós-graduando pesquisador já deve ter pensado no mundo, indagando-se criticamente a respeito de sua situação, bem como da situação de seu projeto e de seu trabalho, nas tramas políticas da realidade. (SEVERINO, 2014, p. 145-146)

O presente trabalho compreende as esferas acadêmica, social, minha trajetória e assim a minha construção como sujeita. Meu estudo investigação partem do lugar onde me construí e me situo. Falo enquanto mulher, jovem, brasileira, branca, estudante, nascida e criada na Serra Gaúcha do Rio Grande do Sul, militante estudantil, militante feminista, educadora, latino-americana. Esse lugar apresenta um conjunto de vivências e oportunidades centrais em minha construção humana.

Também falo a partir de um olhar que se pretende pós-colonial e que procura evidenciar as extremas desigualdades, expandindo olhares, fronteiras, percepções do mundo. Compartilho com Santos, B. (2010a) a perspectiva das Epistemologias do Sul sobre a construção do conhecimento e a necessidade de visibilizar e valorizar um conjunto de saberes que permanecem invisíveis no atual modelo. É necessário superar a visão eurocêntrica do mundo bem como seus pontos de interpretação. As Epistemologias do Sul representam importante ponto de origem para refletir o mundo e os desafios atuais. Parte-se de experiências produzidas nos espaços considerados não legítimos e desvalorizados historicamente. O autor afirma serem espaços das injustiças e explorações, dos saberes populares e da relação fraterna com a terra, lugares onde historicamente foi possível observar a “[...] metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo [...]” (SANTOS, B. 2010a, p. 27). Nesse sentido, além de pensarmos a superação do patriarcado, do capitalismo e do racismo, é importante refletir sobre as produções do conhecimento e sua origem colonial. Segundo Santos B. (2010a) é importante um pensamento pós-colonial que resgate as violências do colonialismo no passado e atualidade, e problematizar as limitações de nosso olhar sobre a vida humana, conhecimentos, valores e para a produção do conhecimento.

As epistemologias do sul são uma tentativa de confrontar o conhecimento hegemônico, científico, com conhecimentos não científicos, produzidos nas práticas e nas lutas sociais, conhecimentos que têm em si um potencial contra-hegemônico, produzidos em parte no sul global e a partir de premissas culturais distintas das que subjazem à modernidade ocidental. (SANTOS, B. 2012, p. 690)

Refletir sobre a atualidade da construção do conhecimento e a necessidade de ampliação de sua visão tem ligação com o feminismo na atualidade. É preciso considerar que existem na atualidade variadas percepções feministas. O feminismo possui muitos pontos comuns, mas não é um corpo único, uma visão apenas para o que é liberdade, democracia, autonomia das mulheres. Além disso, as mulheres também não são únicas, mas plurais em sua realidade e como sujeitas. A realidade das mulheres é distinta, o conjunto de opressões e violências que sofrem modifica-se a partir de sua etnia, classe social, orientação sexual.

Para a análise da opressão e condição das mulheres na sociedade utilizo a categoria patriarcado. Em meus estudos essa categoria auxilia no maior entendimento sobre a origem e funcionamento do sistema que oprime e domina as mulheres ao longo de séculos. Para pensar o patriarcado, utilizo Saffioti (2015) e Delphy (2009). Essa categoria mostrou-se importante no entendimento das contribuições e limites da categoria gênero como explicação da dominação de homens sobre mulheres. Segundo Saffioti (2015, p. 145) o patriarcado possui caráter histórico:

O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia e primazia masculina. Tratar esta realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero, distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido 'neutralizando' a exploração-dominação masculina.

Para a autora, pensar o patriarcado é ir além de uma relação de gênero, é evidenciar a dominação e exploração das mulheres no atual contexto. Segundo ela, nem sempre as relações entre os gêneros foram essas das nossas atuais relações enquanto sociedade.

É importante entender que a diluição da dominação do masculino sobre o feminino permanece, enquanto as relações de gênero modificam-se. Para Saffioti (2015, p. 148): "Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente

geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão.” É importante entender a condição das mulheres dentro de uma sociedade que nas relações objetivas e subjetivas colocam os homens nos espaços de poder, nos comandos, no acesso a privilégios, e produzem um conjunto de violências e desigualdade vividas pelas mulheres: “A dinâmica entre controle e medo rege o patriarcado” (SAFFIOTI, 2015, p. 146).

É importante pensar essa condição das mulheres na sociedade, entender como agem e inclusive organizam-se para superar as opressões que vivem. Para pensar essa construção é fundamental pensar como funcionam os mecanismo de dominação. Falamos de um contexto de privilégios, em uma realidade que conta com a contribuição masculina para sua manutenção: “[...] pacto entre os homens e a nutrição permanente da competição, da agressão e da opressão” (SAFFIOTI, 2015, p.146). É possível observar uma “condição feminina” que permanece com o passar do tempo e que está baseada em relações de poder:

“[...] patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina”. (DELPHY, 2009, p. 173)

Acredito que essa categoria possui limites, mas para minha interpretação e compreensão da realidade das mulheres, no Brasil e em outras partes do mundo, auxilia a pensar como as relações patriarcais interagem com as relações capitalistas. Pensar a dominação patriarcal como central para a permanência do capitalismo, é conectar os mundos da produção e reprodução da vida humana e da divisão sexual do trabalho. É preciso desvendar o papel da educação e da universidade em sua manutenção.

A educação e o espaço da universidade são fundamentais para questionamentos e entendimento das opressões, do machismo, assim como do racismo, da homofobia, da lesbofobia. A compreensão do futuro como espaço de um horizonte de mais solidariedade e fraternidade coloca a necessidade de uma nova

educação, assim como, de uma nova universidade. Acredito que essas mudanças não serão automáticas, mas fruto de tensões na busca de uma educação libertadora, terreno fértil de novas possibilidades. Como afirma Freire (2000), na Terceira Carta Pedagógica: “Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”. Vivemos tempos de grandes desigualdades entre mulheres e homens e a universidade deve interferir, interagir, dialogar, buscar superar nessa realidade. A opressão não é elemento de anulação da esperança, de estagnação, mas combustível para a sua própria superação.

Nesse sentido, meu trabalho pretende contribuir com o registro de importante experiência política das estudantes brasileiras, no período de 2003 a 2015, através da UNE. Neste trabalho entrelaço universidade, movimento estudantil e feminismo para pensar possibilidades de transição a um novo modelo de educação superior. Santos, B. (2012) fala das incertezas das configurações de um mundo pós-capitalista, mas mesmo com essa indeterminação, não pode-se deixar de reafirmar a importância de sua construção com paradigmas mais justos e solidários para a humanidade.

Minha investigação é perpassada por um olhar feminista. O feminismo apresenta contribuições para mudanças de paradigmas, para contar uma nova história e nova interpretação das relações sociais. Além disso, apresenta novas possibilidades de práticas sociais, de processos de participação, de novas relações de produção e reprodução da vida, e com os bens naturais. Além disso, apresenta um novo olhar para a opressão que vivem as mulheres, não as naturalizando como características biológicas, mas fruto de relações históricas de opressão e de hierarquias entre os sexos.

Também pretendo contribuir registrando o protagonismo das estudantes feministas e sua organização na universidade, no ME e sociedade. Acredito que o resgate histórico e sua sistematização são fundamentais para apresentar o protagonismo das mulheres em seu tempo. Segundo Perrot (2009, p. 115), há muito tempo a contribuição das mulheres e as teorias feministas é “(...) objeto de um esquecimento que é a afirmação mais sutil da renegação”. As mulheres são apresentadas como passivas diante da opressão, não participativas na política, não construtoras de seu tempo. Muitas mulheres lutaram e resistiram ao machismo de seu tempo, mas sua história não é contada nos livros. A autora aborda o protagonismo

das mulheres para a superação das relações de opressão, bem como seu papel no questionamento das estruturas que limitam suas vidas e quereres, por mais que historicamente sejam colocadas como passivas e não críticas as relações de desigualdade que vivem.

Trata-se de uma maneira de negar que as mulheres façam parte da mudança de sua “condição”, termo muito passivo, que será devido apenas à modernização científica, técnica, política e cultural das relações sociais, nas quais as relações entre os sexos seriam, em suma, apenas uma modalidade, enquanto, em muitos casos, são justamente seus motores. (PERROT, 2009, p. 115)

A análise do protagonismo das estudantes universitárias ocorre a partir da retomada¹ de sua auto-organização, a partir da UNE, com a realização do 1º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE. A retomada da organização política das estudantes a partir da gestão 2003-2005 representou o desempenho de uma militância feminista através da Diretoria de Mulheres da UNE. Além disso, após sua realização, os coletivos de mulheres estudantes cresceram no espaço da universidade e nas entidades estudantis. Os coletivos de estudantes caracterizam-se por espaços políticos distintos, pois não são ligados necessariamente às entidades estudantis, movimentos sociais e feministas; possuem autonomia em sua organização e dinâmica de funcionamento, sem cargos ou eleições. São formas de organização que se pretendem mais horizontais, plurais e democráticas.

Em 2017, falar em feminismo no ME e nas salas de aula das universidades, é tarefa diferente em comparação com o início do século XXI. Nos últimos dezessete anos esse percurso foi de muitas resistências e pouco entendimento de sua importância, inclusive no ME. Apenas na atualidade, com processos de resistência e atuação política das mulheres, diante dos ataques aos direitos humanos e tentativas de retirada de direitos historicamente alcançados pelas mulheres, que o feminismo

¹ Utilizo a palavra *retomada* para reafirmar que os recentes encontros de mulheres estudantes não são os primeiros, mas um retorno da organização das estudantes a partir da UNE. Na carta do 1º EME as estudantes utilizam o verbo *retomada*, pois segundo a diretora A, na gestão 2003-2005 as estudantes localizaram na sede da UNE materiais de divulgação de um encontro das estudantes na década de 80. Por mais que a UNE não possua registros oficiais de sua realização, e assim de sua organização e funcionamento, é importante reafirmar a ocorrência de espaços das estudantes a partir da UNE.

parece ter ganhado mais espaço na sociedade.

Diante dessa realidade, o olhar feminista volta-se para a universidade, e é impulsionado por um sentimento de justiça necessária às mulheres de diferentes épocas, histórias, territórios, culturas e realidades. Este olhar pretende contribuir, humildemente, com a visibilidade de debates e temas abordados pelas estudantes feministas em seu tempo histórico, resgatando também contribuições do feminismo ainda atuais.

1.1 TRAJETÓRIA E JUSTIFICATIVAS

Nessa parte estarão entrelaçadas minha trajetória como sujeita política e as justificativas para a realização da investigação. Acredito ser importante a retomada de alguns caminhos por mim trilhados para entender motivações e processos de formação que ampliam minha visão da sociedade, a partir da luta social, e que desembocam na escolha do tema e em suas justificativas.

Minha trajetória é composta por vivências distintas, que englobam os espaços do público e do privado, como o convívio familiar, os tempos de escola e universidade, a militância política, a atuação no mundo do trabalho. As dimensões afetiva, educacional, militante, profissional, sintetizam passagens de minha trajetória e que desaguam na chegada ao mestrado.

O patriarcado e o machismo são facilmente sentidos pelas mulheres, mesmo não sendo compreendidos. Desde cedo as mulheres vivenciam desigualdades em relação aos homens, em especial no espaço da família. Como mulher, desde cedo, percebi as regalias e privilégios que o machismo proporcionava aos homens. Nos primeiros ambientes de socialização, na infância e juventude, foi possível observar as diferentes expectativas para mulheres e homens, a divisão do trabalho nas tarefas dentro de casa, nos almoços e festas de família.

O espaço escolar também reforça os papéis sociais e comportamentos distintos pretendidos para mulheres e homens. Essas expectativas estão presentes nas falas em sala de aula dos colegas, de professores e professoras, de gestores e gestoras. Um conjunto de ensinamentos que estimulam distintos comportamentos e atitudes para mulheres e homens. No ensino médio aprimorei minha visão crítica dessas

regras e ampliei minha compreensão política da realidade. Ainda em relação à formação política, o ensino médio também foi importante espaço, inclusive para o início de minha militância. As políticas neoliberais no Brasil deixaram marcas em minha memória sobre a condição econômica brasileira naquele período. De 1999 a 2001 acompanhei muitas mobilizações, em especial no Rio Grande do Sul – RS, que era na época governado por Olívio Dutra. Naquele momento vivenciei importantes momentos, como a realização do Orçamento Participativo, no RS; o primeiro Fórum Social Mundial – *Um outro mundo possível*, em Porto Alegre; a criação da primeira Universidade Estadual do RS (UERGS). Naquele momento, no movimento estudantil secundarista, participei de grêmio estudantil e depois da União Caxiense de Estudantes Secundaristas (UCES). Esse momento político do Brasil era marcado por altos índices de pobreza e miséria. Uma das atuações como secundarista, naquele período, foi a organização em conjunto com outros movimentos sociais, da campanha de combate à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Realizamos debates e mobilizações de rua que pretendiam divulgar os perigos do acordo comercial para a soberania do Brasil. Nesse período, em especial durante a resistência à ALCA, e nos atos contra a comemoração dos 500 anos do Brasil, em 2000, vivenciei significativos momentos de formação política através da participação em espaços coletivos de debate, que ampliaram minha compreensão sobre as estruturas de desigualdade social e exploração.

A chegada na universidade representou momento de compreensão teórica dos desconfortos que sentia como mulher na sociedade. Nessa época tive contato com os primeiros espaços de auto-organização de mulheres, e compreendi que a opressão não tem origens apenas na cultura, mas também nos aspectos materiais/econômicos da vida em sociedade. O ingresso na universidade representou o amadurecimento do entendimento do patriarcado e do machismo. O curso de Licenciatura Plena em Letras na Universidade de Caxias do Sul (UCS), representou a busca por uma atuação profissional relacionada à construção de um mundo justo e fraterno. A área da educação e da literatura já pareciam fascinantes, e descobri no curso, também, a Linguística.

Nesse período também passei a integrar o movimento feminista, no caso, a

Marcha Mundial das Mulheres (MMM)². Hoje considero o feminismo um alargador de consciência, inclusive dentro da luta por um mundo mais justo e fraterno. As leituras, relatos e experiências vivenciadas no feminismo representaram uma transformação não apenas libertadora, assim como dolorida. Isso porque, ao aprofundar nossas leituras e estudo passamos a compreender com mais nitidez os mecanismos de opressão que sofrem as mulheres, na sua subjetividades e também em aspectos materiais de suas vidas.

Em 2003 ingressei no ME com a entrada no Diretório Acadêmico (DA) do curso de Letras. Nessa época vivenciei a organização estudantil como espaço de convivência, aprendizados e amizades. No DA convivíamos diariamente com colegas, em especial nos intervalos entre as aulas, o que possibilitava entender mais as demandas dos cursos de educação e a realidade de estudantes em universidades pagas sem nenhuma política de assistência estudantil. Essa experiência estendeu-se com a entrada, em 2005, no Diretório Central de Estudantes (DCE). A passagem pela entidade estudantil, com mais de 40 anos, em uma universidade com mais de 30 mil estudantes, proporcionou um aprendizado sobre a situação do ensino privado no Brasil, das características das universidades comunitárias³, maioria em muitas regiões brasileiras não beneficiadas pelo ensino superior público. Os espaços políticos da universidade, como o Conselho Universitário e o Conselho Diretor, demonstraram as relações sociais e políticas da sociedade caxiense e seus reflexos nos rumos da

² A Marcha Mundial das Mulheres se define como um movimento feminista e anticapitalista, que abarca uma diversidade de mulheres tanto do ponto de vista internacional, como entre as próprias brasileiras. A identidade política deste feminismo é marcada pela construção de unidade através da ação conjunta e pelo esforço coletivo e incessante de superar as contradições dentro do próprio movimento. A utopia feminista quer derrotar o sistema capitalista patriarcal, racista, colonial e lesbofóbico, e é a ação concreta que permite avançar nessa construção. A Marcha começou como uma campanha contra as causas da pobreza e da violência, na qual buscou evidenciar como as opressões se estruturam e estão articuladas. Caderno Feminismo em Marcha para Mudar o Mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

³ O segmento das universidades comunitárias brasileiras reúne as instituições de Ensino Superior privadas (universidades, centro universitários e institutos) filiados à Associação Brasileira de Universidades Comunitárias – ABRUC, fundada em 1995. A origem histórica desse segmento data da segunda metade década de 1980, quando as tensões dos diversos segmentos da sociedade brasileira estavam concentradas na elaboração da Carta Constitucional de 1988. (...) O “comunitário” revela-se como um “espaço ambíguo” já que não se identifica como as “instituições públicas” de Ensino Superior e nem como as instituições estritamente privadas. Verbete Universidades Comunitárias. In: Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário. V.2. Editora-chefe: Marília Costa Morosini – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, p.235)

universidade.

A passagem pelo ME possibilitou a construção de espaços horizontais de participação e debate. Realizamos ações políticas importantes dentro da universidade, como a Consulta Estudantil, a partir da experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre e Caxias do Sul, além da luta por democracia com as Diretas para Reitor/Reitora. Não é possível mensurar quanto o vivido influenciou em minha formação, mas foram experiências carregadas de ensinamentos. Debatíamos educação, universidade, feminismo, capitalismo, aumento de mensalidades, democracia, assistência estudantil, universidades privadas. Buscávamos a construção de espaços coletivos, nos quais o diálogo e a escuta são fundamentais.

Fazer parte da presidência do DCE também contribuiu para entender as repercussões do machismo sobre as mulheres nos espaços políticos e de poder. Estando naquele lugar, compreender que os ataques corriqueiro feitos às mulheres nos espaços políticos, são na maioria depreciações e julgamentos da ordem do privado, de sua conduta moral e sexual, de expectativas não correspondidas de seu comportamento, socialmente imposto às mulheres.

Naquela época tínhamos um coletivo feminista na universidade. Muitas das companheiras que até hoje tenho contato no movimento feminista também estavam na construção de nosso espaço de auto-organização. Aqueles espaços eram fundamentais para fortalecer a presença das mulheres nos espaços políticos das entidades estudantis, problematizando o machismo do cotidiano, e buscando levar para o espaço da universidade e do ME os debates feministas. Também através de nosso coletivo, em 2005, proporcionamos a participação de seis estudantes, mulheres de cursos diversos, a participarem do 1º EME da UNE. Nesse momento o feminismo se fortaleceu em minha atuação política, expandiram-se olhares e percepções.

Na universidade fortaleci meu conhecimento e percepção sobre a desigualdade entre mulheres e homens, que violenta e despreza o sexo feminino. Com mais nitidez, identifiquei as marcas do patriarcado em minha vida e na das mulheres que conhecia. A desnaturalização dos papéis sociais, a divisão sexual do trabalho, os padrões de beleza e mercantilização do corpo, os padrões e expectativas sociais do que é ser uma mulher, as contradições nas relações afetivas, nas relações políticas, nas relações profissionais, tudo foi parte do rompimento de um casulo. Entender o

patriarcado e sua aliança ao capitalismo foi fundamental para entender a base material e cultural da opressão das mulheres.

Nos anos seguintes, 2007 a 2009, continuei a militância no movimento feminista e no ME, agora na executiva da UNE. Nessa gestão realizamos o 3º EME da UNE, buscando aliar os debates sobre educação, universidade, participação política, com o feminismo. Participar do 3º EME proporcionou observar a diversidade do pensamento feminista na universidade, nos movimentos sociais, e também a importância do diálogo para a construção de pautas unitárias das estudantes, superando suas diferenças. É com esse objetivo que na época conseguimos aprovar nos espaços políticos da UNE, com a unidade das estudantes, a Campanha da UNE pela Legalização do Aborto.

É dessa caminhada que provém parte importante de minha formação. O tema aqui investigado pretendeu uma análise crítica desses processos vividos, agora com o afastamento necessário para observar os avanços e limites dessas experiências no ME e na universidade.

Meu olhar e reflexão estão implicados com o feminismo e minha atuação no campo da educação. A universidade é espaço singular da vida em sociedade, produtora e reprodutora de valores, construtora de conhecimentos. A partir desse ponto de partida entendo que deve problematizar a atual condição da vida humana em uma sociedade capitalista. Resgatar a educação como direito fundamental para a dignidade humana parece bastante atual. Essa tarefa parte, também, da compreensão do feminismo na luta por transformação social e suas contribuições para uma educação mais justa, democrática, libertadora. Enquanto humanidade é possível avançar por um mundo mais justo e solidário e nesse caminho as mulheres tem demonstrado exemplos importantes.

O ingresso no Mestrado de Educação da UFRGS proporcionou a realização de estudos que buscam envolver educação, universidade, feminismo. Analisar as experiências feministas representou destacar contribuições das estudantes para pensar a formação universitária. A linha de pesquisa *Universidade: teoria e prática*, proporcionou o encontro entre a militância política e a formação realizada nos movimentos sociais, com uma perspectiva de transformação da universidade. Em uma incipiente pesquisa às teses e dissertações orientadas pelos professores titulares da

Linha, no Catálogo *on-line* Sabi, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), observei que são poucos os estudos que partem de uma perspectiva feminista para pensar a universidade. Em pesquisa em sites como *Scielo* é possível observar estudos na área, em especial no campo da educação popular ou mesmo trabalhando a categoria gênero, mas ainda há campos de estudo a serem ampliados, principalmente sobre formação, universidade e feminismo. Mostra-se atual e pulsante o debate sobre o feminismo na sociedade, e suas contribuições para uma visão crítica da realidade. É necessário visibilizar as vozes e a presença da metade da humanidade que está ausente dos diferentes espaços da universidade.

1.2 PROBLEMA E OBJETIVOS

A organização das mulheres no ME, a partir do feminismo, proporciona uma reflexão crítica da universidade. A realização bianual dos Encontros de Mulheres Estudantes da UNE possibilitam o fortalecimento do feminismo na universidade, ME e sociedade.

Partindo da relação entre feminismo, universidade e formação meu problema de pesquisa foi sintetizado no seguinte questionamento: *Quais contribuições os Encontros de Mulheres Estudantes da UNE apresentam para repensar a formação na universidade?* A partir dessa interrogação, surgem outras, entre elas:

- Quais impactos a auto-organização das mulheres estudantes produz na inserção da pauta feminista na universidade e no movimento estudantil?
- A auto-organização das estudantes e os Encontros de Mulheres Estudantes da UNE contribuem para repensar a formação humana na universidade?
- Quais as reivindicações apresentadas pelas estudantes nos Encontros de Mulheres Estudantes da UNE organizadas no movimento estudantil e no contexto da universidade?

Nesse sentido, os objetivos que aqui proponho são:

- Resgatar e visibilizar a atuação das estudantes feministas universitárias no movimento

estudantil, a partir da UNE;

- Identificar, analisar e compreender as contribuições das estudantes na inserção da pauta feminista na universidade;
- Identificar os espaços de auto-organização das estudantes como espaço de formação humana, política e ética;
- Destacar as principais reivindicações e ações promovidas pelas estudantes nos espaços da UNE, como os Encontros de Mulheres Estudantes de 2003 a 2015.

Acima estão as questões centrais da pesquisa realizada. No trabalho, relacionei a análise dos dados com os referenciais teóricos, construindo reflexões sobre o problema, seus desdobramentos e objetivos da pesquisa.

No momento seguinte, apresento os caminhos metodológicos que foram base para minha investigação. Como pesquisa qualitativa é possível ampliar as teorias metodológicas e lançar um novo olhar para o campo da educação, a partir de uma perspectiva feminista, e com auxílio das epistemologias feministas. Utilizei como metodologia a pesquisa participante e o estudo de caso estendido, e para a análise dos dados as contribuições de Minayo (2012).

A sequência do trabalho conta com reflexões sobre aspectos da economia e política, a partir de um olhar feminista. Relaciono os desafios do feminismo e as mudanças na universidade com uma conjuntura que entrelaça um olhar feminista sobre a universidade no desafio de superação do patriarcado e do capitalismo.

No capítulo quatro, o foco é o feminismo, ou os feminismos. Nele identifico a importância da auto-organização das mulheres, ao longo da história, e sua relação com a conquista de direitos. Também apresento o feminismo que influenciou minha formação política e humana. Delimito questões centrais que dialogam com minha formação, relacionando à atuação das Diretoras de Mulheres da UNE.

Na parte seguinte, o central é a universidade. Produzi um resgate histórico da universidade brasileira entendendo ser importante saber sua origem e percurso para refletir sobre os desafios atuais. Acredito ser a universidade central na superação das opressões sociais, e ao mesmo tempo, espaço onde as desigualdades e violências patriarcais, racistas, homofóbica, de classe social, acabam sendo reproduzidas. Na última parte também apresento algumas análises sobre a atuação das estudantes e a

formação na universidade, identificando alguns aspectos que podem apontar para uma formação crítica, humana, ética e política.

O capítulo seis aborda o movimento estudantil, através do resgate histórico da UNE, sua fundação e principais lutas. O ME mostra-se espaço de luta democrática, justiça e igualdade, demonstrando ser espaço fértil para a ampliação do feminismo. Também analiso o protagonismo das estudantes na UNE, os avanços e limites proporcionados através de sua organização para a ampliação do feminismo no ME. Por último, a partir da análise dos documentos sínteses dos EMEs e das entrevistas com as Diretoras de Mulheres da UNE, apresento o histórico dos Encontros, os temas centrais abordados em cada edição, e as principais reivindicações políticas apresentadas para a universidade, sociedade e movimento estudantil.

No capítulo sete, apresento algumas reflexões sobre o feminismo e a educação. Relaciono leituras feministas com minha visão de mundo e as relações patriarcais na atualidade. Acredito ser importante a aproximação de temas como divisão sexual do trabalho e a violência contra a mulher, com o campo da educação e da formação na universidade.

A investigação pretendeu aproximar os campos do feminismo e da formação na universidade, resgatando o compromisso dessa instituição social com a superação do atual modelo que tem se mostrado predatório para uma vida digna, justa e fraterna.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Os caminhos metodológicos compõem processos importantes para compreensão da investigação realizada. Este trabalho caracteriza-se por um estudo qualitativo que pretende compreender e interpretar as contribuições das estudantes universitárias militantes do movimento estudantil e feminista, para pensar a universidade e seus processos formativos. As sujeitas de minha investigação foram estudantes universitárias entre 2003 a 2015, participantes da construção do feminismo na UNE e nas universidades, e sua atuação mostrou-se importante para a atualidade da luta feminista na universidade, no ME e na UNE. Antes de apresentar a metodologia, as sujeitas da pesquisa, a coleta e análise dos dados, exponho uma reflexão sobre a presença do feminismo e das feministas na produção do conhecimento.

Este trabalho apresenta uma perspectiva feminista para o fazer acadêmico. Acredito que trata-se de uma pesquisa fidedigna, que segundo Minayo (2012, p. 621) é aquela que possui “(...) os termos estruturantes da investigação qualitativa que são os verbos: compreender e interpretar; e os substantivos: experiência, vivência, senso comum, ação social”.

A aproximação entre feminismo e construção do conhecimento é fundamental, não apenas para demonstrar a presença das mulheres invisíveis historicamente, mas por representar a inclusão de novos olhares. Por muito tempo, e até nossos dias, ainda escrevem-se textos, inclusive na universidade, que representam a sociedade e a humanidade através da palavra “homem”, estando todas as mulheres “representadas” nesse substantivo. A não presença do feminino é um exemplo, entre um conjunto de atitudes e ações, que não apresenta as mulheres como protagonistas e sujeitas políticas. O feminismo inaugura um novo fazer da ciência e coloca em evidência a sujeita mulher invisível e diluída no substantivo masculino, ou nas generalizações do uso do plural na língua portuguesa. Perrot (2015), ao analisar a presença da mulher na história, fala de sua ausência nos espaços públicos, da falta de registro de suas produções e reflexões, da nulidade de suas memórias:

Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte

da ordem das coisas. (...) Porque são pouco vistas, pouco se fala delas. E esta é a segunda razão do silêncio: *o silêncio das fontes*. As mulheres deixam poucos vestígios, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam seus vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra. Quanto aos observadores, ou aos cronistas, em sua grande maioria masculinos, a atenção que dispensam às mulheres é reduzida ou ditados por estereótipos. (...) O mesmo ocorre com as imagens. Produzidas pelos homens, elas nos dizem mais sobre os sonhos ou os medos dos artistas, em vez de serem descritas e contadas. Eis aí outra razão para o silêncio e a obscuridade: a dissimetria sexual das fontes, variável e desigual segunda as épocas (...). (PERROT, 2015, p. 17)

A aproximação entre ciência e gênero ocorre principalmente na década de 70. Pode-se citar autoras como Sandra Harding e Ruth Bleier. As pesquisadoras feministas possibilitaram construir outras formas de pensar e produzir conhecimento, de interpretar e refletir o mundo.

Elas partem da premissa de que o nosso conhecimento das leis da natureza provém do trabalho de um grupo bem determinado de humanos: os pesquisadores científicos. Entretanto, nenhum trabalho coletivo de seres humanos pode ser totalmente dissociado do tempo e do lugar de sua produção: não há cultura fora da cultura, nem história natural fora da História. Essas pesquisadoras enriqueceram as reflexões sobre história social e cultural das ciências com considerações acerca do papel central da divisão homem/mulher na constituição do saber científico. Está é construída como uma dicotomia natural, rígida, mutuamente exclusiva e hierárquica – o princípio masculino domina sobre o princípio feminino. (LÖWY, 2009, p. 41)

A ciência possui uma visão androcêntrica⁴ que fortalece a invisibilidade das mulheres e assim, parte considerável de experiências e olhares da humanidade. Dentro dessa perspectiva permanece uma hierarquia entre mulheres e homens, na separação entre o mundo da razão – o lugar do masculino -, e o mundo da emoção – o lugar do feminino. Nesse sentido os homens seriam dotados da racionalidade, da lógica; enquanto as mulheres seriam relacionadas ao cuidado, à irracionalidade, às

⁴ SOUZA, Lizandra. Androcentrismo. 1. Visão de mundo ou comportamento social no qual se valoriza o ponto de vista masculino. 2. Visão de mundo pautada pelo gosto masculino. Disponível em: <<http://diariosdeumafeminista.blogspot.com.br/2015/12/glossario-de-termos-usados-na.html>>. Acesso em: 04 out. 2016.

emoções. Então, temos a separação na produção do conhecimento do mundo masculino/racional, base para a ciência; *versus* o mundo feminino/irracional, descartável para investigações científicas “confiáveis”. A crítica a esse modelo de ciência e de percepção sobre as mulheres na construção do conhecimento ocorre na década de 1970. As relações entre ciência e mulheres, ou uma crítica feminista à ciência e a produção do conhecimento, faz emergirem as epistemologias feministas. Elas inauguram novas formas de pensar o mundo, a vida, as relações de poder, entender a aproximação e relações entre razão e emoção. Pensar a pesquisa e a produção do conhecimento, bem como a formação nela realizada, é importante resgatando as epistemologias feministas. O espaço da universidade representa espaço privilegiado para avançar nessa temática. Um fazer da academia e da ciência a partir de um ótica feminista.

Existem diferentes pensamentos e linhas teóricas sobre epistemologias feministas. May (2004) apresenta três atuais: epistemologias empiristas, de posicionamento e relativistas. Meu trabalho se aproxima das epistemologias feministas de posicionamento, vertente que não apenas valoriza a experiência das mulheres, também proporciona repensar a sociedade a partir da ótica das mulheres.

Duas ênfases ficam evidentes na epistemologia de posicionamento (...) Primeiro, as experiências das mulheres são um excelente ponto de partida sobre o qual basear a pesquisa, pois elas ocupam uma posição marginalizada na sociedade e, assim, podem “olhar” para uma nova cena social como um estranho o faria (...) Segundo, uma ênfase no estudo científico da sociedade cujo objetivo é colocar as experiências das mulheres em uma teoria mais ampla do seu lugar na sociedade. (...) Ela torna-se uma postura feminista, que não marginaliza, mas promove a causa das mulheres em geral (MAY, 2004, p. 37)

Interpretar e compreender os processos de auto-organização das estudantes, a partir de uma perspectiva feminista, é identificar o protagonismo das mulheres na universidade, na construção e fortalecimento do pensamento feminista em seus espaços. Em minha pesquisa, a experiência das estudantes no ME e na universidade é central. Acredito que a participação e vivência nos espaços é espaço de educação e transformação. Para pensar a experiência das estudantes e a formação, utilizei as contribuições de Minayo (2012) e Silva (2014). Os espaços coletivos, os avanços e

retrocessos do feminismo, o machismo na universidade e no ME formam também aquelas mulheres. Segundo Minayo (2012, p. 623): “(...) é preciso saber que a experiência e vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere” Assim, a experiência e os relatos das Diretoras de Mulheres entrevistadas, bem como a leitura e análise das Cartas⁵ dos EMEs, são relatos de vivências produzidas em processos coletivos de formação teórica, ação social e coletiva.

Minha investigação possui aproximação com a *pesquisa participante*. Afirmo isso porque minha investigação origina-se nos movimentos sociais, espaços de construção coletiva, debate e formação política. Minhas inquietações relacionam-se com a militância no movimento estudantil e feminista, que proporcionou espaços de formação humana, ética, política, de conhecimentos populares, de visibilidade de invisíveis. Esse percurso formou um olhar atento às questões que envolvem a vida das mulheres e assim busco traduzir isso em minha investigação. Vivenciar e construir espaços de auto-organização, conhecer e compartilhar espaços de militância com as sujeitas da pesquisa. No ME, na gestão da UNE 2007-2009, pude participar ativamente da construção de um EME. Naquela época ocupava a Diretoria de Comunicação da UNE, e de forma coletiva com as outras estudantes, construímos o 3º EME. Esses elementos acabaram por envolver as vivências da militância política com a possibilidade de estudar essas experiências, na universidade. A pesquisa participante proporciona o diálogo entre essas esferas, entre a luta social, a militância política e o espaço da educação e da universidade na superação das opressões.

Outro aspecto importante da pesquisa participante é seu caráter coletivo, que possibilita um olhar para práticas que ocorrem na sociedade de forma organizada e entre grupos, movimentos. Sobre a pesquisa participante, Brandão e Streck (2006) afirmam ser um processo que abre novas possibilidades a partir de um fazer coletivo, como no caso, a experiência das estudantes para pensar a universidade e a formação.

A pesquisa participante deve ser compreendida como um repertório múltiplo

⁵ As Cartas dos Encontros de Mulheres Estudantes da UNE são documentos que sintetizam os debates políticos, e a análise das estudantes feministas sobre os desafios e perspectivas para a luta feminista em cada edição dos encontros. No Capítulo 6 apresento a análise de cada uma delas, e suas principais abordagens. Nos anexos da dissertação é possível encontrar as cartas das seis edições analisadas.

e diferenciado de experiências de criação coletiva de conhecimentos destinados a superar a oposição sujeito/objeto no interior de processos que geram saberes e na sequência das ações que aspiram gerar transformações a partir também desses conhecimentos. (BRANDÃO, STRECK, 2006, p. 12)

A militância feminista e as contribuições do feminismo são muito importantes para pensar o campo da educação. É importante que o espaço da universidade seja parte da construção de alternativas que contribuam para a libertação das mulheres e na construção de um mundo justo e solidário. A pesquisa realizada está comprometida, politicamente, com respostas ao atual modelo capitalista e patriarcal. A pesquisa participante também está engajada nessa produção. Além disso, através do protagonismo das estudantes é possível identificar a presença do patriarcado em todas as esferas da vida das mulheres. É possível observar um movimento do específico para o geral, assim como os reflexos das estruturas gerais no cotidiano. Segundo Borges e Brandão (2007, p.54):

O ponto de origem da *pesquisa participante* deve estar situado em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica. Mesmo que a ação de pesquisa e as ações sociais associadas a ela sejam bem locais e bem parciais, incidindo sobre apenas um aspecto de toda uma *vida social*, nunca se deve perder de vista as integrações e interações que compõem o todo das estruturas e das dinâmicas desta mesma *vida social*.

Minha investigação também tem aproximação com a abordagem do *estudo de caso ampliado/estendido* desenvolvida por Michael Burawoy⁶. Nesta perspectiva o autor apresenta aproximação entre os estudos etnográficos e os estudos marxistas. Destaco como ponto forte dessa abordagem os movimentos criados pelo sociólogo, ou seja, uma pesquisa que busca ter tempos de participação nos processos que estão ou serão estudados; que assim possibilita movimentos para fora do espaço da universidade; com aproximação com a realidade e com os sujeitos e sujeitas da pesquisa. O próprio autor tornou-se operário para refletir a situação dos operários em cinco países, tendo como fonte a vivência com os próprios trabalhadores e suas

⁶ Nasceu em 1948, na cidade de Manchester, radicado na Califórnia. Atualmente professor do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia em Berkeley. Presidente da Associação Internacional de Sociologia (ISA).

relações com o trabalho e com as relações econômicas, políticas. Falamos de Burawoy trabalhou em minas de cobre na Zâmbia, como ferramenteiro na Hungria, operador de máquina em Chicago, e em uma fábrica de móveis na Rússia. São vinte anos como operário e desse lugar é que olha e desenvolve seus estudos sobre o mundo do trabalho. O autor apresenta o que chama de “uma abordagem alternativa para a pesquisa participante” (BURAWOY, 2014, p. 36). De acordo com ele, sua abordagem pode ser sintetizada em quatro tópicos:

O primeiro princípio é a ampliação do observador dentro da comunidade a ser estudada. O observador une-se aos participantes no ritmo de vida, no espaço e no tempo deles. O observador pode continuar a ser um mero observador (a observação não participante) ou ser um membro engajado (que é a observação participante propriamente dita). O observador pode declarar suas intenções – observação participante aberta – ou continuar incógnito – observação participante coberta. O segundo princípio é a ampliação das observações no tempo e no espaço. Não há como predeterminar quanto tempo o observador dessa estar no campo, mas esse tempo deve ser longo o bastante para discernir os processos sociais que dão coesão ao âmbito da pesquisa. [...] O terceiro princípio é a ampliação dos microprocessos às macroforças, observando o modo como as últimas conformam e são conformadas pelos primeiros. [...] O quarto princípio é a ampliação de teoria, o que é derradeiro objetivo e fundamento do estudo de caso ampliado. Nós partimos da teoria que guia nossa interações com os outros e nos permite identificar as forças relevantes que atuam além do nosso meio. (BURAWOY, 2014, p. 36-37)

Esta perspectiva de uma pesquisa participante ativa relaciona-se com a militância no ME e no feminismo e os estudos desenvolvidos no mestrado. Foi possível por exemplo, identificar a presença do patriarcado no espaço da universidade, na ausência de debates nos espaços de formação universitária, no machismo de seus corredores, casas de estudante, salas de aula, prédios universitários. A presença das estruturas de dominação e opressão do capitalismo não estão presentes apenas nas macro estruturas, mas entrelaçam-se com o patriarcado e racismo, produzindo outro conjunto de opressões. As estudantes apresentam em suas reivindicações lutas feministas históricas, assim como produzem lutas políticas em seu tempo.

Na relação pesquisadora com sujeitas da pesquisa, tanto a pesquisa participante como o estudo de caso ampliado, reforçam a aproximação entre observadora e observadas. Esse aspecto é entendido como positivo na investigação,

pois auxilia na compreensão da realidade. O estudo de caso ampliado inaugura uma possibilidade de pesquisa que relaciona-se com as sujeitas da investigação, compartilha momentos, vivências, cotidianos, construções políticas, contradições. Ter tempo de militância conjunta com as estudantes que foram as Diretoras de Mulheres das gestões da UNE abordadas na investigação, contribuiu para uma aproximação mais rápida, no resgate de momentos partilhados e compartilhados, na leitura de períodos de avanços e retrocessos do machismo na universidade e no movimento estudantil. Além disso, minha proximidade e amizade com as diretoras entrevistadas tornou a coleta dos materiais da pesquisa um momento de retomada de contatos e laços de afetividade e também de militância política. A atuação coletiva como feminista no ME e na universidade, possibilitou compartilhar com elas espaços de vitórias e retrocessos da luta feminista, proporcionou uma maior facilidade de acesso às entrevistadas, bem como uma leveza na realização das entrevistas.

Minha percepção sobre as sujeitas da pesquisa está relacionada com a perspectiva das epistemologias feministas, nas quais as sujeitas não apenas compartilham a opressão que sofrem, assim como, a organização política para sua superação.

Em vez de ver as pessoas no processo de pesquisa como simples fontes de dados, as feministas argumentam que a pesquisa é um processo de duas vias. Entretanto, com frequência os livros acadêmicos falam de evitar o “envolvimento excessivo” com os participantes. Identificar-se demais com o “objeto” da pesquisa impede uma “boa” pesquisa. O pesquisador deveria desligar-se para, por conseguinte, ser objetivo. De acordo com as feministas, isso não é apenas um objetivo mítico, mas também é indesejável, pois disfarça a miríade de maneiras nas quais o pesquisador é afetado pelo contexto da pesquisa ou pelas pessoas que fazem parte dela. (MAY, 2004, p. 35-36)

A partir das reflexões das epistemologias feministas e das abordagens metodológicas da pesquisa participante e do estudo de caso ampliado apresento o desenvolvimento de minha investigação. Apresento, abaixo, detalhes e meu foco de estudo e sobre as sujeitas da pesquisa. No momento seguinte, apresento os procedimentos utilizados para a coleta do material e os caminhos percorridos para a análise.

2.1 FOCO DE ESTUDO, SUJEITAS DA PESQUISA E LINGUAGEM

A partir de um conjunto de possibilidades de estudo sobre educação, feminismo, universidade, formação, meu foco de estudo foi identificar as contribuições das estudantes universitárias para pensar a universidade e seus processos de formação. Através da análise dos espaços de auto-organização, em específico os EMEs da UNE, busquei compreender as potências do feminismo que existia de forma organizada no espaço do ME e da universidade. A riqueza da síntese política produzida pelas estudantes está impressa em seus documentos e nas lutas que nele apresentam.

As sujeitas da pesquisa foram as seis Diretoras de Mulheres da UNE, entre o período de 2003 a 2015. Através da realização de entrevista e análise das Cartas dos EMEs, foi possível resgatar parte da história do protagonismo das estudantes feministas no ME e na universidade. Por mais que essa história de cerca de doze anos tenha sido produzida por muitas estudantes e por diferentes concepções do feminismo, o tempo limitado do mestrado proporcionou apenas a realização de entrevistas com as seis diretoras. Essa escolha mostrou-se acertada, porque possuíam um conjunto de reflexões e vivências intensas e construídas na militância diária do feminismo nos espaços do ME, da universidade e sociedade.

O período histórico investigado justifica-se por dois motivos. O ano de 2003 representou a retomada da pauta feminista no ME, através da atuação da Diretoria de Mulheres da UNE e da construção do 1º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE. Outro aspecto relevante de escolha foi minha proximidade e contato com as diretoras selecionadas. Como dito anteriormente, além de participar da 2º EME (2005-2007), também integrei a Executiva da UNE na gestão 2007-2009, e foi ativa, juntamente com a 3º Diretora de Mulheres da UNE e das demais estudantes militantes feministas, do planejamento e concretização do 3º EME da UNE. Esse processo envolveu desde a produção do projeto do evento, a busca da viabilidade econômica e política do evento, a construção política dos debates e sínteses dos EMEs em conjunto com as mulheres estudantes feministas de distintas forças políticas.

Minha participação como militante do movimento estudantil e feminista contribuiu para a investigação e para síntese a partir de militâncias compartilhadas.

Além disso, já deixei o ME há sete anos e acredito ser esse um tempo importante para a construção de um afastamento necessário e fundamental para a análise dos dados e para uma autonomia intelectual sobre os avanços e limites da construção do feminismo no ME e na universidade.

Apresento abaixo as sujeitas da investigação:

- Diretora A – Gestão UNE 2003 – 2005
- Diretora B – Gestão UNE 2005 – 2007
- Diretora C – Gestão UNE 2007 – 2009
- Diretora D – Gestão UNE 2009 – 2011
- Diretora E – Gestão UNE 2011 – 2013
- Diretora F – Gestão UNE 2013 – 2015

As diretoras entrevistadas possuem distintas vivências acadêmicas e políticas. Estas sujeitas são oriundas de diferentes estados brasileiros e com realidades de universidade totalmente diferentes. Todas as diretoras ouvidas são oriundas de universidades públicas, federais ou estaduais. Um dos pontos comuns entre elas política de esquerda, partidária e também no movimento feminista, no caso, na construção da Marcha Mundial das Mulheres.

No tempo de realização de minha pesquisa, essas mulheres não são mais estudantes de graduação, não estão mais no movimento estudantil, em relação ao feminismo permanecem atuantes. O feminismo permanece em seus cotidianos, na suas atuações como militantes sociais, como estudantes de pós-graduação, como agentes públicos, na atuação profissional.

A Diretora de Mulheres A, gestão da UNE 2003-2005, formou-se em Comunicação Social na Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é assessora sindical no Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO), da rede pública de ensino. Sua militância relaciona-se, atualmente, com a formação política, em específico, a formação feminista dentro do movimento sindical.

A Diretora B, gestão da UNE 2005-2007, formou-se em Direito na Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente está na Secretaria da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do estado do Pará, e na vice-presidência do Sindicato dos Bancários em sua cidade. Além da militância no movimento sindical, é

ativa na construção da Marcha Mundial das Mulheres, e atua diretamente com as mulheres trabalhadoras e formação feminista. Como proposta, atualmente, afirmou apresentar dentro da organização do Sindicato dos Bancários, a formação de coletivos de sindicalistas.

Já a Diretora de Mulheres C, gestão da UNE 2007-2009, permanece no espaços da universidade, mas agora como docente. É professora de Medicina de Família e Comunidade da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Também é doutoranda na área de saúde da mulher. Segundo ela, por mais que a atuação profissional e os estudos que desenvolve não possibilitem mais tempo de militância, contribui e permanece militante da Marcha Mundial das Mulheres.

A Diretora D, gestão da UNE 2009-2011, é licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no ano de 2008, e bacharel em Ciências Sociais pela mesma universidade, em 2010. Realizou seu mestrado na Universidade Federal de Minas Gerias (UFMG), em 2014, na área de Sociologia, estudando a situação da juventude na sociedade brasileira. Atualmente é diretora de infraestrutura da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Minas Gerais, e atua diretamente com o tema das mulheres e a Agroecologia. Também permanece militante da Marcha Mundial das Mulheres.

A Diretora E, gestão da UNE 2011-2013, está concluindo seu curso de Serviço Social na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é militante do Partido dos Trabalhadores em espaços políticos nacionais, estaduais e municipais. Sua militância no feminismo é intensa e constrói em diferentes âmbitos a Marcha Mundial das Mulheres.

A Diretora F, gestão da UNE 2013-2015, graduou-se em Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná (UFPR). No ano de 2016 ingressou no mestrado em Antropologia na mesma universidade. Sua investigação envolve a temática das mulheres indígenas, aproximando o feminismo de sua investigação. Sua relação com o feminismo também permanece na militância política e na construção da Marcha Mundial das Mulheres.

Essas mulheres são exemplos do protagonismo das estudantes nas universidades e no movimento estudantil, em diferentes tempos históricos e contextos brasileiros. Direcionaram e direcionam parte importante de suas vidas para

construções coletivas e para construir e fortalecer o feminismo e um mundo justo, solidário, democrático, fraterno. Essas diretoras protagonizaram a criação e construção dos espaços de auto-organização nas universidades, nas entidades estudantis; construíram coletivos de mulheres em suas universidades; organizaram encontros estaduais e nacionais; fortaleceram a pauta feminista no ME; combateram as várias manifestações do machismo na universidade e em suas organizações políticas. Como elas muitas outras foram e são protagonistas no fortalecimento e da luta feminista no espaço do movimento estudantil, da universidade e educação, na sociedade.

Por fim, minha formação no feminismo além de estar impulsionar meus estudos e foco de pesquisa, também influencia a linguagem empregada na dissertação. Acredito ser necessário uma coerência entre o problema investigado e a escrita acadêmica. A linguagem utilizada não é simples detalhe, é parte importante para pensar mudanças de paradigmas, em especial na área do conhecimento, da pesquisa, da educação. Através das palavras e da linguagem expressamos nossas ideias e opiniões, assim como visibilizamos sujeitas e sujeitos históricos.

A utilização do feminino, por exemplo, com o uso da palavra *sujeitas*, não é simples acaso. O cuidado com o uso dos femininos no texto tem como objetivo visibilizar o protagonismo das mulheres no espaços do ME e da universidade, assim como resgatar a presença das mulheres em todos os espaços, em suas capacidades humanas, intelectuais, em seu protagonismo político em todos tempos históricos. Essas mulheres estudantes, assim como outras, não são coadjuvantes em seu momento histórico, pelo contrário, são ativas no combate ao machismo, ao racismo, as opressões e violências em diferentes contextos sociais.

A língua e a linguagem constituem-se como organismos vivos, e, por isso, passíveis de mudanças e adaptações. Segundo o “Manual para o uso não sexista da linguagem”⁷ a linguagem não sexista não é apenas um caminho para aprimorar a língua e a linguagem, mas também para incorporar as mudanças sociais em sua realização e percepção.

⁷ BRASIL, Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Rio Grande do Sul. **Manual para o uso não sexista da linguagem**. Disponível em: <www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791>. Acesso em: 15 maio 2017.

As línguas vivas mudam continuamente, incorporando novos conceitos e expressões e, nesse sentido, não há nenhum problema em criar palavras para adaptar-se à nova realidade social, como é o caso de toda a nova linguagem gerada pelo uso da Internet (e-mail, chat, web, etc.), ou as mudanças que supõem a incorporação das mulheres a profissões e cargos que antes lhes seriam vetadas ou de difícil acesso: surgem então ministras, executivas, presidentas... Estes são exemplos de uma mudança nos usos da linguagem: o que antigamente se considerava como um erro gramatical hoje aparece como algo cotidiano e aceitável.

Reafirmo que a investigação científica é campo de tensão, mas também de perpetuação de muitas invisibilidades. Muitos pesquisadores e estudiosos referenciados neste trabalho acabam por reproduzir uma linguagem sexista quando utilizam a palavra “homem” para falar também das mulheres, ou mesmo, o masculino referindo-se também às mulheres. Entendo que esse uso é ultrapassado e participa na invisibilidade das mulheres. Por mais que entenda esse equívoco, acredito ser um processo em construção e não deixo de levar em consideração suas contribuições. As mudanças paradigmáticas não se dá automaticamente e apenas no plano abstrato. É importante seu uso e materialização. Isso pode ser entendido para diferentes lutas e utopias. Quando pensamos em mudanças de paradigma devemos pensar em processos de transição. O trabalho que realizei pretende contribuir com essas mudanças.

Nesse sentido, podemos pensar essas relações de poder e mudança, lembrando as palavras de Santos, B. (2010, p. 26) “(...) Para ampliar paradigmas é fundamental ampliar os usos de nossa capacidade de criar novas realidades e mudanças reais.” A linguagem utilizada e a reflexão sobre seu uso são tarefas importantes nos processos de construção de novas realidades. Por isso, durante o trabalho, quando me referenciar às mulheres uso a expressão “sujeitas” para reafirmar que falo das mulheres estudantes, construtoras de transformações e práticas. Na maioria das vezes, optei em colocar o feminino e masculino na ausência de um substantivo de dois gêneros.

Meu uso e reflexões buscam a prática do novo na língua e no fazer da ciência. Espero expressar isso através da escrita. Não podemos ignorar o poder da língua na construção das subjetividades, do conhecimento e nos diferentes espectros sociais.

2.2 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para proceder a investigação, realizei dois movimentos de coleta de dados. O primeiro foi a compilação dos documentos sínteses, ou seja, as *Cartas dos Encontros de Mulheres Estudantes da UNE*, no período 2003-2015. A pesquisa e coleta dos documentos foi realizada com acesso aos espaços virtuais como blogs e sites produzidos pelas próprias estudantes e Diretoria de Mulheres da UNE. Além disso, também realizei a pesquisa no site da UNE, e para alcançar algumas edições contei com a colaboração das diretoras.

O segundo procedimento foi a realização das entrevistas com as Diretoras de Mulheres da UNE no período de 2003 a 2015. Realizei seis entrevistas semiestruturadas (roteiro em apêndice) que procuraram abordar, através de nove perguntas, a auto-organização das mulheres no ME e na universidade; os impactos do feminismo na universidade e na formação humana, ética e política; os limites e avanços entre feminismo e ME. Três entrevistas foram realizadas presencialmente. As diretoras A e B foram entrevistadas em Porto Alegre e a entrevista com a diretora E ocorreu em São Paulo, durante um encontro da Marcha Mundial das Mulheres. As outras três entrevistas foram realizadas através de Skype nos espaços de pesquisa da UFRGS.

Considero que minha participação no ME, no movimento feminista, e conhecer as sujeitas da pesquisa foram questões importantes para desenvolver a investigação e analisar os dados. A aproximação com as diretoras facilitou a coleta dos documentos dos EMEs e o esclarecimento de dúvidas que surgiram durante a investigação. Na realização das entrevistas percebi que ocorreram de forma descontraída e sincera, sem maiores pudores nas narrativas de fatos marcantes para elas, em suas militâncias e em processos de outra ordem, como nas mudanças nas relações afetivas que ocorreram a partir do contato com o feminismo.

As entrevistas foram gravadas e transcritas. Cada entrevista teve tempo estimado de quarenta minutos. Na transcrição, subtraí algumas expressões da língua falada, realizando adaptações para a língua escrita no padrão normativo da Língua Portuguesa, com o objetivo de facilitar a compreensão e interpretação dos dados.

A análise das entrevistas e das Cartas dos EMEs tiveram como base as

contribuições de Minayo (2012). Após as transcrições realizei uma primeira análise vertical, identificando as especificidades na fala de cada diretora. No segundo momento fiz uma análise horizontal, reunindo as respostas das diretoras de cada questão das entrevistas. Esse movimento proporcionou um olhar mais profundo de cada tópico abordado e identificar como os temas reúnem campos importantes do estudo, o que Minayo (2012, p. 624) denomina como *unidades de sentido*, ou seja, “[...] o esforço de sínteses diminui o número de subconjuntos, mas não despreza a riqueza das informações”.

A seleção das *unidades de sentido* emergiram da análise das entrevistas e das Cartas dos EMEs. Cada uma delas é analisada e interpretada ao longo da dissertação nos seguintes tópicos: 4.1 *As sujeitas políticas mulheres: feminismo e auto-organização*; 5.2 *Marcas do patriarcado na universidade*; 5.3 *Formação humana como antídoto: perspectivas de uma universidade feminista*; 6.2) *Encontro de Mulheres Estudantes da UNE: resistências e conquistas das estudantes no movimento estudantil*.

As Cartas dos EMEs foram lidas e analisadas individualmente, sendo parte fundamental da investigação. Nelas são destacadas as principais reivindicações das estudantes em cada momento político, bem como suas análises sobre os contextos políticos e econômicos e os desafios para a construção do feminismo no ME, na universidade e na sociedade.

3. ASPECTOS DA CONTEMPORANEIRDADE: CONTRIBUIÇÕES DO FEMINISMO PARA PENSAR A ECONOMIA E POLÍTICA

O modelo capitalista e patriarcal possui uma história de narrativas e legitimação das desigualdades entre homens e mulheres. Essa perpetuação possui muitos interesses, como a manutenção de uma sociedade na qual parte do trabalho para o desenvolvimento da vida humano é realizado de forma desigual, e por mulheres. A justificativa da carga diária de trabalho está baseada em um “amor materno”, algo que deve ser natural às mulheres, que demonstra a “força de seu amor”, sentimentos que são perpetuados como “naturais” e não construções sociais. Nesse contexto, no mundo público do trabalho, no ambiente privado da família, no exercício de sua sexualidade, etc., a relação entre mulheres e homens é hierárquica e os últimos com muitos privilégios. As mulheres cada vez mais tornam-se mercadorias, seus corpos são programados e moldados por estereótipos de beleza e padrões de consumo. Os meios de comunicação e a publicidade encarregam-se de expandir esse conjunto de “verdades” e expectativas. Entrelaçam-se interesses de mercado com modelos de organização da sociedade e de vivências humanas.

Essa história, que não é contada a partir do prisma das mulheres, acaba por reforçar a atual realidade de privações e violências. O patriarcado é ancorado por valores, costumes e comportamentos que são reproduzidos pelas instituições sociais, culturais, meios de comunicação, religiões. Segundo Puleo (2004) muitos discursos são historicamente construídos e perpetuados, fazendo com que a situação desigual que vivem mulheres e homens seja encarada como natural e assim imutável.

Há diversos tipos de discurso de legitimação da desigualdade de gênero. A mitologia é talvez o mais antigo (Madrid, 1999). Por exemplo, na Grécia, os mitos contavam que, devido à curiosidade própria de seu sexo, Pandora tinha aberto a caixa de todos os males do mundo e, em consequência, as mulheres eram responsáveis por haver desencadeado todo tipo de desgraça. A religião é outro dos discursos de legitimação mais importantes. As grandes religiões têm justificado ao longo dos tempos os âmbitos e condutas próprios de cada sexo. Na tradição judaico-cristã, o relato da expulsão do Paraíso tem essa função. Eva é a Pandora judaico-cristã porque, por sua culpa, fomos desterrados do Paraíso. Assim, a exaltação da humildade e obediência da Virgem Maria em um momento de auge das sufragistas parece ter tido como objetivo limitar a força desse movimento reivindicativo (Wagner, 1991) [...]

também as ciências têm funcionado como discursos de legitimação da desigualdade na sociedade [...] Lembremos o caso da exclusão das mulheres da cidadania no momento da instauração das democracias modernas: célebres médicos-filósofos como Cabanis fundamentaram o não-reconhecimento dos direitos políticos como o voto, com sua teoria da debilidade cerebral da mulher e com os preceitos da Higiene, que recomendavam sua dedicação integral à maternidade (Fraisse, 1989). [...] Por isso, vou defender que a filosofia tem servido, em muitos casos, ao longo de sua história, para justificar a desigualdade entre os sexos. (PULEO, 2004, p. 14)

Os discursos, as narrativas literárias, históricas, filosóficas, religiosas expressam o lugar destinado às mulheres na sociedade, como seres inferiores, incapazes, ou até mesmo perigosos para a harmonia da sociedade. É preciso domesticá-las e enquadrá-las, colocando como sua tarefa diária a realização de uma grande carga de trabalho, se necessário fora de casa e depois, naturalmente o trabalho doméstico e de cuidado com crianças e idosos. Esse trabalho realizado pelas mulheres, repetidamente, é invisível nos índices e marcadores econômicos, não é entendido como trabalho a ser creditado nas estatísticas de mercado e por isso, é naturalmente direcionado às mulheres.

O feminismo, nesse contexto, tem demonstrado importantes exemplos de produção de novas formas de vida e ação em sociedade. As mulheres como sujeitas políticas, em diferentes partes do mundo, têm apresentado resistência diante de uma condição humana limitada, ou seja, em uma sociedade não só capitalista, mas também patriarcal, racista, lesbofóbica. Exemplo disso, é a solidariedade mundial, por parte de organizações de mulheres, para o combate a todas as formas de violência, ou mesmo novas formas de organização econômica, como empreendimentos de economia solidária que garantem a autonomia econômica das mulheres no campo e na cidade. Dentro do atual contexto, nas relações trabalhistas produtivas, as mulheres são as mais afetadas, pois em tempos de crise são as primeiras a serem despedidas e as que sempre são responsáveis pela dupla jornada de trabalho.

A globalização neoliberal, na verdade, é uma nova expansão imperialista e é resultado da correlação de forças desfavoráveis para os setores explorados e oprimidos que lutam por sua liberação, e conseqüentemente, um aumento do poder dos dominadores. As relações produzidas nesse contexto reforçam a desigualdade das mulheres, o que faz com que ocorra uma hegemonia

conservadora que fortalece a opressão de gênero, classe, raça e reforça e incrementa ainda mais as formas de dominação e de violência contra as mulheres, assim como aumenta a homofobia. (FARIA, 2005, p. 25)

A globalização da vida em sociedade potencializou a globalização do mercado e de muitos modelos injustos de relações sociais, econômicas, culturais. Podemos refletir sobre globalização retomando os estudos do geógrafo brasileiro, Milton Santos, que refletia sobre a globalização no contexto capitalista. Para ele, a globalização que inicialmente parece ser espaço de possibilidade de novos valores e ações humanas, mas solidárias e cooperadas, pelo contrário, representa uma globalização de números, lucros voláteis, realidades de pobreza e violência. Santos, M. (2001) afirma que a globalização possui duas faces: primeiro como fabulação, segundo como perversidade. Segundo o autor, diante de um mundo que se pretendia melhor, com inovações tecnológicas, e assim, com maior rapidez no acesso à informações e ao conhecimento, a globalização poucas respostas produziu para antigos problemas sociais. Infelizmente, o maior beneficiado da globalização, tem sido o sistema econômico, ou seja, uma globalização e padronização de consumo, calcados na exploração desenfreada da natureza. A globalização que foi entendida, primeiramente, como positiva, acabou sendo “o ápice do processo de internacionalização do capitalismo” (SANTOS, M., 2001, p. 22).

É possível observar uma tênue relação de dominação, que passa por uma crítica ao modelo atual da sociedade capitalista, atrelada ao patriarcado, que se apresenta através da economia neoliberal, assim a um contexto de crises e desigualdades.

Sobre o atual contexto, Santos, B. (2010a, p. 144) fala sobre a necessidade de um “futuro pós-capitalista”. Essa perspectiva é importante para desnaturalizar o atual modelo de organização da vida em sociedade, que pretende-se imutável, e para criar transições e identificar novas possibilidades e experiências. Santos, B. (2016)⁸ afirma a necessidade de superação do atual modelo, segundo ele, dentro do atual paradigma as crises não serão superadas, mas contínuas. Afirma que o uso da palavra *crise* tem

⁸ Conforme palestra realizada no Ciclo de Debates Inclusão Social, Segurança e Universidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – ILEA. Porto Alegre proferida pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos 19.01.2016.

sido utilizada, constantemente, para justificar retrocessos, reduzir e retirar direitos historicamente conquistados (informação verbal).

Como resposta observa-se ajustes dentro do mesmo modelo, velhas respostas para perguntas antigas. Compreender que as crises econômicas são parte do modelo capitalista, possibilita um olhar crítico para a realidade e o desafio de superação da realidade desigual. Essa questão é um desafio em nossos tempos e desafios. Um exemplo é pensar a superação do atual modelo dentro de um contexto globalizado. Torna-se um desafio pensar as relações das tecnologias, do acesso à informação com uma vida mais saudável, coerente na relação com os recursos básicos naturais, com a construção de outros paradigmas políticos, sociais, culturais, econômicos.

Acima, os autores afirmam a necessidade de superação do atual modelo. São necessárias novas perspectivas mais eficientes não de mercado, mas enquanto sociedade. Como lembra Santos, M. (2001, p. 35) “(...) neste período histórico, a crise é estrutural. Por isso, quando se buscam soluções não estruturais, o resultado é a geração de mais crises.”

O patriarcado, entrelaçado ao capitalismo, produz distintas relações de dominação, de ordem objetiva e subjetiva. É preciso pensar a transformação dentro dessa realidade e de seu funcionamento. O atual paradigma necessita de pessoas vestidas, sadias, alimentadas, comunicativas, com comportamentos delimitados, para trabalhar em suas empresas, fábricas, setores de serviço. Essa relação é inquestionável, mas o que ocorre é que um é reconhecido como trabalho e o outro naturalizado como obrigação. Assim, a rotina diária de trabalho produzido por mulheres e homens é totalmente desigual. O trabalho doméstico, o cuidado com crianças e idosos continua considerado natural e assim, invisível para as estatísticas e indicadores do sistema capitalista.

Carrasco (2003, p. 21) sobre o trabalho produtivo e reprodutivo e sua relação com a manutenção do capitalismo, afirma que:

Também foram evidenciados outros aspectos – econômicos e relacionais – do trabalho familiar doméstico absolutamente necessários para que o mercado e a produção capitalista possam funcionar: o cuidado da vida em sua vertente mais subjetiva de afetos e relações, o papel da segurança social do lar (socialização, cuidados sanitários), a gestão e a relação com as instituições etc. Todas essas atividades são destinadas a criar e manter pessoas saudáveis, com estabilidade emocional, segurança afetiva,

capacidade de relação e comunicação etc., características humanas sem as quais seria impossível não somente o funcionamento da esfera mercantil capitalista, mas também a aquisição do chamado “capital humano”.

Dentro desse contexto, somado ao capitalismo neoliberal e ao patriarcado, temos o colonialismo, que produz a ideia de superioridade e inferioridade entre povos. A partir dessa lógica, parte da população acessa direitos básicos humanos, e o restante estaria fadado à pobreza, miséria e violências. De acordo com Santos (2010b, p. 145):

Descolonizar significa des-pensar a naturalização do racismo (o racismo justificado como resultado de inferioridade de certas raças ou etnias, não como sendo sua causa) e denunciar todo o vasto conjunto de técnicas, entidades e instituições que reproduzem: os manuais de história, escola, a universidade (o que se ensina, quem ensina e a quem ensina), os noticiários, a moda, os condomínios fechados, a repressão policial, as relações interpessoais, o medo, o estereótipo, o olhar desconfiado, a distância física, o sexo, a música, étnica, as metáforas e a piadas correntes, os critérios sobre o que é belo, apropriado, bem pronunciado, bem dito, inteligente, credível, a rotina, o senso comum, os departamentos de relações públicas ou de recrutamento de empregados, o que conta como saber e ignorância etc.

As questões apresentadas sobre a colonialidade, a partir de um padrão eurocêntrico de sociedade, reafirmam o colonialismo, com diferentes formas. É preciso compreender o papel que essa mentalidade representa para a sustentação de uma visão eurocêntrica da sociedade. Muitas realidades do mundo são desconhecidas, menosprezadas, ou então toleradas. Essa compreensão de um mundo ideal externo e que explora outros mundos, exclui de sua visão de mundo muitas realidades, o que Santos (2010a) também refere-se ao Sul global. Assim como o patriarcado exclui as mulheres como sujeitas sociais, políticas, com conhecimentos e direitos; o colonialismo classifica as experiências humanas entre desejadas e indesejadas, evoluídos e primitivos, conhecimentos válidos e irrelevantes.

Como afirma Santos, B. (2010b), esses processos ocorrem no plano da materialidade da vida humana, assim como é construído de diferentes formas no cotidiano, subjetivamente. Quijano (2010, p. 84), sobre o colonialismo, afirma: “Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos

materiais e subjetivos [...]”. Entender essas relações de dominação e sua presença na construção do conhecimento e na educação é importante para a superação do racismo e uma perspectiva eurocêntrica de sociedade, ampliando, também, nossa percepção, interpretação e compreensão do mundo.

Descolonizar é uma busca e tentativas de diálogo com o diferente e o despreendimento de certezas ou leituras de mundo. É preciso visibilizar um conjunto de protagonistas, mulheres e homens, que atuam e atuaram no mundo, buscando sua transformação. Ir além de um pensamento eurocêntrico, representa a busca por identificar relações de dominação que ocorrem na relação patriarcado, capitalismo e colonialismo. De acordo com Cunha (2011, p. 21):

O pós-colonial é contar a história de outra maneira, com outros enunciadores, outras geografias do conhecimento, outros nós de razão, mas também é abrir-se a outros destinatários, à crítica e à inconformidade que *outros* auditórios podem exercer sobre a busca epistemológica. Uma abordagem crítica e pós-colonial trabalha no sentido de resistir, em primeiro lugar, à continuada absorção dos outros pela narrativa e gramática que se tornaram dominantes e que, por isso, se torna a si mesma ponto de partida, ponto de chegada e paradigma comparativo e hermenêutico.

É importante identificar os mecanismos de manutenção de uma sociedade que se baseia em valores econômicos, políticos e sociais não justos e com objetivos de consumo e exploração desenfreada aos recursos naturais. Os impactos dessa visão hegemônica já são sentidos em muitos lugares do mundo. Países permanecem sendo explorados e saqueados pelos grandes capitalistas mundiais.

Essa visão tem impactos no Brasil. O colonialismo no Brasil parece ainda estar presente em nossos dias. Hoje é possível identificar a volta de privatizações e venda de riquezas brasileiras para grupos privados internacionais. Seguindo uma visão neoliberal de economia, soma às privatizações, a redução de políticas sociais de distribuição de renda ou mesmo cortes de investimento em saúde e educação.

O campo da educação no Brasil, em tempos de ampliação de mercados e mercadorias, permanece área de grande lucratividade. No Brasil, o ensino superior tem representado apenas mais um produto nas prateleiras do mercado. É possível identificar, no atual contexto da universidade brasileira, uma maioria de instituições

privadas⁹. Desde sua origem, a educação superior no Brasil, não foi realidade para grande parcela da população. O caráter elitista do ensino superior brasileiro tem marcas profundas:

A educação e o conhecimento são bens públicos e direitos humanos essenciais e precisam apresentar qualidade com sentido científico e social. Um direito humano jamais deveria ser negligenciado, tampouco sonogado a parcelas da população e nem restringir-se aos aspectos pragmáticos e utilitários da vida. Qualidade para poucos é elitismo. Qualidade apenas para o mercado é redução do cidadão a capital ou recurso humano. (SOBRINHO, 2015, p. 581)

Por muitos anos a educação superior pública, gratuita e de qualidade não teve maiores investimentos, e seu acesso torna-se de grande concorrência, com número limitado de vagas e muitas candidatas e candidatos buscando seu acesso. O Brasil possui atualmente apenas 19% dos jovens com idade entre 18 a 24 anos em universidades ou faculdades¹⁰. Essa realidade é reflexo do caráter elitista da universidade pública brasileira, e foi o que possibilitou a grande ampliação no mercado de instituições privadas.

Um período que apresenta distinções, em relação ao investimento e expansão da universidade pública, ocorre entre os anos de 2003 a 2012, quando novas universidades públicas e *campi* de federais já existentes são criados, além da implementação de políticas de acesso e permanência, como as cotas raciais e o fortalecimento da assistência estudantil. O que ocorre é que, mesmo diante dessa expansão, não foi possível identificar uma maior paridade de oferta de vagas entre as instituições públicas e privadas.

Se fosse o caso de acompanhar o processo pelo qual se passou de uma universidade institucional para uma universidade organizacional ou de mercado, uma das etapas a se destacar nesse percurso seria o exame da estratégia política de estímulo à rejeição social da universidade pública, que em nosso país coincide, de forma orquestrada ou não, com a mercantilização do ensino superior, a qual atingiu patamares fantásticos nos governos FHC (Fernando Henrique Cardoso), com a extraordinária proliferação de empresas de ensino que já se organizavam para disputar o mercado da pós-graduação, uma vez que o de graduação encontra-se relativamente saturado.

⁹ No capítulo cinco realizo um histórico da universidade no Brasil.

¹⁰ Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social#_ftn1>. Acesso em: 08 de jun. 2016.

(SILVA, 2014, p. 120)

É gritante a discrepância no acesso ao ensino superior entre os que possuem condições econômicas para fazê-lo e os que não possuem estrutura ou mesmo condições adequadas para o acesso ao ensino superior de qualidade. Observa-se uma educação superior mais voltada para a mercantilização de diplomas e titulações e que de alguma forma representam postos de trabalho mais dignos. As formações acadêmicas acabam por ser cada vez mais exclusivamente técnicas, não privilegiando uma reflexão crítica da realidade. O crescimento do capital internacional no mercado da bolsa de valores e na compra de ações no Brasil demonstra o ensino superior favorável aos negócios e a perpetuação de um modelo econômico que privilegia o lucro, competitividade, reafirmando assim as subjetividades que reforçam a organização neoliberal da economia. Mesmo em período de retração econômica, o setor da educação, na bolsa de valores, continua em ascensão¹¹.

No Brasil, desde 2016, instaurou-se um golpe parlamentar. Segundo Santos, B. (2016)¹² o que ocorreu no Brasil foi possível através da aliança entre setores distintos e de muito poder no Brasil, ou seja, os meios de comunicação e o judiciário. É possível observar um País polarizado entre a luta contra as opressões e a busca pelo aprimoramento da democracia, em oposição a um país de desigualdades, concentração de poder e privilégios. De acordo com organizações e movimentos sociais e populares¹³:

Após 26 anos, o Brasil vive mais uma ruptura democrática, que nos leva a uma grave crise política, econômica e social. O ano de 2016 foi marcado pela violação da democracia, um direito do qual derivam vários outros direitos. Não

¹¹ Segundo a CONTEE (Confederação Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino) em setembro de 2012 o crescimento das ações das IES (Instituições de Ensino Superior) que operam na Bovespa, atingiram alta de até 90%. No ano de 2012 que o Ibovespa acumulou ganhos de apenas 8%, o setor de educação se destacou com as ações de três empresas ligadas ao ensino superior: da Kroton subiram 90,9% no ano, em seguida vem a Estácio com valorização de 84,7%, depois a Anhanguera, com 62,1%. Disponível em: <<http://contee.org.br/contee/index.php/2012/09/ies-na-bolsa-de-valores-colocam-a-educacao-superior-em-risco/#.V0x5afkrLIU>>. Acesso em: 30 maio 2016.

¹² SANTOS, Boaventura de Sousa. Brasil ainda pode evitar o “novo” golpe. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, 25 jan. 2016. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/01/politica/478789-impeachment-tem-aspectos-de-golpe-parlamentar--diz-boaventura.html>. Acesso em: 27 maio 2016.

¹³ FORUM SOCIAL MUNDIAL. Alerta social. Quais direitos você perdeu? Pelo que você lutou? Disponível em: <http://forumsocialportoalegre.org.br/files/2017/01/publicação-completa_final.pdf>. Acesso em 23 jun. 2017

Nos enganemos, golpes e rompimentos democráticos acontecem periodicamente na história do Brasil. A exceção por aqui é a democracia. Em 126 anos de República, o país teve 36 governantes e apenas um terço deles (12) foi eleito diretamente e terminou o mandato. De 1926 pra cá, a proporção é ainda maior: dentre 25 presidentes, apenas 5 foram eleitos pelo voto popular e permaneceram no posto até o fim: Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek, Lula, FHC e Dilma, que não terminou o segundo mandato.

O Brasil, com Temer, retoma a implementação de políticas neoliberais. Avanços e direitos conquistados são reduzidos ou mesmo interrompidos. Investimentos em saúde, educação, habitação, agricultura familiar, cultura, combate à pobreza, não são mais centrais para o desenvolvimento do País. Concomitante a isso, a busca pela aprovação da reforma trabalhista, da previdência, e privatizações. A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55 é simbólica nesse sentido, pois representa uma estagnação dos investimentos em educação e saúde pública no Brasil. Sua aprovação acabou por vincular os gastos nas áreas acima, à inflação, e não ao crescimento da receita, como ocorria anteriormente. Esse novo cálculo é pretendido para as próximas duas décadas no Brasil, e apresenta redução significativa dos investimentos, e assim, impacto na vida da parcela mais pobre e excluída da sociedade¹⁴.

O golpe político no Brasil foi possível, também, pelo contexto extremamente conservador da Câmara e do Senado brasileiro. A atual composição da Câmara de Deputados é formada, na sua maioria, por grupos econômicos, empresariais e privados, como o agronegócio, as oligarquias, grupos religiosos e conservadores, que dentro desses espaços elegem seus representantes e assim seus interesses.

As políticas em curso no Brasil, principalmente no governo Lula e Dilma, por mais que possuíssem muitas limitações, acabaram por representar conflito e ameaça aos interesses de grupos econômicos e políticos, historicamente privilegiados e na política representativa brasileira. Em uma conjuntura de avanço democrático, com a criação de políticas sociais e de redistribuição de renda, muitos setores mostravam-se descontentes e assim ativos no processo do golpe político no Brasil. Santos

¹⁴ DRUMOND, Carlos. Entenda o que está em jogo com a aprovação da PEC 55. **Carta Capital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-aprovacao-da-pec-55>>. Acesso em 15 de maio 2017

(2010b) nos fala sobre os perigos que governos democráticos que buscam reforçar políticas mais justas e humanas representam para o capitalismo. Para ele: “[...] quanto mais significativas forem as vitórias democráticas [...] maior a probabilidade de o bloco capitalista recorrer a meios não democráticos, isto é, fascistas, para recuperar o controle do poder de Estado” (SANTOS, 2010b, p. 127). Outro aspecto comum são as políticas de austeridade, que segundo Santos, B. (2017)¹⁵, são políticas comuns a países onde os interesses econômicos são colocados acima dos interesses humanos, e que seu objetivo é em fortalecer a decadente economia neoliberal:

A hipertrofia dos mercados financeiros não permite crescimento económico e, pelo contrário, exige políticas de austeridade por via das quais os pobres são investidos do dever de ajudar os ricos a manterem a sua riqueza e, se possível, a serem mais ricos. Nestas condições, as precárias classes médias criadas no período anterior ficam à beira do abismo de pobreza abrupta. Intoxicadas pela mídia conservadora, facilmente convertem os governos responsáveis pelo que são hoje, em responsáveis pelo que lhes pode acontecer amanhã.

Muitas iniciativas parlamentares ilustram bem o caráter conservador e majoritário na política brasileira. O Projeto de Lei (PL) do Estatuto da Família (nº 6583/2013), o PL do Estatuto do Nascituro (nº 478/2007), as propostas de alteração do Código Penal para os casos de aborto (nº 5069/2013); as iniciativas do executivo como a extinção, após o golpe político, da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria de Direitos Humanos. Certamente essa realidade já estava em andamento na política brasileira. Em 2014 foi aprovada a retirada, no Plano Nacional de Educação (PNE), da redação sobre a importância do combate à discriminação de gênero, raça e orientação sexual nas escolas. A principal bancada política na Câmara e Senado, proponente e defensora da proposta, representava interesses de grupos religiosos, católicos e evangélicos. Além de colocar em xeque a característica do Brasil como Estado laico, acabou sendo apresentada em outros nove Planos Estaduais de Educação, pulverizando-se também para municípios¹⁶. Essas medidas apresentam um

¹⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. Brasil: a democracia a beira do caos e os perigos da desordem jurídica. **Jornal Sul 21**. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/brasil-a-democracia-a-beira-do-caos-e-os-perigos-da-desordem-juridica-por-boaventura-de-sousa-santos/>>. Acesso em 20 maio 2017.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.deolhonosplanos.org.br>>. Acesso em: 13 maio 2016.

contexto de recuos na construção da dignidade humana, pois ataca direitos básicos constitucionais, e além disso, reforça um conjunto de opressões e violências sociais muito presentes no Brasil:

Olhar para as iniciativas legislativas facilita a compreensão de que o conservadorismo está em uma ofensiva articulada, que passa pela retirada dos direitos com a terceirização, pela legitimidade do encarceramento e genocídio da juventude negra com a redução da maioria penal, pelo avanço do capital sobre os territórios do novo código mineral ou dos entraves colocados pelo agronegócio à demarcação das terras indígenas, pela criminalização das mulheres em todas as iniciativas reacionárias referentes ao aborto, pelo reforço da heteronormatividade e da divisão sexual do trabalho com o estatuto da família, e a lista poderia ir além. Essas iniciativas legislativas se encontram conectadas a expressões do conservadorismo na sociedade, seja na banalização da violência nos espaços públicos e privados, do controle e mercantilização dos corpos e da sexualidade, do individualismo e consumismo como norma. (FARIA; MORENO, 2016, p. 09)

É nesse contexto que desenvolve-se essa pesquisa e pretende ser parte da resistência a retrocessos. Nessa conjuntura mostra-se importante pensar um futuro de novas possibilidades, repensando as instituições sociais, por exemplo, a universidade como espaço de formação humana, política e ética. Aproximar o feminismo dessas reflexões é fundamental, em especial quando pensamos na educação. Pensar resistências é resgatar a organização das mulheres estudantes, a partir de um olhar feminista. Essas estudantes não pensam apenas o feminismo, mas suas relações com o campo da educação em diferentes âmbitos, e em distintos momentos da história.

O neoliberalismo, movido ao individualismo e consumo, a dignidade não é prioridade. É possível identificar um paradoxo de uma humanidade que aceita sua desumanização. Grande parte da população convive com um conjunto de mazelas e injustiças sociais. É importante perceber como nossas vontades, sonhos, subjetividades, também são resultado de um modelo que nos mostra o que devemos ter, desejar, consumir. Por mais cientes da desigualdade, decidimos conviver com elas, lutando apenas pela própria sobrevivência. Esse contexto pode ser definido como um capitalismo selvagem. Aceitam-se violências, como sendo únicas formas para se viver. Uma das reflexões que se aproxima dessa questão é apresentada por Santos, B. (2012) e sua reflexão sobre a presença do fascismo no atual contexto, não

político, mas sim, social:

Mas a verdade é que muitos cidadãos vivem nas sociedades democráticas sujeitos a constrangimentos, censuras, autocensuras, privação de direitos elementares de expressão e de movimento contra os quais não pode resistir sob pena de pesadas consequências; vivem, em suma, sujeitos a ações arbitrárias que são estruturalmente semelhantes às que sofrem os democratas durante a vigência dos regimes fascistas. Como se trata de um fascismo subpolítico, não é reconhecido como tal. (SANTOS, 2010b, p.132)

O direito à educação é fundamental para a dignidade humana, pois representa o desenvolvimento da autonomia, fundamental para a formação humana, ética e política. Seu acesso não é mais um entre tantos outros direitos constitucionais. O acesso à educação é a garantia de entender, compreender e viver o mundo. As decisões políticas, o modelo capitalista e neoliberal, a globalização de consumo e a volatilidade dos mercados, influenciam nossa visão sobre acesso a direitos, educação e sociedade. Uma sociedade que se pretende evoluída coloca como pilar uma educação comprometida com a dignidade humana, com a liberdade e que pretende a extinção de todos os tipos de violência.

4. ABRE ALAS QUE AS MULHERES VÃO PASSAR!

Neste momento pretendo abordar a atuação das estudantes universitárias, através dos espaços de auto-organização, no ME e na universidade. Apresento também a teoria feminista que baseia meu olhar e reflexões. Relaciono a análise das entrevistas e dos documentos sínteses dos EMEs, com aspectos teóricos do meu estudo.

O feminismo protagonizado pelas estudantes no espaço do ME, representa experiência importante de atuação política das mulheres no combate ao machismo. Acredito que antes de falar sobre o feminismo no ME é necessário falar sobre o feminismo. Como ponto de partida, uma definição da palavra feminismo, mas que não pretende abarcar toda a pluralidade de suas correntes de pensamento:

O feminismo como movimento de luta das mulheres só se manifesta como tal na segunda metade do século XX. Essas lutas partem do reconhecimento das mulheres como específicas e sistematicamente oprimidas, na certeza de que as relações entre homens e mulheres não estão inscritas na natureza, e que existe a possibilidade política de sua transformação. (FOUGEYROLLAS-SCWEBEL, 2009, p. 144)

A partir desta definição, reforço a situação de opressão naturalizada que vivem as mulheres. Por mais que sejam construções socialmente produzidas e legitimadas, estão longe de serem reflexões questionadas. Como construções sociais podem ser revertidas, repensadas, desconstruídas. A partir desse entendimento, muitas mulheres na história foram ativas nesse questionamento, denunciando a desigualdade e lutando por direitos. Para Cunha (2011, p.27), são mulheres que se recusam a “(...) serem pensadas como sujeitos fora da história que tem sido contada sem as palavras e os conhecimentos delas.”

Compreendo o feminismo no plural, com diferentes entendimentos sobre a origem da opressão das mulheres e das consequências dessa realidade em suas vidas. Não pretendo fazer uma análise sobre os diferentes feminismos, mas delimitar meu olhar feminista dentro dos olhares feministas mais gerais. O feminismo possui uma história de mais de 200 anos, e nesse percurso muitas mulheres escritoras,

filósofas, historiadoras, cientistas, etc., foram atuantes na luta pelos direitos das mulheres. Na sua história e organização política, é possível identificar a realidade distinta que possuíam, sofrendo diferentes opressões de sexo, etnia e classe social. Essas distinções também são observáveis no movimento estudantil, através da atuação política das estudantes. De um modo geral, podem ser três:

Três correntes no seio do movimento se opõem quanto à definição da opressão das mulheres e suas estratégias políticas: O feminismo radical, socialista e liberal. Segundo abordagens mais detalhadas, ocorrem distinções entre feministas marxistas ou socialistas, libertárias, radicais, lésbicas, materialistas, essencialistas. A oposição politicamente mais frontal recai sobre as feministas liberais, de um lado, e feministas radicais e socialistas, de outro. Por “corrente liberal”, devem-se entender os movimentos fundados na promoção de valores individuais; com a luta pela total igualdade entre mulheres e homens, pode-se falar de um feminismo reformista que conta, por meio de políticas de ação positiva, com a prioridade dada às mulheres para reduzir desigualdades. Ao contrário, os movimentos de libertação das mulheres querem romper com as estratégias de promoção das mulheres em proveito de uma transformação radical das estruturas sociais existentes. (FOUGEYROLLAS-SCWEBEL 2009, p. 147).

Entre as diferentes concepções do feminismo, minha formação política relaciona-se com o feminismo socialista. Acredito que a mudança na vida das mulheres não será possível com conquistas pontuais, legislativas, dentro do atual modelo capitalista, mas sim resultado de uma reestruturação na atual ordem social, econômica, política, cultural. Como afirmei anteriormente, minha formação como sujeita política é marcada pela militância na Marcha Mundial das Mulheres, movimento feminista, anticapitalista, antipatriarcal, antirracista, anticolonial. Essa perspectiva permeia meu estudo sobre a luta das mulheres e suas ações de emancipação.

Um dos aspectos centrais de minha reflexão, enquanto feminista, é buscar a superação do modelo atual da divisão sexual do trabalho¹⁷, que produz hierarquias e desigualdades. Essa divisão acaba por definir papéis e tarefas sociais distintas para mulheres e homens. Além disso, trata-se de um ponto importante para desenvolver

¹⁷ A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc). KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Traduzido Vivian Aranha Saboia. In: Dicionário Crítico do Feminismo.

respostas às desigualdade entre os sexos nas relações de trabalho, compreender a materialidade da opressão, visibilizar o trabalho reprodutivo invisível das mulheres. O estudo que desenvolvo, a partir de um olhar feminista, não se pretende universal, pois as mulheres não são únicas e possuem múltiplas realidades, culturas, opressões, conhecimentos.

Atualmente, discursos e narrativas afirmam a superação da desigualdade entre mulheres e homens. O que ocorre, são avanços dentro do modelo capitalista, patriarcal, racista e colonial da vida em sociedade. Por mais que parte das mulheres tenham alcançado espaços e direitos sociais, outra grande parcela, as mulheres pobres, na sua maioria negras, no Brasil, sofrem com distintas desigualdades e violências cotidianas. Os números no quesito violência¹⁸ e desigualdade no campo do trabalho¹⁹ reafirmam essa realidade. Por conta disso, é fundamental questionar o papel da universidade na perpetuação e/ou superação dessas opressões.

A partir de minha militância e formação política no feminismo, destaco a atuação das estudantes, e identifico-a como uma constante busca e construção de novas possibilidades. Além disso, os espaços de auto-organização possibilitam novas formas de relacionamento e escuta entre as mulheres, muitas vezes refletindo em uma maior solidariedade a partir da escuta atenta:

[...] cabe as feministas saber desenvolver uma *ética da singularidade*, que é a busca da comensurabilidade entre pessoas culturalmente situadas, a procura face a face da alteridade, não de forma abstrata, teórica e categorial,

¹⁸ Segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), entre 2009 e 2011 o Brasil registrou 16,9 mil assassinatos de mulheres (feminicídios), ou seja, “mortes de mulheres por conflito de gênero”, especialmente em casos de agressão perpetrada por parceiros íntimos. Esse número indica uma taxa de 5,8 casos para cada grupo de 100 mil mulheres. A média é de 472 assassinatos de mulheres por mês. Estima-se que ocorreram, em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, ou uma a cada hora e meia. A TRAGÉDIA do machismo no Brasil: 472 mulheres assassinadas por mês, revela Ipea. **Geledés**. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/tragedia-do-machismo-no-brasil-472-mulheres-assassinadas-por-mes-revela-ipea/#ixzz47oKf84ol>>. Acesso em: 05 maio 2016.

¹⁹ Sobre as desigualdades salariais entre homens e mulheres, segundo a ONG SOF (Sempreviva Organização Feminista), a partir da análise das *Estatísticas de gênero* produzidas pelo IBGE 2010, demonstrou que as mulheres negras possuem rendimento médio equivalente a 52% do rendimento das mulheres brancas; as mulheres brancas, 67% do rendimento dos homens brancos. Observando o rendimento médio, as mulheres recebem em média 73,8% do rendimento dos homens. PUBLICAÇÃO “Estatísticas de gênero” do IBGE mostra dados relevantes sobre a autonomia econômica das mulheres. SOF–Sempreviva Organização Feminista. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2015/06/12/publicacao-estatisticas-de-genero-do-ibge-mostra-dados-relevantes-sobre-a-autonomia-economica-das-mulheres>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

mas ouvindo e dando espaço à plurivocalidade”. (CUNHA, 2011, p. 24).

O protagonismo dessas mulheres, na sua maioria jovens e com distintas relações com o feminismo, expressa um conjunto de estudos e práticas feministas que exercitam constantemente a necessidade de superação do patriarcado, do capitalismo, do racismo. Nesse sentido, analiso a experiência das estudantes e entendendo-a como espaço de riqueza, assim como, com limitações, contradições, inquietações.

O feminismo que embasa minhas reflexões entende as mulheres como protagonistas não apenas do combate ao machismo, mas construtoras de críticas, diante do que é naturalizado. O protagonismo das estudantes, no movimento estudantil e na universidade, é exemplo de tentativas da prática do novo, ações que representam o enfrentamento ao machismo nos espaços da militância social, na universidade, fortalecendo o feminismo e resgatando suas pautas políticas.

O Brasil tem vivenciado no último período momentos de protagonismo das mulheres na luta pela superação de desigualdades. Pode-se afirmar que o debate feminista foi ampliado na última década. Neste início de século XXI é possível identificar uma mudança na participação política das mulheres e uma maior presença do debate feminista na sociedade. As mobilizações ocorridas no Brasil, no contexto do golpe político, foram exemplo do protagonismo das mulheres. Essa participação tem revigorado também o feminismo. Analisando pesquisas sobre a participação política das mulheres da Fundação Perseu Abramo, em 2001, intitulada “Mulheres brasileiras nos espaços público e privado”, e outra de 2010 do Serviço Social do Comércio (SESC) de São Paulo podemos identificar uma rearticulação e luta das mulheres:

Naquele momento a pesquisa revelou um alto grau de consciência das mulheres sobre distintos aspectos das relações sociais que marcam a situação das mulheres na sociedade brasileira, e um posicionamento otimista frente à vida. A segunda (...) mostrou um percentual expressivo de mulheres declarando uma identificação social com o feminismo. Ainda que com compreensões distintas, essa identificação pode ser interpretada a partir das respostas encontradas, como uma positividade atribuída à ampliação da liberdade das mulheres a valorização da possibilidade de ter independência econômica e pessoal, uma ampliação das expectativas de sua atuação e presença no mundo público. Os dados e a história recente do Brasil nos

autorizam a afirmar que as mulheres mudaram e têm hoje outro patamar de consciência. Uma dinâmica que se alimentou e se fortaleceu com as transformações ocorridas no país a partir de 2003. Mais ainda, potencializada pelo fato de o Brasil ter à sua frente uma presidenta mulher, com as características de Dilma, uma mulher de luta, que resistiu à tortura, que construiu uma trajetória em um projeto de esquerda. Para além de sua força simbólica, a concretude de uma realidade mostrando que “as mulheres podem” contribuir para esse aumento de conscientização entre as mulheres. (FARIA; MORENO, 2016, p. 42)

Como exemplo de uma maior participação das mulheres nos espaços políticos, foi a grande presença das mulheres nas mobilizações de rua em 2015, a chamada Primavera Feminista²⁰ que reuniu mulheres de diferentes gerações, organizações políticas, compreensões feministas contra as propostas conservadoras vindas da Câmara dos Deputados. O avanço do conservadorismo e sua busca pelo controle da sexualidade e do corpo das mulheres organizou grandes mobilizações das mulheres no Brasil, e apresentou um momento político que as estudantes também estiveram ativas construindo coletivos de mulheres nas universidades. Foi possível identificar a pujança do feminismo como resposta aos retrocessos conservadores.

Além disso, o feminismo produz reflexões e transformações individuais e internas, naquelas e naqueles que resolvem estudá-lo e compreendê-lo. Em minha experiência, o feminismo representou caminho sem volta. Ao identificar e compreender os limites e desafios de ser mulher na atualidade, acabei por alargar horizontes e minha compreensão de mundo. Nossa vida e formação humana baseia-se em aspectos da objetividade e subjetividade. É dessa fusão que estão os aspectos de produção e reprodução das opressões. A fala abaixo, da diretora C, afirma as construções das subjetividades produzidas em uma sociedade patriarcal e que refletem-se na forma como as mulheres se enxergam e se compreendem como seres políticos e sociais. Através da auto-organização, identificar essas construções e questioná-las passa a ser processo libertador para as mulheres:

Diretora C. *O espaço de auto-organização possibilitava tanto a gente conseguir expressar, fazendo esse elo do que é subjetivo e do que é político [...] eu acho que*

²⁰ Disponível em: < http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html >. Acesso em 25 de set. 2016.

são do suporte psicológico mesmo, do suporte político, subjetivo, que possibilita que a gente também compreenda que as repercussões do machismo não são só sobre a gente, que aquilo não acontece só porque eu sou ruim, porque eu sou fraca, porque eu não entendo, porque essas metáforas da força, da inteligência que são sempre dos homens e que acabam moldando psicologicamente como a gente se pensa. Eu acho que os espaços de auto-organização dão outro sentido pra gente entender que a vida não é constituída entre os fortes e os fracos, entre aqueles que são piores e os que são melhores [...].

Os questionamentos do feminismo produzem impactos no âmbito profissional, afetivo e social das mulheres. A teoria feminista impacta e modifica as relações da convivência familiar, amizades, relacionamentos. Nas entrevistas, é possível identificar como a militância no feminismo acabou por transformar a atuação política das diretoras e produzir desconstruções de verdades e valores sociais:

Diretora E. [...] *o feminismo me colocou essa coisa assim, descortinou os véus [...] porque eu posso até deixar de ser um monte de coisa, mas eu tenho certeza que deixar de ser feminista não [...] O feminismo mexe com a nossa vida, quebra por dentro, quebra por fora, dá pra ouvir os caquinhos, sabe? Muda as relações de família! [...] a minha relação com meu companheiro é problematizada mesmo!*

Os reflexos estão presentes no âmbito do público e privado. Nesse sentido, reafirma-se o dizer feminista da década de 70: “o privado também é político”. Esse pensamento fortalece o feminismo que demanda transformações radicais da sociedade e a construção de novos parâmetros para a produção e reprodução da vida humana. O feminismo apresenta-se como possibilidade de descobrir uma nova história, uma nova forma de vida:

É exigência do feminismo a construção de uma prática fundada em forte coerência entre o que é nossa vida pública e nossa vida privada; o que é nossa atuação pública e nossa vida privada. Não apenas para as mulheres. Uma das contribuições mais importantes que o feminismo trouxe para a sociedade como um todo, e para a esquerda em particular, é a reafirmação

de que nossa proposta de transformação social não pode se restringir a uma transformação do mundo público. Não se pode aceitar de forma acrítica a existência de contradições entre o que defendemos na esfera pública e o que é nossa vida pessoal, nosso cotidiano. Da mesma forma, a proposta de uma transformação radical das relações entre mulheres e homens não pode prescindir de uma perspectiva de construção de relações sociais sem opressão e exploração econômicas; sem a superação das diversas formas de discriminação e desigualdade social. Por isso, um feminismo radical e coerente identifica-se com uma visão de mundo anticapitalista e com o combate às distintas formas de desigualdade social. (GODINHO, 2008, p. 17).

Os processos de mudança que ocorrem não são instantâneos, ou mensuráveis, mas processos contínuos de contradição e ruptura. Nesse sentido, pensar a atualidade das desigualdades entre mulheres e homens é resultado de um olhar crítico aos processos de formação que reproduzem as desigualdades, hierarquias e privilégios. Os espaços de auto-organização proporcionam momentos de singular formação, e possibilitam repensar a universidade e questionar seus processos formativos. Uma educação, a partir do feminismo, deve estar comprometida com respostas radicais, criativas e humanas da organização da vida em sociedade.

4.1 AS SUJEITAS POLÍTICAS MULHERES: FEMINISMO E AUTO-ORGANIZAÇÃO

Nesta parte pretendo afirmar o papel central da auto-organização das mulheres no fortalecimento de sua luta política. Esses espaços acabam por ser espaços de formação política e emancipação social. Ao longo da História é possível observar como a auto-organização das mulheres proporcionou o combate às desigualdades e resultou na conquista de direitos:

“(...) nas lutas pelo voto feminino e pelo acesso das mulheres à educação, assim como na exigência de direitos iguais no casamento e do direito ao divórcio, do direito das mulheres à integridade física e a controlar sua capacidade reprodutiva, o feminismo pressionou os limites da ordem estabelecida, é claro, mas também das formas de pensar o mundo que a legitimavam. (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 8)

O protagonismo das mulheres apresenta-se como espaço de avanços das lutas políticas das mulheres, pois promove resistência às violências naturalizadas

socialmente e que sofrem no cotidiano. No espaço da universidade e do ME, a organização das estudantes representa o fortalecimento de um olhar feminista para a sociedade, o questionamento ao machismo. Outro aspecto, é que a auto-organização aparece como lugar de solidariedade entre as estudantes que ali encontram-se. Segundo a diretora C, a solidariedade presente nos espaços das estudantes dá novo significado ao fazer da política. Abaixo afirma a importância da auto-organização para a luta política das mulheres e no fortalecimento do feminismo:

Diretora C. [...] *a principal inovação política que o feminismo fez, e é fundamental, é o espaço de auto-organização, porque é ele exatamente que possibilita que a partir da nossa experiência do que é ser mulher, hoje, a gente consegue dar sentido à organização política [...] possibilita mesmo que o espaço da vida, a experiência do que é ser mulher se encontre com a luta política pública, né? Então, eu acho que o espaço de auto-organização possibilita a gente atualizar o sentido, também do feminismo, e, ao mesmo tempo, possibilita que a gente tenha esse laço de solidariedade, esse espaço que é um espaço preservado, mas ele é um espaço político em que a gente consiga falar livremente sobre o que são as repercussões do machismo na nossa vida, né?*

As estudantes reafirmam a importância de sua organização, nesse caso, a partir da UNE e dentro da maioria das forças políticas presentes nesse movimento. Os espaços de auto-organização organizam a intervenção e a agenda política das estudantes, relacionando-a com a superação do machismo e sua própria libertação. Na carta do 1º EME (ANEXO A) as estudantes afirmam a necessidade de construção de espaços de auto-organização como lugar de avanço para as mulheres: “[...] nós nos mobilizamos em torno da necessidade da nossa auto-organização [...] por entender que é a intervenção coletiva o melhor caminho na luta pela emancipação das mulheres”.

A partir da experiência do 1º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE, retomada em 2005, é possível identificar avanços na luta política das estudantes e na construção e fortalecimento do feminismo. Nas entrevistas, nas Cartas, em minhas próprias vivências, é possível identificar alguns pontos que em minha observação

saltam aos olhos.

Uma primeira é a relação entre auto-organização e constituição e fortalecimento da *sujeita política coletiva*. As entidades estudantis relacionam-se de forma mais direta com as lutas educacionais e a realidade do ensino superior no Brasil, ou com questões de uma política geral de sociedade. As mulheres auto-organizadas acabam por também debater sua situação como mulheres em todos os espaços sociais, inclusive na luta política, nos movimento sociais. O patriarcado manifesta-se nas diferentes áreas da vida humana, e torna-se fundamental pensar na sua superação. Nesse sentido, é possível identificar que essa é uma afirmação presente nas entrevistas e nas Cartas produzidas pelas estudantes. Um exemplo é a fala da Diretora A, que fala dessa construção de uma sujeita política coletiva:

Diretora A. [...] *a importância é justamente a constituição de um sujeito político, que não é só como os estudantes são um sujeito político, que lutam pelos direitos dos estudantes [...] quem vai lutar pelas mulheres vão ser as mulheres.*

A importância da auto-organização está presente na trajetória dessas estudantes, pois a partir do 1º EME, coletivos de mulheres estudantes passam a ser criados nas universidades. Essa perspectiva feminista reforça as mulheres como sujeitas políticas. Essa visão de feminismo e organização política tem ressonância em outras pensadoras, como em Saffioti (2015). A afirma a pesquisadora, a superação do patriarcado será protagonismo de quem o vive e sente desde seus anos mais remotos de vida:

É evidente que esta luta não pode (nem deveria) ser levada a cabo exclusivamente por mulheres. O concurso dos homens é fundamental, uma vez que se trata de mudar a relação entre homens e mulheres. Todavia, é a categoria dominada-explorada que conhece minuciosamente a engrenagem patriarcal, no que ela tem de mais perverso. Tem, pois, obrigação de liderar o processo de mudança. (SAFFIOTI, 2015, p.147)

Por mais que mulheres e homens tenham que compreender e modificar a presença do machismo, em todas as relações humanas, pois também são parte da transformação e construção do novo, serão as mulheres as protagonistas de sua

libertação. A auto-organização mostra-se essencial na construção da sujeita política, nos seus processos individuais e também na sua ação coletiva. O despertar e entendimento da ressonância do patriarcado na vida das mulheres não costuma ser exercitado pelas instituições sociais, muito menos escolas e universidades, que acabam, em muitos casos, as reproduzindo e assim as perpetuando. A partir da auto-organização, as estudantes também questionam a ordem hegemônica vigente, e buscar respostas e saídas para mudar a realidade. Ao compartilhar narrativas sobre o machismo em suas vidas, fortalecem sua atuação política e o entendimento das repercussões do patriarcado em suas vidas. As situações que vivenciam, por serem mulheres, as aproximam. A construção de uma sujeita política coletiva também ocorre com a compreensão de que as violências, desigualdades, incômodos e constrangimentos que vivenciam, não são individuais, não ocorrem apenas em suas famílias, em suas casas, relacionamentos, mas são parte de um sistema que as oprime por serem mulheres.

A segunda contribuição dos espaços de auto-organização é a liberdade na manifestação de pensamento, de opinião, de participação. Pode-se pensar no fortalecimento de uma *fala e escuta atentas*. O movimento social, e entre eles o estudantil, reflete o machismo nas suas estruturas e espaços de militância. Uma das facetas é a desvalorização da contribuição política das mulheres nos espaços de militância, seja movimento social, partidos políticos, etc. A partir de minha experiência no ME e também analisando as entrevistas, é possível constatar que os espaços políticos mistos são ofensivos às mulheres, as reprimem, desvalorizam e desencorajam. Uma das consequências dessa realidade, é a ausência da fala das mulheres nos espaços políticos públicos, em encontros estudantis, nas reuniões, assembleias, nos discursos, em Congressos. É uma participação pequena quando comparada com sua presença em todos esses espaços, ou mesmo na própria universidade. O que ocorre, é que em grande parte, as estudantes acabam por não expressar-se e não entender aquele um espaço que valoriza e quer ouvir suas opiniões e reflexões políticas. Ao contrário disso, nos espaços de auto-organização, vozes nunca são escutadas passam a se pronunciar. Segundo a diretora A, o espaço de auto-organização é espaço de liberdade de expressão das mulheres:

Diretora A. (...) *elas se sentem mais à vontade entre as mulheres pra falar, pra socializar, pra dividir, pra fortalecer o que tem em comum.*

A auto-organização mostra-se importante para a compreensão, pelas estudantes, dessa realidade machista que desvaloriza ou desqualifica suas opiniões, e visões políticas. A partir de seus espaços, as estudantes passam a exercer sua fala em público, a prática de ouvir sua palavra dita em voz alta, no microfone, no carro de som. As mulheres não são educadas para os espaços políticos, por isso possuem dificuldades de expressão em público, mesmo nas organizações das comunidades, nos movimentos sociais mistos, organizações, sindicatos. No movimento estudantil não é diferente. A fala da diretora abaixo demonstra um conjunto de opressões vivenciadas por ela e que também é compartilhada por outras diretoras. A organização das estudantes, sua fala e escuta também ajudam na superação de visões equivocadas sobre mulheres e homens na sociedade:

Diretora C. [...] *as mulheres estudantes são tolhidas de tantas maneiras, o espaço público de maneira nenhuma é o espaço das mulheres, então, todas as vezes que as mulheres jovens tentam falar algo que é político, que é público, elas são ou estigmatizadas, ridicularizadas, ou elas são zoadas e de maneiras, às vezes, escrachadas, mas muitas vezes de maneira sutil. O espaço de auto-organização, eu acho que ele possibilitava tanto a gente conseguir expressar, fazendo esse elo do que é subjetivo e do que é político e, ao mesmo tempo, também ajuda a gente se organizar politicamente.*

Nesses espaços, que debatem também as especificidades do que é ser mulher na sociedade, é possível identificar momentos catárticos, ou seja, as mulheres dividem suas angústias, indignações, inquietações e narrativas de violências. A fala é recebida por uma escuta que mostra-se atenta, acolhedora, sensível às palavras compartilhadas. Nas palavras das desconhecidas, escutam narrativas familiares, já ouvidas de suas colegas, amigas, irmãs, mães. O patriarcado passa a ser entendido como sistema da perpetuação dessa igualdade, e assim como alvo para a ação política e coletiva das mulheres.

O terceiro aspecto é a *permanência das estudantes na militância política*. Isso ocorre porque as estudantes encontram nos espaços de auto-organização um sentido para sua militância política, que não apenas se relaciona com as lutas gerais da sociedade, assim como, com sua própria libertação. Em uma conjuntura patriarcal, capitalista e racista, que produz várias violências e desigualdades, o afastamento das mulheres dos espaços políticos acaba sendo uma tônica.

A militância política das mulheres é marcada por um conjunto de vivências e experiências contraditórias entre a teoria feminista e a militância nos movimentos sociais e populares, partidos políticos, organizações. A presença do patriarcado atinge o conjunto dos seres humanos, mulheres e homens. Para sua superação é necessário conhecer a teoria feminista e praticá-la. Aqui está a contradição, em especial nas organizações que lutam por liberdade, justiça social, que dizem-se anticapitalistas e na luta pela superação do machismo. As mulheres participantes de movimentos sociais e/ou organizações políticas mistas, vivenciam o machismo, a dúvida sobre sua capacidade e formulação política, ou mesmo a desvalorização do feminismo e da luta das mulheres. Além disso, a cobrança feitas às estudantes parece ser maior quando comparado aos homens estudantes. É possível identificar essa realidade na fala da diretora B:

Diretora B. *Muitas meninas, às vezes, entravam no movimento estudantil e tinham experiências negativas, eram muito questionadas, sempre o balanço da atuação das mulheres era sempre mais rigoroso do que com os homens, então, o que a gente costumava dizer é que as meninas “quebravam” no processo, porque era sempre muito difícil conseguir dar importância que o tema pra nós tinha, né?*

Contradições entre teoria e prática, como as apresentadas acima, acabam por afastar muitas estudantes da participação política. As manifestações da violência patriarcal ocorrem nos espaços das entidades estudantis, nos espaços de debate e deliberação política do ME, nos encontros e Congressos. Muitos estudantes homens que lutam por um mundo mais justo e de mais liberdade acabam não praticando uma autocrítica ou reflexão de seus machismos, não questionam seus privilégios e acabam favorecendo a manutenção da atual sociedade capitalista. As contradições e

opressões do patriarcado e machismo estão nos espaços políticos, nas relações afetivas e familiares. Faria (2005) reforça a importância do feminismo e da luta das mulheres para avançar no entendimento e superação das opressões sociais também presentes nos movimentos sociais:

Foi só a partir da luta das mulheres e sua organização em movimentos próprios, ou seja, movimentos de mulheres, que essa situação foi denunciada como construção social injusta. Muitos estudos demonstraram que considerar a desigualdade entre homens e mulheres como diferença natural era um dos principais mecanismos para manter as mulheres em uma posição subordinada. Mas não tem sido simples, nem fácil mudar essa realidade. A condição feminina é definida em nossa sociedade por uma opressão específica das mulheres como gênero feminino. Essa opressão, por um lado, não pode ser dissociada da questão de classe e da estrutura - capitalista. Por outro lado, revela enormes contradições inclusive no seio da classe trabalhadora, uma vez que os homens como grupo social obtêm privilégios que se manifestam também na condição de cada homem. Isso tem colocado enormes desafios aqueles e aquelas que lutam por uma transformação geral da sociedade. Ao lutar contra a exclusão das mulheres nos deparamos com conflitos e necessidade de mudança também na família, nos movimentos sociais e nas relações interpessoais. Iniciamos essa reflexão por esse aspecto pelo fato de que sempre é fácil reconhecer a exclusão e dominação que fazem parte de nossas relações cotidianas. (FARIA, 2005, p. 15-16)

Nos movimentos mistos, homens e mulheres, ela muitas vezes ainda não sensibilizadas com o feminismo, refletem o machismo pulsante da sociedade. Quando as mulheres ingressam nos espaços políticos de poder, sofrem preconceitos e julgamentos, diferentemente que os homens. Um exemplo, é a desqualificação política a partir de episódios de suas vidas privadas, de suas relações familiares e afetivas. As mulheres são avaliadas pela forma como comportam-se, pelo que fazem de seus corpos, sexualidade, a partir de um olhar moral e patriarcal dominante.

O feminismo, os espaços de auto-organização, a solidariedade e trocas que ocorrem entre as estudantes, influencia sua formação política. As diretoras entrevistadas, atualmente, permanecem, de formas distintas, participando de movimentos sociais, no movimento feminista, no caso na Marcha Mundial das Mulheres, em partidos políticos, sindicatos. É possível identificar como o feminismo expande a visão de mundo das estudantes, e representa um espaço de militância política, após a participação no ME, ou mesmo o término da graduação:

Diretora B. [...] *isso influenciou demais na minha cultura política, na minha formação também. Até hoje milito no feminismo, eu faço parte da Marcha Mundial das Mulheres desde 2004, e a Diretoria da UNE aprofundo muito esse processo, porque eu pude participar de atividade no país inteiro [...] Hoje eu estou Secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, no Sindicato dos Bancários que é onde eu atuo agora no movimento sindical. Eu também ajudei a organiza o coletivo de mulheres bancárias.*

Relacionado a política e a presença das mulheres, apresento a quarta contribuição da auto-organização das estudantes: o *crescimento das mulheres nos espaços de poder do ME*. As mulheres, possuindo como apoio a construção política com suas pares, fortalecem sua atuação, e conseqüentemente sua permanência. As mulheres são maioria na base das organizações políticas e comunitárias, nos “bastidores”, mas em menor número nos espaços de representação pública e de poder. Essa realidade é perceptível, por exemplo, com a baixa presença, no Brasil, das mulheres na política:

O único país em que as mulheres são mais numerosas do que os homens no parlamento é Ruanda, o que é efeito tanto de uma lei de reserva de vagas quanto do esvaziamento da elite política masculina após o genocídio de 1994 e os julgamentos que se seguiram a ele. O Brasil, com menos de 9% de mulheres na Câmara de Deputados, está entre os piores colocados no ranking internacional, atrás de 154 países. Desde que o acompanhamento começou a ser feito, em 1997, há uma tendência de ampliação da presença feminina nos parlamentos do mundo, mas em velocidade reduzida, com um aumento médio de meio ponto percentual por ano. (MIGUEL, 2014, p.94)

Um dos elementos que afasta as mulheres dos espaços políticos é a divisão sexual do trabalho, pois com desiguais responsabilidades e tarefas cotidianas, as mulheres são sobrecarregadas e possuem menos condições de participação política.

A construção de representantes para cargos públicos é resultado de um processo de vivência e formação política. Para as mulheres, esse caminho não é incentivado ou valorizado. Na fala da diretora D, identifica-se como desafio traduzir a presença das mulheres, maioria na base do ME, para suas instância de poder:

Diretora D. [...] *do aspecto mais político, eu acho que dá esse alicerce pra que as mulheres possam experimentar, porque nessa construção social de divisão dos papéis dos homens e das mulheres sempre coloca as mulheres pro espaço do privado, então, pras mulheres se encontrarem na política, se posicionarem como lideranças que são, precisa desse alicerce. [...] E uma coisa que eu sempre percebi muito no movimento estudantil, a gente sempre falava muito nos espaços. Não é pouca coisa as mulheres serem maioria na organização do movimento, na base, quando você vai pros espaços dos Centros e Diretórios Acadêmicos, dos DCEs, você sempre vê uma quantidade grande de mulheres como referência, mas essa quantidade, essa participação, ela não é refletida nas representações estaduais e nacionais. [...] Então, muitas das vezes, pras mulheres iniciarem também sua trajetória em espaços mistos é muito difícil, os espaços de auto-organização também, são espaços que contribuem com o empoderamento das mulheres, que dão condições pra que as mulheres possam é, exercita, inicia sua trajetória na política também.*

Esse fortalecimento político contribui para garantir a permanência das mulheres na militância política, e assim para espaços políticos gerais da sociedade. Além disso, fortalecer as mulheres e o feminismo, é lutar contra o capitalismo, o racismo, a lesbofobia. As mulheres, em sua diversidade, são fortalecidas na sua presença e representação política. Na fala da diretora D, primeira diretora negra de mulheres da UNE, é possível identificar o fortalecimento do feminismo e a luta contra o racismo na UNE. A gestão 2009-2011, uma diretora negra demonstra como o crescimento da pauta feminista está diretamente atrelada ao combate ao racismo. As mulheres negras sofrem dupla opressão, e se a presença das mulheres brancas nos espaços de poder é reduzida, a das mulheres negras é ainda menor e invisível. Além disso, a diretora D fala sobre o aumento das mulheres nos espaços políticos e de decisão da entidade, e como essa realidade relaciona-se com os espaços de auto-organização:

Diretora D. [...] *foi o EME que a gente construiu na Bahia, porque uma das questões também dessa diretoria foi o fato de eu ser a primeira diretora negra de mulheres*

da UNE, então, eu acho que isso também foi uma das questões marcantes [...] além também de ter sido a gestão que pro Congresso da UNE foi com a plataforma de paridade pra entidade e a gente encerra essa nossa gestão elegendo uma mulher presidente da entidade, elegendo uma maioria de mulheres na Executiva da UNE e com grande número de mulheres atuando nas UEEs. Então, eu acho que isso foi uma conquista importante que na verdade a gente foi construindo ao longo da gestão, num processo de convencimento da importância das outras forças construírem mulheres também. Eu acho que no Congresso da UNE a gente consegue a concretização desse trabalho. Na verdade não iniciou na gestão 2009, muito pelo contrário, mas tem ali o seu ponto auge, assim.

Pode-se afirmar que esse avanço é resultado da organização das estudantes e de suas reivindicações nos espaços da UNE. Em todas as Cartas dos EMEs, as estudantes reafirmam políticas de cotas para as mulheres e a importância do fomento da auto-organização em coletivos ou/e nas entidades estudantis. Num primeiro momento lutaram e conquistaram a cota mínima de 30% de mulheres na UNE. Com o fortalecimento de sua presença e com a necessidade de ampliação das mulheres nos espaços de poder, apresentam a reivindicação da paridade. Abaixo, no trecho da Carta do 6º EME (Anexo F), apresentam suas demandas sobre participação política:

Compreendemos o Movimento Estudantil, bem como as demais organizações políticas como espaços que também reproduzem as relações de machismo, isto se evidencia na medida em que mesmo atualmente tendo mais de 50% de mulheres nas universidades, os espaços de representação política são ocupados majoritariamente por homens. A Paridade é uma ferramenta para garantir a participação das mulheres nos espaços de poder. Assim o conjunto das mulheres estudantes reivindicam, com muita unidade, rumo ao 54º Congresso da UNE, a resolução estatutária de paridade de composição para a sua gestão, executiva e plena da UNE e apontamos, também, a necessidade de construirmos esse orientação com sua rede de UEEs, DCEs, DAs e CAs.

As construções coletivas realizadas pelas estudantes estão expressas no crescimento de sua presença nos espaços da executiva e presidência da UNE. As pautas políticas apresentadas pelas estudantes não são pequenas quando pensamos no contexto de uma sociedade machista, que produz desigualdade que afastam as

mulheres dos espaços de representação política.

A quinta contribuição do espaço de auto-organização é ser lugar de exercício de uma *cultura política feminista*. Os espaços do ME e dos movimentos sociais, na sua maioria, reproduzem uma política baseada na disputa e acirramento político. Os espaços do movimento estudantil, por exemplo, tem organização e disputas de chapas em seus Congressos. Por mais que os espaços das estudantes, ocorram inclusive nos Congressos gerais da UNE, o exercício é o sentido contrário, ou seja, aproximar-se e observar os pontos comuns da luta feminista que une as mulheres das diferentes forças políticas do ME. A busca são consensos, convergências, diálogo, unidade das estudantes a partir de uma agenda feminista para a sociedade, universidade e movimento estudantil. A solidariedade em conjunto com a compreensão do patriarcado na vida das mulheres, acaba por aproximar as estudante. Na fala da diretora D, é possível observar essa característica do feminismo e de como se diferencia dos movimento mistos, ou daqueles com maioria masculina:

Diretora D. [...] *é tão ou mais importante no processo de você percebe que você não vai resolver sozinha, que você não tá sozinha, o espaço de auto-organização ele é muito importante pra isso, é o espaço que você percebe que a saída pra combater essa opressão ela é coletiva, ela é solidária, e ela vai ser, então, conjunta. Você não vai acabar com o machismo sozinha, você precisa das outras mulheres, e quando você tá nesse espaço de auto-organização é onde você sai mais fortalecida. Então eu acho que os espaços de auto-organização eles são espaços de fortalecimento das mulheres, da luta das mulheres, porque também se a gente pega, por exemplo, pelo movimento estudantil, os espaços gerais são muito, muito ásperos [...]*

Para a diretora A, e no relato das diretoras de mulheres, elas afirmam a busca e preocupação na unidade das mulheres para construção do feminismo:

Diretora E. *Pra gente essa tradição de, da solidariedade, de construí sem rivalização, entendendo que o espaço auto-organizado tem que se o espaço dos*

consensos e não contagem de garrafinha, tem que ter uma política realmente diferente do que todos os outros espaços, principalmente os mistos do movimento estudantil, necessariamente não entro na cabeça de todas as forças, até hoje. Sentimento de guerra de torcida até hoje. Isso não faz bem pro feminismo, não faz bem pra luta das mulheres. Entende então que eu tenho que derrota a outra mulher. O meu esforço durante toda a gestão foi construí resoluções em todos os espaços da UNE.

O feminismo e a solidariedade exercitada nos espaços de auto-organização aproxima as estudantes. Por mais que nem todas as mulheres sejam feministas, aquelas que aproximam-se mostram-se receptivas. Como espaço político, os espaços de auto-organização também sofrem influência das disputas que ocorrem fora dele. As disputas que ocorrem externamente aos espaços de auto-organização, acabam por influenciar, em alguns momentos, os espaços das estudantes. Certamente essas questões colocam limites para a atuação das estudantes e o avanço do feminismo. O compromisso com a construção do feminismo e a solidariedade são exercícios constantes para a construção de unidades e ações coletivas. Na Carta do 1ºEME (ANEXO A) as estudantes afirmam como desafio: “[...] a construção de uma plataforma feminista para a sociedade, a universidade e para o movimento estudantil.”.

A construção das sujeitas políticas coletivas aparece como uma busca importante para assegurar o fortalecimento do feminismo na universidade e no ME. As Cartas dos EMEs são exemplos da busca de unidade entre as estudantes, e que mostra muito acúmulo político das mulheres. São exemplos de práticas políticas que buscam um novo fazer político, uma cultura do diálogo e da construção coletiva. A diretora A, reforça a potencialidade das mulheres para transformar a política e suas distintas organizações, a partir de seu protagonismo:

Diretora A. *Quando você tem um movimento com muita presença de mulheres, aquele movimento é diferente. Aquela frasezinha da Bachelet que a gente gosta de usar: “Quando uma mulher entra na política muda a mulher, quando muitas mulheres entram na política, muda a política” é batida, mas é verdade. É muito diferente você*

trabalhar num sindicato de professores e você trabalhar num sindicato de bancários. A forma de fazer é diferente, a forma de enxergar as coisas é diferente, a condução é muito diferente. Então quando esses espaços se fortalecem entre as mulheres, na dinâmica dentro de um movimento misto como é o estudantil, ajuda a vê que não tem só um jeito de fazer as coisas, que tem outras formas de lidar, e que não precisam ser hierarquizadas. [...] A solidariedade dos laços que se constroem a partir daí, dessa identificação dos processos de vida, de política, te ajuda a se colocar pelo outro, e interfere na sua ética de encarar a vida também.

As práticas identificadas nas falas das diretoras caminham para um fazer político a partir de um olhar feminista. Os espaços de auto-organização são para o exercício de formas mais horizontais e participativas de construção de síntese. Pode-se pensar que essas práticas alternativas são, em grande parte, responsáveis pelo crescimento da auto-organização das estudantes na universidade e no ME, e o fortalecimento das mulheres nos espaços políticos, como sujeitas coletivas de transformação. Os coletivos são espaços que propiciam refletir sobre práticas alternativas e inéditas de uma cultura política feminista:

Diretora B. *[...] esses coletivos são fundamentais porque dentro dos coletivos as mulheres também têm a oportunidade de construí uma forma de fazer política que o movimento estudantil como um todo não dá, o movimento social de uma maneira geral, às vezes, é bastante truculento, machista, pouco democrático porque quase nenhum movimento tem uma estrutura horizontal. Geralmente os coletivos de mulheres têm uma estrutura horizontal, não existe coordenação, não existe presidência, as pessoas participam na medida do possível, e tem uma estrutura bastante democrática. Então acho que as mulheres conseguem nesses espaços também ter outra forma de fazer política, mas a partir de uma cultura que elas querem, querem construí também, que é diferente da cultura do espaço misto. Então eu acho que do ponto da política e ético são espaços que permitem que as mulheres façam experimentações também [...] esses coletivos de mulheres eles são mais desinteressados [...] não terem uma intenção muito direta de disputar uma entidade*

e tal, mas de construir um movimento.

O protagonismo das estudantes, que pretendem a superação do patriarcado, racismo e capitalismo, demonstra como os embates também ocorrem nos espaços cotidianos, na luta política, nas organizações mistas. A auto-organização das estudantes possui inúmeros reflexos para as estudantes que nele participam, alguns que ocorrem em sua individualidade, mas que também são reflexos que extrapolam para a construção de uma nova prática política. A construção e fortalecimento do feminismo no ME, na universidade e sociedade é ação das mulheres. É perceptível a potência da auto-organização das estudantes e a dimensão que seus espaços possuem para suas vidas e para a mudança das atuais estruturas. O objetivo maior é uma unidade feminista, que extrapole a pontualidade de divergências políticas, e que consiga construir plataformas e ações que busquem mudar a vida das mulheres.

5. UNIVERSIDADE E MERCADO: A PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO NO CAPITALISMO PATRIARCAL

Neste capítulo, o tema é a universidade e seu papel no contexto atual, a partir de um olhar feminista. O capítulo é dividido em três partes: histórico da universidade brasileira, marcas do patriarcado em seus espaços, e a reflexão sobre a formação universitária a partir do olhar feminista.

Estudar a universidade e sua formação é pensar a sociedade que temos e a que queremos. Sendo uma instituição social, a universidade deve sempre ser compreendida a partir do tempo histórico que está inserida, pois ao mesmo tempo que tem impacto na sociedade, também é por ela impactada. Como espaço de formação e reflexão, é importante que contribua para a construção de uma nova sociedade, que como afirma Sobrinho (2015, p. 584) seja: “[...] uma nação socialmente justa, culturalmente elevada, politicamente democrática e economicamente desenvolvida”.

Um aspecto importante para refletir sobre a universidade é relacionando-a com o tema da soberania nacional. As instituições de ensino superior são reflexo da sociedade que as rodeiam, e assim espaços positivamente plurais. Por outro lado, carregam muitas vezes seus interesses individuais e corporativos para o espaço da universidade. Por mais que seja espaço, historicamente, de debates sobre o mundo que a rodeia, a universidade muitas vezes está afastada da sociedade, não respondendo aos dilemas nacionais, as desigualdades sociais, neutralizando seu ensino, pesquisa e extensão com a construção de um mundo mais justo. É importante retomar seu caráter social e o compromisso como instituição social, fundamental para pensarmos mudanças e desenvolver um olhar crítico e transformador:

A vertente de ênfase na “*responsabilidade social da universidade*” perante os problemas humanos contemporâneos (fome, apartheid, desastre ecológico e outros), juntamente com o compromisso com as soluções dos problemas nacionais (habitação, educação, desemprego e outros) é um desafio a ser fortalecido, nos países periféricos, por práticas políticas inovadoras com possibilidades de emancipação. (GENRO, 2000, p.41)

Segundo Genro (2000) a universidade é espaço de visões distintas, mas também deve estar conectada com a superação dos problemas sociais, com a

aproximação do fazer de seu tripé com as demandas mais urgentes de nosso tempo, com a integração e produção de um conhecimento de caráter público. Também é espaço privilegiado de debate e formação humana, de formação do pensamento crítico e para formulação de respostas contra-hegemônicas. Esse princípio de universidade é libertador, pois pretende não apenas a superação do atual modelo predatório de consumo, assim como uma formação superior que contribua com cidadãos e profissionais que não reproduzam violências, discriminações. Além disso, é importante lutar para que isso sempre esteja no horizonte da universidade, que ela seja democrática e comprometida antes de mais nada com o respeito à dignidade da vida humana e a preservação da natureza.

Para pensar mudanças na universidade, com o objetivo de aproximá-la das demandas urgentes da população, apresento algumas questões que buscam contribuir nessa reflexão, compreendendo sua história, realidade e limites.

5.1. BREVE HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL: DE ONDE VIEMOS E PARA ONDE VAMOS?

A educação superior no Brasil possui uma história de existência tardia e de exclusão em seu acesso. Os dados atuais demonstram uma desigualdade historicamente construída e um passado político a serem considerados para pensar os desafios atuais. Sobre a universidade no Brasil, em comparação com outros países da América Latina, é a mais tardia. É possível identificar visões distintas entre a colonização espanhola e portuguesa. Os espanhóis, já no século XVI, fundaram as primeiras universidades nas terras colonizadas. Certamente essas universidades não eram direcionadas para os povos das colônias, mas foram embriões para fortalecer o acesso ao ensino superior naqueles países. A colonização portuguesa, no Brasil, consolidou a ideia de que como colônia, o País seria fornecedor de matérias primas e riquezas, e não espaço para promoção e produção de conhecimento. Os portugueses que almejavam o ensino superior, o realizavam em terras portuguesas, na sua maioria em Coimbra, Lisboa:

Com relação às suas origens e características, o desenvolvimento do sistema

de educação superior, no Brasil, pode ser considerado um caso atípico no contexto latino-americano. Desde o século XVI, os espanhóis fundaram universidades em suas possessões na América, as quais eram instituições religiosas, que recebiam a autorização do Sumo Pontífice, através de Bula Papal. O Brasil Colônia, por sua vez, não criou instituições de ensino superior em seu território até início do século XIX, ou seja, quase três séculos mais tarde. (OLIVEN, 2002, p. 24)

O nascimento tardio da universidade brasileira, reflete a mentalidade dos colonizadores e seu entendimento do Brasil como espaço sem saberes, história e cultura. Além disso, o período colonial não representou acesso à educação pela população, que na sua grande maioria, era analfabeta, e o latim era a língua falada nas poucas escolas voltadas para a elite da época:

Aqui, o analfabetismo era a tônica, haja vista que nas escolas de elite o latim fora a língua oficial. A população recém saída do período colonial se comunicava durante o dia a dia através do dialetos africanos, das línguas indígenas, do português falado, oral e arcaico. Esta sociedade ao adentrar o século carregava ainda o peso do projeto colonial, escravista e dilapidador, carregava o fantasma de projetos de universidade abortados. Universidades e sistemas de educação superior, tal como concebemos na atualidade, aqui não existiam. Tais instituições e sistemas educativos não faziam parte do projeto colonial uma vez que nem mesmo a metrópole portuguesa os tinha perfeitamente desenvolvidos, como ensinava Darcy Ribeiro! (LEITE, 2011, p. 5)

Segundo Leite (2011) foi necessário buscar uma identidade de Brasil para pensar uma unidade como nação, o que só ocorreu no século XX com a Semana de Arte Moderna de 1922 que “[...] criou o estado de espírito que favoreceu a criação das primeiras universidades” (2011, p. 06). Segundo a autora, na Nova República do Brasil a universidade se expande e diversifica-se entre os anos 1920/30 a 1960. Em 1931, o Projeto de Reforma da Universidade Francisco Campos passa a sofrer influência de modelos de outras universidades como a universidade de modelo americana e alemã:

A influência externa seria oriunda da ideia humboldtiana de universidade e do pragmatismo da universidade norteamericana. A Reforma favoreceu a multiplicação de Faculdades e determinou que a criação de universidades poderia ser feita sob a forma de fundações ou associações tanto com origem no suporte da União, dos estados quanto de entidades particulares. Estava aberto o caminho para a entrada da educação superior no mercado o que explica o crescimento da oferta, inicialmente tímida e sustentada pela empresa da fé, ou seja, pela instituição confessional. (LEITE, 2011, p. 07)

Essa reforma representou a abertura para o mercado da educação superior confessional no Brasil. Por mais tenha sido um momento de expansão da universidade, demonstra um descompromisso com o Estado para sua existência e manutenção, não atrelando-a a construção da soberania nacional.

A Reforma Universitária de 1968, período da ditadura militar no Brasil, apresenta mudanças, a partir do modelo americano, com a organização de departamentos, aulas realizadas de forma fragmentadas por disciplinas, um nova identidade produzida, segundo Leite (2011, p. 9) “por decreto”. Os acontecimentos externos ao país como as mobilizações e revoltas estudantis de 1968 produzem contribuições sobre a universidade. Uma das mudanças da época é a afirmação do tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Essas reflexões foram protagonizadas por dois importantes pensadores brasileiros da educação: Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro:

Para Darcy Ribeiro, a universidade brasileira seria revolucionária e portadora de consciência social, para avançar o país na renovação social e para transformar a ordem vigente, seria portadora da educação popular para ampliar os serviços sociais que presta e encontrar formas de ação renovadora no plano cultural (Ribeiro, 1982). No entanto, as aspirações do desejo mantinham na prática a ideia da universidade para os mais bem aquinhoados do sistema político-social de base capitalista. O plano ideal de uma universidade brasileira que havia sido apagado pela força do período militar, sedimentou principalmente na mente dos estudantes, cujos movimentos lideraram a resistência ao regime de exceção do país. (LEITE, 2011, p. 9)

A partir da metade da década de 80, a abertura democrática acaba sendo seguida por eleições diretas. Nesses processos são eleitos governos com base política neoliberal. As políticas neoliberais implementadas naquele período, e posteriormente nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, apresentam mudanças na educação superior. Muitas das medidas tiveram base as diretrizes e plataformas internacionais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Segundo essa visão, o mercado seria responsável pelo ensino superior, e o Estado brasileiro voltaria sua atenção para a educação básica. Essa decisão desencadeia o crescimento vertiginoso das universidades e faculdades privadas. As instituições públicas de ensino superior não eram prioridade, e assim, não possuíam financiamento:

As reformas da universidade dos anos 90, chamadas neoliberais, ocorreram em vários países, igualmente no Brasil e não se limitaram à forma da lei. Elas foram profundas e marcaram um modelo de instituição que saiu dos 'muros de marfim' direto para os 'braços abertos' da globalização. Os muitos braços que se abriram passaram a delinear um novo perfil. Os mercados, a internacionalização, a avaliação e acreditação, e diversificação dos formatos de IES (Instituições de Ensino Superior) contribuíram para forjar novas identidades. (LEITE, 2011, p. 10)

Nesse cenário, por mais que a ampliação do mercado do ensino superior tenha representado o aumento do número de instituições, temos uma falsa ideia de ampliação. O elitismo do passado permanece, mas agora fortalecido pelas políticas de Estado. A condição econômica passa ser regra para acessar ou não o ensino público, gerando discrepâncias e contradições. Ou seja, os estudantes com melhores condições e com mais tempo para estudo e preparação aos vestibulares, passam a ingressar nas universidades federais, com ensino diurno. Por outro lado, os estudantes com menos condições econômicas, muitas vezes trabalhadoras e trabalhadores para sua sobrevivência, ingressam no ensino superior privado, menos concorrido e com ensino noturno.

Essa realidade desigual é resultado de um conjunto de medidas historicamente tomadas no campo da educação superior no Brasil. As políticas neoliberais permitiram a expansão desenfreada da universidade privada. Atualmente cerca de 75% do total de matrículas oferecidas são no ensino privado, englobando universidades e faculdades, sendo elas particulares, confessionais, filantrópicas e/ou comunitárias. Isso significa que, muitas vezes, quando os jovens acessam o ensino superior, o fazem pagando suas altas mensalidades, em instituições sem políticas de assistência estudantil. Outro ponto é a qualidade da educação oferecida, pois como instituições privadas possuem como finalidade o lucro. O lucro, por sua vez, é incompatível com uma educação de qualidade.

A entrada do capital internacional no mercado do ensino superior brasileiro é facilmente visível. Os investidores internacionais já identificaram a lucratividade desse ramo. A democratização do acesso e permanência na universidade é um importante desafio e bastante atual:

Se bem é verdade que o mundo de hoje se move pelo desejo do lucro e da

ganância e o ensino superior virou uma espécie de loja de venda de diplomas a prestações nas instituições privadas onde se encontram 70% dos estudantes universitários, é simples demais pressupor que as instituições públicas e comunitárias estejam livres desse mal. Ao contrário, crescentemente elas vêm se transformando num 'quase-mercado' ou 'capitalismo acadêmico'. Os interesses econômicos definem de tal modo o sistema social como um todo que as instituições são coagidas a atendê-los, sob pena de serem consideradas extemporâneas e sem conectividade social. O crescimento econômico enquanto bem supremo e a ciência/tecnologia como seu principal provedor se encarnaram de tal modo na lógica da evolução do progresso social que dispensam hoje qualquer discussão pública. A legalidade lhe é supostamente imanente, acima, portanto, de qualquer validação social e ética. (SOBRINHO, 2015, p. 138).

Ainda sobre as mudanças que ocorrem na universidade, principalmente nos anos 90, a proposta de modernização e internacionalização são fortalecidas em um discurso global que apresenta-se como atualizado. A modernização do mercado e da globalização agora deveriam ocorrer na universidade, privada e pública, caso contrário, estariam fora das demandas de seu tempo:

No caso da IES públicas, em especial, este redesenho parecia conferir uma face de modernização, de empreendedorismo captado diretamente da esteira da internacionalização. O redesenho seria um momento de influência dos processos de globalização e parecia instalar-se através e com os projetos de avaliação institucional. Parte das avaliações e credenciamentos foram cópias não autênticas, portanto mais alinhadas com a característica produção antropofágica brasileira, de realizações europeias. Sem dúvida os processos de acreditação – autorização, reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições – centralizados no Ministério de Educação (MEC) e balizados pelos procedimentos de avaliação compulsória – exames nacionais (Provão) pelo INEP/MEC e avaliação externa da Pós-Graduação pela CAPES, foram os agentes impulsionadores de mudanças e novas identidades. A pressão da produtividade sobre os docentes e pesquisadores, a nota de exame dos estudantes iria diretamente classificar cada profissional em ranking nacional, vinculação de créditos financeiros à pontuação dos programas de pós pela CAPES acrescidas do “poder legisferante” do estado, foram responsáveis por destacar o novo perfil identitário: A ‘universidade empreendedora’ ou a ‘universidade organização social’ ou a ‘universidade operacional’. O perfil acadêmico produtivista que acompanha a identidade da ‘universidade empreendedora’ seria um dos frutos visíveis da reforma dos anos 90. (LEITE, 2011, p. 11)

O conjunto de decisões políticas realizadas no Brasil por seus colonizadores, reis, ditadores e presidentes, apoiados pelas forças vivas sociais do mundo empresarial, jurídico, legislativo, executivo, fortalecem a realidade elitista da universidade pública. Certamente o maior acesso da população a uma universidade

pública, gratuita e de qualidade, pode produzir questionamentos da realidade que não são desejáveis para a maioria daqueles e daquelas que possuem privilégios. Acredito que a busca por essa universidade pública, gratuita e de qualidade, conecta-se não apenas com a superação de desigualdades e privilégios, mas fortalece um projeto soberano de Brasil.

Nos anos mais recentes, a partir do século XXI, é possível observar no Brasil e implementação de políticas que fortalecem o ensino superior, como cotas raciais e sociais, políticas de assistência estudantil, ações de expansão da universidade pública. A Reforma Universitária proposta em 2005, retoma a importância de investimentos no ensino superior público.

Principalmente nos dois governos de Luís Inácio Lula da Silva, foram realizados investimentos no desenvolvimento e avanço da educação superior no Brasil. Segundo documento do Ministério da Educação (MEC), “A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014²¹”, as matrículas na educação superior cresceram de 3,9 milhões em 2003, para 7,3 milhões em 2013 – o equivalente a 86% em dez anos. Por mais que estejamos falando em aumento do acesso ao ensino superior, nem todas as vagas criadas estão nas universidades públicas. Políticas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), distribuiu cerca de 300 mil bolsas em instituições privadas. Essa política traz contradições, pois trata-se de isenção fiscal para instituições privadas em troca de matrículas, muitas com graves problemas financeiros e vagas ociosas. Ao mesmo tempo, possibilitaram a entrada de muitos e muitas jovens na universidade, em regiões muitas vezes, que a universidade pública não existe. Um aspecto importante no período foi a expansão e interiorização do ensino superior público, com a criação, até 2014, de 18 novas universidades federais.

Por mais que seja possível observar avanços recentes, os reflexos das decisões tomadas historicamente produzem uma realidade de grande desigualdade quando pensamos na juventude, educação e universidade. Atualmente, apenas 19% dos jovens com idade entre 18 a 24 anos, estão nas universidades e faculdades²². Esse

²¹ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso: 22 mar. 2017.

²² Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social#_ftn1>. Acesso em: 08 jun. 2016.

dado é alarmante e relaciona-se com o debate de soberania nacional. É importante retomar a educação superior e o compromisso com o desenvolvimento sustentável brasileiro. É importante pensar um projeto de País sem pobreza e desigualdade, com bases dignas de desenvolvimento humano e, para isso, é fundamental o envolvimento da universidade em todas as suas dimensões. Como afirma Silva (2014), o conhecimento tem valor essencial na sociedade. Sua produção e reprodução cumpre papel coletivo, de comunidade, de construção de um olhar mais humano de mundo, aliado com busca por justiça social. Segundo ele:

[...] o conhecimento tem valor público e social. Pertence à esfera dos direitos humanos e dos projetos civilizacionais. O conhecimento é conteúdo integrante da formação humana social, ética, política, moral, estética. Não deve ser, ou não deveria ser, simples engrenagem da otimização de lucros. É base do desenvolvimento individual e nacional pelo que contém de instrumentalidade operacional, científica, técnica e pelos valores humanísticos que aporta. (SILVA, 2014, p. 585)

Entendo como necessário reafirmar a importância da construção de um conhecimento soberano, e a universidade como espaço privilegiado de sua construção. Acredito que um desafio é a construção de uma visão sólida de nossa história e cultura, da pluralidade de nossas riquezas e diversidade, da trajetória de exploração e colonização que nos limita. O feminismo contribui para um olhar crítico e soberano da atualidade, produzindo reflexões para mudanças.

É importante buscar a aproximação entre feminismo e universidade brasileira no século XXI. Uma universidade com história de limites e privilégios, mas também espaço de lutas e reflexões soberanas compromissadas com o povo brasileiro. A proposta é visibilizar a atuação as estudantes e assim as reflexões feministas para pensar a universidade. O movimento feminista, assim como outros movimentos sociais e populares, possuem reflexões ricas sobre a universidade, seu ensino, pesquisa e extensão. Suas visões de mundo proporcionam um novo olhar, a busca por respostas contra-hegemônicas para a realidade, e não apenas a melhora do capitalismo, ou acomodações pontuais de legislação.

5.2 MARCAS DO PATRIARCADO NA UNIVERSIDADE

Discutir universidade é refletir sobre educação e futuro. Discutir futuro é pensar o presente e lembrar as práticas, acertos e erros do passado. Por conta disso, acredito que uma visão crítica do presente e do passado apontam para a necessidade de mudanças na universidade e na valorização da teoria feminista como contribuição dessas reflexões. Nesta parte pretendo apresentar uma visão crítica da universidade e a presença do patriarcado em seus espaços.

A universidade como instituição social, segundo Chauí (2001, p.35) “(...) realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada, e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada”. Abaixo apresento algumas contribuições das estudantes feminista sobre repensar a universidade.

O primeiro aspecto é o papel das estudantes na *denúncia e combate ao patriarcado, capitalismo e racismo, na universidade*. Essa instituição social passa a ser alvo do olhar crítico das estudantes e de sua ação política. Por muito tempo muitas vozes feministas falam das opressões conjuntas que sofrem as mulheres, de raça/etnia, gênero e classe, de sexualidade, colocando a universidade relacionada com a superação das opressões. O Brasil pode ser considerado um país de grandes desigualdades e de antiga dominação econômica e política de uma elite. As hierarquias econômicas e o autoritarismo histórico, refletem-se no patriarcado, no racismo e na discriminação de classe social nas distintas instituições:

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou da chamada “cultura senhoril”, a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus espaços: nelas as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. [...] Em suma: micropoderes capitalizam em toda a sociedade de sorte que o autoritarismo da e na família se espalha para a escola, as relações amorosas, o trabalho, os massa media, o comportamento social nas ruas, o tratamento dado aos cidadãos pela burocracia estatal, e vem exprimir-se, por exemplo, no desprezo do mercado pelos direitos do consumidor (coração da ideologia capitalista) e na naturalidade da violência policial. (CHAUÍ, 2001, p. 13-14)

As desigualdades entre mulheres e homens, assim como os privilégios que

desfrutam o sexo masculino, são fortalecidas em um contexto de autoritarismo e injustiças. Relacionam-se interesses privados, de mercado, religiosos, acadêmicos, científicos, para a perpetuação das opressões.

O racismo, ainda tão presente no Brasil e na universidade, reflete o pensamento escravocrata e de superioridade racial que por muitos anos foi presente no Brasil. A organização das estudantes também é protagonizada pelas estudantes negras, que combatem o patriarcado, o capitalismo, assim como o racismo. O espaço da universidade é a manifestação dessa realidade e a não presença dos e das jovens negras em suas salas de aula é reflexo de uma história de violência e injustiça²³. Na universidade as estudantes negras sofrem com o patriarcado e com o racismo. Como instituição social, a universidade tem contribuído para a manutenção dessa realidade, ao não intervir nos casos de preconceito em seus espaços, ou ao ausentar-se de intervir socialmente e internamente para sua transformação. Collins (2015) (1989 apud Sandra Harding²⁴ 1986) apresenta três dimensões da opressão: institucional, simbólica e individual. Abaixo a autora apresenta um exemplo da dimensão institucional da opressão, no caso, a produzida pela universidade:

Uma análise breve das instituições sociais norte-americanas centrais majoritariamente controladas por homens brancos deveria nos convencer da natureza imbricada de raça, classe e gênero na estruturação da dimensão institucional da opressão. Por exemplo, se você é de uma universidade norte-americana, seu *campus* é um *plantation* moderna? Quem controla a economia política de sua universidade? Os homens brancos da elite estão super-representados entre os altos administradores que controlam as finanças e a política de sua universidade? Aos homens brancos da elite estão se somando mulheres brancas da elite como suas boas companheiras? Que tipo de pessoa está na sala de aula, fomentando a próxima geração que vai ocupar essas e outras posições como tomadores de decisão? Quem é o pessoal de apoio que elabora a correspondência geral, que encomenda material, que conserta os canos que estão vazando? s pessoas afro-

²³ Segundo Martins (2014) em artigo para o jornal Carta Capital afirma que “No início do Brasil Sem Miséria, em 2011, criado para alcançar a parcela da população apta a receber benefícios mas ainda não registrada no Cadastro Único, o ministério almejava incluir cerca de 16 milhões de brasileiros em situação de extrema pobreza. Segundo o IBGE, 71% eram pretos ou pardos à época. Natural, portanto, a pesquisa de 2013 revelar que os maiores beneficiados pelas políticas de transferência de renda têm a pele escura. De acordo com os dados divulgados por Tereza Campello, 73% dos cadastrados no Bolsa Família são pretos ou pardos autodeclarados. Em relação a outros benefícios, a proporção é ainda maior.” Disponível em < <https://www.cartacapital.com.br/revista/767/o-racismo-em-numeros-6063.html>>. Acesso em 25 maio 2017.

²⁴ COLLINS, Patricia Hill, 1989 apud Harding, Sandra. **The Science Question in Feminism**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1986.

americanas, hispânicas, de outras raças e etnias formam a maioria das/os trabalhadoras/es invisíveis que te alimentam, que lavam a louça, que limpam seu escritório e sua biblioteca depois que todas as outras pessoas já foram para casa? (COLLINS, 2015, p. 24)

Mesmo ocorrendo nos Estados Unidos, podemos observar semelhança com o Brasil. A autora apresenta um exemplo que demonstra como a universidade produz em seus espaços opressões imbricadas, como de gênero, raça e classe social. Para a diretora C, o racismo foi perceptível no espaço da sala de aula. Destaca a ausência dos e das estudantes negras, bem como seu maior número, na universidade, a partir da criação de políticas de cotas raciais, distribuídas em todos os cursos, inclusive os de maior prestígio social, como os da medicina:

Diretora C. *Então, foi um momento em que eu acho que essa expansão da universidade ela estava caminhando junto com a vontade política e com a nossa militância feminista dentro da universidade. Eu percebo que essa experiência de vê que pela primeira vez tinham mulheres negras, pra mim, particularmente, foi muito forte, porque eu sou de um curso que quando eu entrei tinham dois negros em 960 estudantes, eram dois negros! E eu comecei a vê pela primeira vez negros entrando na universidade, mulheres negras entrando na universidade [...].*

Pensar a universidade a partir do feminismo é pensar mudanças estruturais na sociedade, a superação das opressões, e reafirmar seu compromisso com uma prática que aproxima teoria e prática, discurso e ação institucional. Assim como a universidade pode ser espaço para uma dominação institucional, simbólica e individual, como afirma Collins (2015), também é palco da mudança de padrões e de superação de injustiças e violências ditas imutáveis ou naturais.

Uma segunda contribuição é *repensar a ciência e construção do conhecimento na universidade*. O espaço da pesquisa científica e acadêmica permanece hegemonicamente androcêntrica. A invisibilidade das mulheres na produção do conhecimento se faz principalmente pelo não reconhecimento de sua presença nas áreas do conhecimento. Além disso, as pesquisas nas áreas de gênero, mulheres e feminismo são muito reduzidas, refletindo-se também no ensino. Na Carta do 3º EME

(ANEXO C), as estudantes denunciam essa realidade:

A denúncia do direcionamento das pesquisas, financiadas por empresas privadas e voltadas para o mercado, combinada à crítica global à mercantilização da vida, deve ser uma tarefa cotidiana. Devemos buscar linhas de financiamento próprias para programas de pesquisa de gênero que visem identificar as dificuldades e problemas presentes na realidade das mulheres da nossa sociedade, elementos necessários a nossa luta pela superação dos preconceitos e do machismo. É preciso também garantir que as mulheres estudantes participem e contribuam na formulação desses programas. Além disso, é necessário incorporar disciplinas sobre gênero e a história das mulheres nos diferentes cursos de graduação.

A relação entre pesquisa, ensino e ausência das mulheres, fortalece o patriarcado e a situação de desigualdade das mulheres. Muitas feministas produziram no espaço da pesquisa um novo olhar para o mundo e para a investigação científica, produzindo as conhecidas epistemologias feministas. Elas acabam fortalecendo um olhar feminista para a universidade, assim como fortalecem as mulheres como referenciais nas bibliografias da graduação e pós-graduação. Na fala da diretora A, é possível observar a realidade dos grupos de pesquisa e a desvalorização da temática das mulheres, de gênero, do feminismo:

Diretora A. [...] *o clássico verbas para a pesquisa em investigações que é pra área de mulheres, gênero, feminismo, que tenha mais valorização, porque ainda é muito escanteado. Lá no meu mestrado, a minha orientadora sempre queixava disso, e era na UFRGS, na Ciência Política da UFRGS, é uma das referências nessa parte de gênero, mas ela se queixava muito, que é desvalorizada, que fica escondida, que é escamoteada, recebe menos atenção, menos dinheiro, então isso também tem que ser fundamental.*

Sobre as mulheres e as áreas do conhecimento, apresento como exemplo o campo da História. As estudiosas feministas nessa área resgataram e visibilizaram a presença e protagonismo das mulheres na história da humanidade. Abaixo é possível identificar em Puelo (2004) como as mulheres estão ausentes dos registros históricos, e como coube às historiadoras esse resgate e a persistência lembrança de sua presença. Mesmo com um período já longo de estudos e de afirmação das mulheres

em todos os momentos históricos, a universidade permanece tímida na revisão de seus próprios conteúdos e formação:

As historiadoras foram as primeiras a mostrar a invisibilidade das mulheres na História. Na segunda metade do século XX, examinando os livros e manuais de história, perguntaram-se onde estavam as mulheres. Havia apenas uma História de generais e imperadores, com algumas poucas mulheres, Cleópatra e algumas mais, em geral mencionadas como as malvadas. Frente a esse quadro desolador, as historiadoras propuseram-se a tarefa de recuperar as figuras femininas. A forma como se iniciou esse estudo variou segundo as tradições de cada país. (PUELO, 2004, p. 14)

É importante que a presença e protagonismo das mulheres seja resgata em todas as áreas de conhecimento, e esse também é papel da universidade. Uma história escrita e contada apenas por homens apresenta limites, pois retrata o lugar de metade da humanidade, deixando a outra parcela invisível. A ausência e invisibilidade das mulheres é uma das violências produzidas pelo patriarcado. A ciência invisibiliza as mulheres, em particular as pobres, negras e indígenas. O conhecimento científico e o ensino, até nossos dias, não reconhecem saberes de povos e culturas não hegemônicas. Assim, por mais que na história do Brasil possamos achar mulheres que se destacam, pouquíssimas são negras ou indígenas. Um exemplo está na fala da diretora E. Ela reafirma a necessidade de recontar a história do Brasil e de seu povo, a partir do olhar das mulheres em sua diversidade:

Diretora E. *Acho que tem um processo que tem que acontecer de resgate da luta das mulheres, isso é, recontar a história, é muito difícil também com o povo negro [...] A história da Bahia, a gente tem a Revolta dos Búzios. Ninguém conta [...] tem uma mulher nessa história, Luiza Main, ninguém nem cita o nome dela entre os heróis do Brasil. [...] Nem cita, mas os quatro caras, mesmo negros, são homens. Entrelaça questões que botar a gente na situação da desigualdade material. E aí é não ser contada. Pensar em contar a história das mulheres é pensar inclusive que o feminismo no Brasil não tem primeira, segunda e terceira onda, que o debate sobre luta das mulheres, porque pra mim feminismo é igual a luta das mulheres, significa considerar que o primeiro lugar de trabalho, que é trabalho explorado, foi*

nas lavouras, no tráfico negreiro. Então, não foi na década de 60 com as mulheres queimando sutiã que as mulheres começaram a trabalhar, a gente tem que contar nossa história toda ali. [...] A universidade é fundamental nesse ponto e também em fazer o processo de reparação.

No relato é possível identificar como a contribuição do feminismo contribuir para ampliar o papel das mulheres e como sua realidade no Brasil é distinta, como em relação às ondas do feminismo. Antes do protagonismo das mulheres americanas ou europeias, muitas mulheres em terras brasileiras, negras e indígenas, na maioria, já resistiam à exploração na sociedade colonial, escravagista, e até nossos dias.

O terceiro aspecto é a *denúncia da baixa presença das mulheres nos espaços de poder e gestão universitária*. O patriarcado que afasta as mulheres dos espaços de poder e representação política, também se manifesta na baixa presença das mulheres nos cargos de decisão públicos e de decisão da universidade. No III Encontro de Reitores Universia, ocorrido no ano de 2014, no Rio de Janeiro, dos 1.110 participantes, 80% eram homens²⁵. No Brasil, apenas em 2013, foi empossada Nilma Gomes²⁶, a primeira mulher negra e reitora de uma universidade federal. Essa percepção também é abordada pelas diretoras mulheres da UNE:

Diretora A. [...] *o que que tinha que a gente conseguia vê de nítido era a presença das mulheres nos espaços de poder. Por exemplo, a USP, minha universidade, em 70 anos nunca tinha tido uma mulher reitora, acabo que teve a pouco tempo [...] o clássico debate da presença, da participação política das mulheres, é o mesmo debate transposto para as estruturas de poder da universidade.*

A presença das mulheres nos espaços de poder e decisão da universidade é um desafio quando pensamos em mudanças dentro da instituição. As estudantes acabam por denunciar essa realidade, que se reflete em outros espaços sociais. Sua luta por participação política também é nas estruturas universitárias.

²⁵ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/evento-mundial-de-reitores-expoe-desigualdade-de-genero-no-comando-de-universidades-13432553>>. Acessado em: 16 jul. 2016.

²⁶ Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-05-13/primeira-reitora-negra-de-universidade-federal-diz-que-compete-sociedade-debater-racismo>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

Um quarto aspecto é a *denúncia da violência contra as mulheres na universidade*. Nas entrevistas e Cartas dos EMEs a violência contra as mulheres na universidade está presente, assim como a cumplicidade de muitas instituições com o esquecimento ou não resolução dos casos.

Sobre universidade e violência, pesquisa recente aborda essa realidade gritante²⁷. O machismo e a violência que se expressam na universidade não é novidade para as mulheres, que com ele sofrem em seu cotidiano. É possível identificar nas falas das diretoras que as universidades acabam não colocando-se como responsáveis ou mesmo parte da resolução dos casos de violência que ocorrem em seus espaços. Na fala da diretora E é possível identificar casos de machismo e o comportamento das instituições de ensino:

Diretora E. [...] *denúncias de violência, dos casos, dos trotes, de estupro. Teve o caso de uma menina em Juiz de Fora que eu...impotência? Eu sentei e chorei, aí respirei [...] cobrar a universidade, fazer os processos, ajudar as meninas. [...] Uma menina super novinha de uma cidade do interior de Minas. Tinha passado e aí foi abusada por uns seis caras, ela não tem a menor noção, foi encontrada no meio do lixo. [...] também são muitos relatos de assédio, professor assediador [...] não tem a menor diferença entre fora e dentro, é tudo uma coisa só, está exposta a negligência porque é algo recorrente que não se toma uma posição é negligência, não dá pra trata de outro jeito e com, instrumentos que favorecem quem agride, tipo, professor que é assediador monta uma comissão para apura. Primeiro a menina tem que romper e denunciar. As ouvidorias geralmente não resolvem, os colegiados e departamentos é espaço de poder ali...e aí se ela consegue passa por isso, denuncia, vai monta uma junta, geralmente composta só por homens, que aí vai se o diretor do departamento, chefe do colegiado, diretor da unidade, os homens se protegem [...] Então essa menina de Juiz de Fora a reitoria mando uma nota dizendo*

²⁷Segundo reportagem 67% das mulheres entrevistadas afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência no ambiente universitário, tanto sexual, psicológica, moral ou física. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Avon ao Data Popular e ouviu 1.823 universitários das cinco regiões todo o país]. COSTA, Fernanda. Quase 70% das mulheres já sofreram violência em universidades, mostra pesquisa. Zero Hora. São Paulo, 3 fev. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/br/noticias/noticia/2015/12/quase-70-das-mulheres-ja-sofreram-violencia-em-universidades-mostra-pesquisa-4921846.html>>. Acesso em 12 abr. 2015.

que sentia muito, mas que era um caso de polícia e que a polícia devia lida. [...] Porque se tem punição, embora eu não acredite no Estado punitivo, se tem limites né que dizem, que tem responsabilidades e as coisas têm consequência vai ser muito difícil então que a menina que vá denunciar um professor seja maltratada, tida como a loca, a mentirosa, que quer prejudicar, e também de avalia o comportamento das próprias pessoas que estão em espaço de poder na universidade, chefes de departamento, de mestrado [...] Do cara lá que namora a estudantzinha novinha e todo mundo acha de boa, natural. E não se responsabiliza também do ponto de vista material, tipo a residência, se a menina engravida ela sai da residência, se o menino engravida ele continua na residência. É material.

Falamos de casos de violência física, sexual, moral, simbólica, dentro das universidades. As estudantes, muitas vezes as participantes de coletivos feministas ou das entidades estudantis, acabam sendo as responsáveis por acolher, encaminhar e buscar respostas para os casos de violência. A violência institucionalmente é uma realidade brasileira. Outros exemplos são os casos de expulsão das estudantes das moradias estudantis quando engravidem, ou o arquivamento ou falta de punição aos casos de violência provocados por estudantes ou professores.

Ao casos de violência também são muito corriqueiros nos espaços estudantis, como nos trotes, calouradas, festas. Não são poucos os exemplos nas universidades brasileiras da violência sexual contra estudantes, como os ocorridos na Faculdade de Medicina da USP²⁸. As mulheres também sofrem a violência simbólica como nos casos de caráter fascista ocorrido em 2016, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul²⁹. Na ocasião foram espalhados cartazes pela universidade com os dizeres: “Menos empoderamento. Mais empaudramento”, acompanhado de frases como “O feminismo não luta pela igualdade de direitos, mas é um movimento político socialista,

²⁸ MARTÍN, María. As agressões sexuais envergonham a melhor universidade do Brasil. **El País**. São Paulo, 7 fev. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/06/politica/1423258015_581946.html>. Acesso em: 10 jun. 2016.

²⁹ CARTAZES de teor machista são fixados em campus da universidade no Rio Grande do Sul. **Zero Hora**. Porto Alegre, 13 abr. 2016. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/04/cartazes-de-teor-machista-sao-fixados-em-campus-de-universidade-no-rio-grande-do-sul-5777002.html>>. Acesso em: 26 maio 2016.

inimigo da família, que estimula a mulher a largar seu marido, matar seus filhos, praticar bruxaria, destruir o capitalismo e tornar-se lésbica”. Na Carta do 5º EME (Anexo 5), as estudantes denunciam a violência no espaço da universidade e entendem como desafio o combate ao machismo nas instituições de ensino:

Outro aspecto importante que se destaca logo na entrada das estudantes ao ambiente universitário é a realidade dos trotes machistas, racistas e homofóbicos. Essa prática, ao contrário de ser uma brincadeira, tem o nítido objetivo de marcar, logo no início da vida universitária das mulheres, uma posição de subordinação e desigualdade. Em várias cidades, se repete um estilo de trote, em que as mulheres se submetem a simulações de conotação sexual, lembrando que a sexualidade das mulheres está sempre cerceada e ditada pelos homens. (Carta 5º EME)

Por conta disso, para uma nova universidade é fundamental pensar respostas para a violência que ocorre em seus espaços. Os olhares feministas contribuem para pensar de forma crítica a universidade. As experiências e reivindicações das estudantes reforçam o que Goergen (2014) denomina como um pensamento crítico-transgressor, segundo ele, fundamental para pensar os processos formativos:

Uma sociedade que tolera e produz desigualdades é antidemocrática, atrasada, injusta e perversa. Quanto mais desigualdade, menos cidadania, mais violência, mais pobreza. A educação não é suficiente para resolver os problemas da injustiça social e da fragilidade da democracia. Mas certamente a falta de educação de qualidade e de sentido público aprofunda a desigualdade e fragiliza a cidadania. Por essa razão, não são concebíveis o desinvestimento do Estado na educação pública e o incentivo direto e indireto à mercadorização da universidade. Em consequência, também não é apropriado chamar de universidade uma instituição que não corresponda aos compromissos públicos que lhe atribui a sociedade. (SOBRINHO, 2015, p. 595)

Além das marcas do patriarcado na universidade que acabam por estar explícitos em vários setores, podemos pensar nos desafios para sua superação no campo da educação. Nas entrevistas realizadas as diretoras apresentam desafios no campo da pesquisa, da superação da violência, assim como na educação:

Diretora F. [...] *se for pensar em relação ao que a gente propôs ao movimento da educação no Brasil em relação a gênero, no Plano Nacional de Educação, a ideia*

era conseguir implementar nas grades curriculares disciplinas que dessem conta de trabalhar a questão de gênero, no caso, era esse termo que estava sendo usado, mas a gente poderia falar da vida das mulheres nos currículos, e a gente infelizmente não consegue avançar nisso dentro da universidade. Outra questão que a gente trabalha dentro do feminismo é da gente conseguir trazer autoras mulheres, conseguir dar maior visibilidade para as produções de mulheres que é uma coisa meio que acaba que os núcleos de gênero acabam fazendo um pouco disso. Só que dependendo dos núcleos de gênero fazer um pouco disso. [...] então não tem um espaço dentro da universidade, de fato, nem dentro dos currículos, nem fora deles em núcleos, enfim, pra conseguir propor uma prática dentro da universidade [...] existe uma dificuldade eu vejo de como propor também disciplinas [...] A gente acaba ficando na teoria do feminismo, propondo esse tipo de ação, mas na prática mesmo a gente não tem algo concreto pra apresentar.

A fala da diretora F expressa as demandas de mudanças na universidade, assim como os limites para avanços. Esses limites vão além da vontade institucional, ou de uma reflexão por parte de educadores e educadoras da presença das mulheres nas áreas do conhecimento. Eles estão na elaboração de propostas concretas para pensar as mudanças, por exemplo, curriculares, ou mesmo a transversalidade do tema na formação universitária. A transformação de uma realidade de violências e injustiças na vida das mulheres, passa por uma nova formação na universidade. Por conta disso, apresento na sequência questões sobre formação universitária, assim como a contribuição das estudantes na humanização desse processo.

5.3 FORMAÇÃO HUMANA COMO ANTÍDOTO: PRÁTICA DE UMA UNIVERSIDADE FEMINISTA

A partir da análise das marcas do patriarcado na universidade, o olhar de minha investigação volta-se para o campo da formação. A formação humana, segundo Sobrinho (2015, p. 583), é formada por um conjunto de relações: “A aprendizagem, a produção e a disseminação de conhecimentos e, inseparavelmente, a vivência de

valores fundamentais da vida constituem as condições e a matéria prima da formação humana.” Nesse sentido, o espaço da universidade é privilegiado para a formação humana. O olhar para os processos formativos se pretende a partir das lentes do feminismo. A educação superior tem como principal finalidade: “[...] a formação em seus distintos graus e dimensões.” (SOBRINHO, 2015, p. 583). Nesse sentido apresento reflexões das distintas dimensões da formação, inclusive a humana, e seu diálogo com o feminismo.

Para pensar a formação na universidade analisei a experiência das estudantes, suas ações e reflexões como militantes estudantis e feministas. Além disso, é possível perceber como suas práticas políticas e espaços de organização configuram-se como espaços formativos. Sobre a relação entre formação e a experiência das estudantes:

Nunca enfatizaremos suficientemente a relação entre sujeito, experiência e formação. Em primeiro lugar cabe observar que a experiência é um processo de formação do sujeito. [...] o sujeito não pode ser concebido separadamente de sua própria experiência e esta só pode ser concebida como o dinamismo de formação do sujeito por via de sua autorreflexão. Não há, portanto, qualquer modelo ideal e exterior de experiência, assim como não pode existir um paradigma de constituição da subjetividade. Mas há um horizonte regulador com o qual podemos confrontar a cada momento a experiência de formação da subjetividade: é a formação realizada, isto é, a subjetividade plenamente constituída na experiência [...] Portanto a formação como processo de experiência de uma subjetividade que constantemente se constituiu na temporalidade histórica poderia ser entendido como o sentido da emancipação (SILVA, 2014, p. 91)

É da relação sobre as experiências e protagonismo das estudantes, os espaços de auto-organização contribuem para pensar a formação na universidade, assim como proporcionam espaço singular de formação. Minha reflexão compreende formação como a que ocorre nos espaços formais e informais da vida. Os espaços de auto-organização são espaços informais de educação, não ocorrem nas salas de aula, laboratórios, auditórios.

O primeiro aspecto é a contribuição para uma *formação humana, ética, política*. A formação não é exclusividade de escolas, universidades. Em sua existência ocorre uma aproximação para a construção da sujeita política, de uma visão contra-hegemônica para a realidade. Esses espaços são organizados pelas estudantes, em coletivos variados, dentro das entidades estudantis, em cursos específicos,

organização de movimentos feministas, etc. São espaços de encontro, leitura, debate, problematização da realidade.

A participação nos movimentos sociais e populares também proporciona importante formação, no campo político, que integra-se ao ético e humano. O exercício de um novo olhar para o mundo e a detecção das raízes das desigualdades é processo de construção de conhecimento, de visão crítica. Para as mulheres, é espaço de desconstrução das “verdades” do capital, do patriarcado e do racista. O processo de desnaturalização da desigualdade produz uma nova compreensão das relações humanas, das organizações políticas e dos princípios éticos enquanto dignidade humana. Falar de dignidade humana é pensar a ética, pensar a justiça, a partir de um olhar feminista. Um conhecimento que também se alarga com as reflexões feministas para o mundo e assim para a formação na universidade:

Contudo, toda e qualquer discussão envolvendo a dimensão ética pressupõe que se tenha claro que o valor fundante dos valores que sustentam a eticidade é aquele representado pela própria dignidade da pessoa humana, ou seja, os valores éticos fundam-se no valor da existência humana. É em função da qualidade desse existir, delineado pelas características que lhe são próprias, que se pode traçar o quadro da referência valorativa para se definir o sentido do agir humano, individual ou coletivo. (SEVERINO, 2014, p. 6)

A partir das reflexões de Severino (2014), não é possível pensar uma existência humana que se pretende ética, e que não supere ou não questione a situação de violência e desigualdade que vivem as mulheres. Pensar e fortalecer o feminismo é fortalecer a ética e a dignidade humana. Nesse sentido é preciso repensar a formação e a construção do conhecimento na universidade. Um mundo mais justo e humano, não apenas para as mulheres.

O feminismo acaba por alargar a ideia de justiça social e dignidade humana. As mulheres, destinadas para o trabalho doméstico e de cuidados, acabam por relacionar grande parte de sua vida com questões desvalorizadas, mas essenciais para a produção e reprodução da vida. São questões como acesso à terra, água, moradia, saúde pública, alimentação. Os valores éticos e humanos partem dessas demandas objetivas da vida humana. Na fala da diretora C, é possível identificar o caráter formador do feminismo e a expansão que proporciona para compreender a realidade de um modo totalmente distinto:

Diretora C. *Eu sou suspeita porque eu acho que os espaços que mais contribuíram pra minha formação ética, profissional, e que ao mesmo tempo foram mais decisivos, foram os espaços de auto-organização. Eu acho que tanto pra uma perspectiva de concepção do espaço de formação, assim, pelo fato de ter só mulheres, é, pelo fato desse espaço valorizar a experiência e não só valorizar o conhecimento que vem externo [...]*

O segundo aspecto é a contribuição para a *formação de um olhar contra-hegemônico da realidade*. A construção das estudantes, quando referente a formação, exercita um pensamento crítico-transgressor, a partir das reflexões de Goergen (2014). Os espaços de auto-organização são de desnaturalização de papéis sociais, e da divisão sexual do trabalho, das imposições morais e sexuais, a quebra de normas e padrões de comportamento. Uma das práticas das estudantes, e que contribui na ampliação da formação, é a elaboração política e contra-hegemônica de mundo produzida pelas feministas. São retomadas pautas feministas e formulações relevantes para a superação da opressão. O feminismo proporciona uma suspeita ao que é socialmente aceito e reproduzido. Esse exercício combate o que Silva (2014) chama de adaptação e a introjeção de componentes sociais externos:

A introjeção de “ideias exteriores” tornou-se um componente da vida em sociedade, no mundo administrado, de modo que a autopreparação para a adaptação, e, sobretudo, a ideia que a sociabilidade significa sempre adaptação, não permite que as pessoas notem que esse processo agride a consciência, por ser essencialmente antiemancipatório. Trata-se da concepção de que a realidade é intocável e imutável: é este o sentido do hiper-realismo, a aceitação pura e simples à qual se segue naturalmente a adaptação. (SILVA, 2014, p. 89)

Por conta disso as estudantes mostram movimentos de questionamentos e desacomodações, e que pretende emancipar as mulheres. As estudantes produzem uma formação rica e transformação naquelas que passam a organizarem-se, a buscar compreender a luta e as reivindicações das estudantes. A sociedade atualmente tem vivenciado muitos espaços que buscam desenvolver a aceitação e adaptação. Essa mentalidade atinge muitos áreas da vida humana. Um exemplo é a aceitação da educação como mercadoria, quando a educação superior privada é mais uma

mercadoria nas prateleiras do mercado.

Essa realidade acaba por refletir-se em uma formação que desenvolve adaptação e aceitação, e assim, uma formação humana deficitária e não crítica. Vivemos em um mundo de hipocrisias e renúncia as desigualdade sociais. Essa realidade se manifesta na construção das subjetividades humanas, dentro e fora da universidade. A construção de subjetividade faz-se com a dimensão ética da vida em sociedade, das condições objetivas de dignidade humana. Diante da injustiça, produz ação, mobilização, questionamento. O feminismo coloca em xeque a o valores dominantes e fortalece uma visão contra-hegemônica de mundo. Silva (2014) afirma a necessidade de uma consciência emancipada para a superação da atual crise da modernidade. É possível relacionar o protagonismo das sujeitas políticas estudantes com a formação humana:

O que significa que o processo de autonomização racional produziu um fenômeno da *unilateralidade*: a perda da dimensão prática, ética, ativa, da subjetividade. Trata-se da situação, atualmente vivida, da perda das referências éticas, ou da substância ética da vida. Deve-se entender isso como unilateralidade porque não se trata apenas de uma divisão ou de uma tensão entre elementos diversos; o que ocorre é uma relação ético-prática com o mundo, o que resulta de uma anulação da subjetividade, já que o *sujeito* perdeu o equilíbrio que o sustentaria na articulação entre meios e fins, e dessa maneira perdeu a possibilidade de produzir a *verdade histórica* que preencheria existência com um sentido efetivo. Daí as expressões “crise de sentido” e “crise de valores” que são muitas vezes utilizadas para designar a época contemporânea. (SILVA, 2014, p. 87)

A crise de valores da atual sociedade, segundo o autor, ocorre com a distância entre o teórico e prático, entre elementos da objetividade e subjetividade. A aproximação entre esses campos produz uma coerência, ou a busca dela, entre teoria e prática. As experiências que se dão nas vivências coletivas reforçam a busca pela coerência entre as teorias estudadas, as opressões da atualidade, e uma prática que esteja atrelada a sua superação. Como humanos, estamos suscetíveis a erros ou mesmo a reproduzir valores perpetuados no atual modelo patriarcal, racista e capitalista. Nesse sentido, o protagonismo das estudantes acaba por aproximar as dimensões do teórico e prático, e proporciona uma formação mais global, que relacione as dimensões da vida individual com a coletiva.

O terceiro ponto relaciona-se com a promoção de uma *formação política* das estudantes. Um dos principais aspectos dessa formação é a busca pela construção de espaços democráticos na construção política. O exercício da democracia não é tarefa simples, nem mesmo exercitada no cotidiano das instituições sociais, nos espaços educacionais, na família, nas comunidades. O espaço do movimento estudantil e movimento feminista, por serem plurais, proporcionam o encontro de visões distintas de mundo. A construção do espaço política é na sua essência plural. O exercício democrático, somado ao diálogo, proporciona momentos de compreensão dos distintos pontos de visão e realidade.

Um dos aspectos que reforça a democratização dos espaços de auto-organização, e assim o fortalecimento da formação política, é a continuação e crescimento dos EMEs da UNE desde 2003. A construção e fortalecimento do feminismo apenas ocorre porque busca-se a construção de espaços democráticos de participação. Os EMEs são construídos através de grupos coletivos de estudantes, de forma horizontal, com espaços de formação política, fala e escuta. Um dos formatos são os grupos autogestionados, mesas temáticas, oficinas, etc. Nessas atividades é possível observar espaço e diálogo entre estudantes de todas as regiões do Brasil debatendo temas históricos e atuais do feminismo. Além disso, as estudantes tem origem em diferentes organizações e campos políticos do ME. Dentro desse contexto a formação ocorre através da experiência com a diversidade de realidade, trajetórias e formações políticas.

Os espaços das estudantes, como os coletivos e o EMEs, costumam ser espaços de aberta participação das mulheres, sem delegações ou votações. O exercício do diálogo não é simples. Deve partir da diversidade do feminismo e da vida das estudantes, numa constante pela busca da construção de uma unidade feminista, no caso, nos espaços políticos da UNE. Não trata-se da anulação da diversidade, mas a construção de convergências possíveis a partir da diversidade política das estudantes. Segundo a diretora D, as práticas feministas acabam por produzir novas práticas entre as estudantes, e assim possibilitam espaços políticos singulares:

Diretora D. *Então, eu acho que o movimento feminista dá uma nova dinâmica pro*

movimento estudantil [...] o movimento feminista tem uma contribuição importante, no sentido de conseguir extravasar o que são os espaços de disputa. A gente sempre construiu nos espaços de mulheres diferente do Congresso da UNE, né, dos Conebs e Conegs, não tem eleição de delegado, não tem contagem de crachá, é tudo muito pelo consenso. Então até a carta final, que é o produto do Encontro, ela é consensuada, ela em unidade com um conjunto de representação [...].

Por último, a quarta contribuição é o *fortalecimento da formação profissional a partir do feminismo*. O feminismo não trata apenas de questões isoladas da opressão e discriminação, mas de uma visão singular para todas as áreas do conhecimento. A formação profissional das estudantes feministas que protagonizam e participam dos espaços de auto-organização é ampliada. Nas entrevistas realizadas, todas as diretoras afirmam que o feminismo contribuiu fortemente em suas formações como profissionais, pois proporciona questionamentos ao que ensinado, buscas de respostas ao naturalizado, reciclagem da formação profissional ofertada.

No relato abaixo a diretora C fala de sua entrada na universidade e de como o patriarcado mostrou-se articulado a seu curso no fortalecimento do lugar e expectativas sociais esperada às mulheres. Além disso, no relato abaixo é possível ver como o patriarcado e o racismo são naturalizados e de certa forma estimulados formação universitária. O feminismo, muitas vezes, é onde as estudantes encontram respostas diante das incomodações no processo de formação:

Diretora C. *Ah, centralmente, quando eu cheguei na universidade eu tinha um desconforto [...] vivenciado dentro da minha área profissional que eu não conseguia materializar, não conseguia organizar quais eram as questões. [...] o feminismo foi muito importante [...] de percebe o quanto a produção científica ela é machista, masculinista, como ela vê o corpo e a vida das mulheres como uma perspectiva muito machista. Foi muito decisivo, que eu me lembro que quando eu estava no internato de obstetrícia, ginecologia, eu acompanhava partos, com os médicos que eram os responsáveis lá da preceptoría. Eu comecei a vê muitos casos de violência obstétrica, naquela ocasião ninguém debatia violência obstétrica como hoje se*

debate. Eu via os profissionais de saúde gritando com as mulheres, eu via a situação de uma mulher negra que chegou em situação de abortamento, eles fizeram a curetagem que é o procedimento que se faz depois do abortamento sem anestesia nessa mulher negra, é um procedimento muito doloroso e ela gritava. E essa experiência, assim, eu consegui dá, eu consegui dá um sentido político, foi o que me levou inclusive a fazer mestrado [...] existe uma desigualdade de classe, de raça, e existe uma desigualdade entre homens e mulheres muito forte, porque são cenas tão naturais. A gente falando hoje parece que é muito forte, mas essas eram as cenas em que as pessoas são formadas como médicos nas universidades, e eu só conseguir estranhar aquilo porque eu tinha vivenciado o feminismo, e isso foi totalmente decisivo pras minhas escolhas profissionais. Depois, porque tem um debate geral sobre ética na área de saúde que todo mundo faz e ele acaba sendo muito opaco, pausterizado. Quem é contra a ética? Ninguém vai falar que é contra a ética. Mas na hora de a gente vivencia situações reais e concretas, quem é que vai ficar ao lado da mulher negra que sofreu um aborto? Quem é que vai falar que o que acontece nas maternidades é violência, que aquilo não é a forma adequada de se parir? Quem é que vai dizer que a construção fisiológica que se faz sobre o corpo das mulheres é machista, então, é isso, eu só consegui vê por causa do feminismo. Então foi fundamental assim, pra profissional que eu me tornei, pra maneira de olhar o mundo, e de pra uma maneira mais solidária de vê a vida também, de uma maneira geral.

O relato acima apresenta impactos que as vivências e experiências das estudantes, a partir da teoria e prática feminista, proporcionaram na formação profissional da diretora C. Em todas as entrevistas, as diretoras são unânimes quando afirmam o processo de transformação que a formação feminista proporcionou em diferentes âmbitos de suas vidas.

Os espaços de auto-organização ocorrem apenas com as mulheres estudantes, através de coletivos independentes, do movimento feminista, de determinada força política do ME, de estudantes em determinado curso ou faculdade, nas entidades estudantis. Representam muitas possibilidades de organização, e também proporcionam o contato com os primeiros textos, com as primeiras leituras e

debates feministas. As estudantes acabam por conhecer o pensamento e a presença de muitas mulheres, em diferentes lugares, ideias, realidades, e que também pensaram e lutaram por mudanças na vida das mulheres. Por sua vez, os encontros estaduais e nacionais, como os EMEs da UNE, também são ricos na formação política das estudantes. Reunidas durante dois ou três dias, participam de uma programação plural e com debates centrais do feminismo, no passado e atualidade.

Esses espaços aparecem como parte importante da formação profissional das estudantes. Os estudos que se iniciam nos espaços de auto-organização transbordam para outros âmbitos da vida, daquelas que os vivenciam. A diretora B reflete abaixo como as estudantes que com ela participaram do coletivo em sua universidade, escolheram como tema de seus Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), nas dissertações e teses, questões relacionadas ao feminismo em diálogo com suas áreas de formação. Outro exemplo é minha dissertação, resultado também da influência dos espaços de auto-organização no ME e no movimento feminista.

Diretora B. [...] *o coletivo de mulheres estudantes que eu participava lá na Universidade Federal do Pará que fez com que eu me interessasse pelo tema do feminismo, e constrísse uma atuação no movimento estudantil voltado pras mulheres. Todas fizemos TCCs ligados ao tema das mulheres. Eu fiz sobre a legalização do aborto, uma outra companheira fez sobre a mulher na mídia, e assim a gente percebeu que várias meninas que se organizavam no movimento estudantil, por exemplo, produziram conteúdos, com conteúdo de gênero, feminista, nas suas graduações e pós.*

A formação que o feminismo proporciona tem muitos impactos na formação das estudantes, na parte humana, ética, política, profissional. A aproximação entre feminismo e universidade acaba por fortalecendo e expandido a formação das mulheres. Esse movimento produz muitos espaços de aprendizado e de formação. Nas Cartas dos EMEs, as estudantes também falam da formação no ensino superior. Reafirmam a necessidade de uma educação não sexista, a necessidade de repensar as grades curriculares, disciplinas que abordem o feminismo como transversal na formação nas diferentes áreas. Nos relatos, é possível identificar como a formação

técnica e profissional não interage com demandas e realidades vivenciadas pelas mulheres. Os espaços de auto-organização acabam por ser exclusivos nessa formação. Um desafio é a construção de instrumentos, como projetos de leis, que possam ser ferramenta de luta para visibilizar a história das mulheres, suas vidas e conhecimentos, nos diferentes espaços de formação.

Ainda sobre formação e espaços de auto-organização, uma questão interessante, é que as estudantes também afirmam a importância de construção de espaços mistos de formação, ou seja, que nas entidades estudantis, nas universidades, nos espaços gerais do ME, também ocorram espaços para debater feminismo, com todos e todas estudantes. Na Carta do 3º EME (ANEXO C), as estudantes afirmam ser o combate ao machismo tarefa também dos homens:

Através dessas diretorias e das mulheres organizadas nos núcleos das universidades, devemos criar espaços de discussão ampliados, em conjunto com os companheiros do movimento estudantil, onde seja possível travar o debate sobre a questão da mulher e construir coletivamente a superação dos preconceitos no movimento e na sociedade. (Carta 3º EME)

A formação na universidade é um grande desafio. Para uma nova sociedade é preciso uma nova educação e transformação da universidade. O feminismo das estudantes representa o estranhamento e a não aceitação do mundo, um olhar crítico para as desigualdades e injustiças naturalizadas. Nesse sentido, suas práticas auxiliam a pensar também uma educação que seja humana em todas suas relações éticas e políticas:

A exclusão da dimensão da crítica no universo da racionalidade acadêmica representa a supressão de um de seus mais eminentes sentidos sociais: o exercício do pensamento crítico do ser, do presente, do dado, visando sua transformação qualitativa, ou seja, visando o 'dever ser'. (GOERGEN, 2014, p. 570)

Pode-se pensar que a busca pelo 'dever ser' a partir do feminismo, é uma utopia de um mundo novo, combustível para a organização, formação e atuação das estudantes.

A experiência das estudantes dialoga com a Ecologia de Saberes de Santos,

B. (2005), pois representa a visibilidade não apenas das mulheres nas diferentes áreas do conhecimento, assim como o resgate e presença de seus conhecimentos em diferentes esferas da vida em sociedade, não apenas técnica.

As reivindicações das estudantes não relacionam-se somente com as mulheres e suas especificidades, mas interagem com um conjunto de lutas da vida humana através da construção e ação coletiva. Por mais que muitos sejam os limites atuais para avançar a luta das mulheres, inclusive na universidade e no ME, sua organização produz riquezas e um olhar crítico das estudantes para o mundo, fortalecendo assim sua formação política, ética, humana.

6. FEMNISMO E UNE: CAMINHOS FÉRTEIS DE LUTA POR DEMOCRACIA, JUSTIÇA E IGUALDADE

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Boaventura de Sousa Santos

Neste capítulo realizado um apanhado histórico da UNE e sua trajetória na sociedade brasileira. A UNE, como movimento social, desde sua origem, dialoga e busca a conquista de direitos e justiça social. Ao mesmo tempo que discute temas gerais como educação, educação superior, assistência estudantil, políticas públicas, relaciona suas reflexões a busca por liberdade, democracia, igualdade, soberania nacional. Retomar lutas históricas da UNE e sua trajetória, é um passo importante para compreender o espaço do ME e da universidade na história do Brasil. Desde sua origem, e ao longo de todo o século XX, os estudantes são parte ativa, crítica e propositiva na política nacional. Ao mesmo tempo, como em outros movimentos sociais e na sociedade, nela manifesta-se o machismo e uma série de opressões. Diante da contradição entre o discurso de um mundo melhor, e as práticas cotidianas capitalistas e opressoras, no espaço da UNE e do ME, que as estudantes feministas estão inseridas e auto-organizadas.

A auto-organização das estudantes, através dos EMEs, mostra-se momento singular de atuação e formação política, e de fortalecimento do feminismo na sociedade. A análise das Cartas dos EMEs da UNE, no período de 2003 a 2015, são reveladoras. As estudantes apresentam não apenas sua visão sobre universidade, ME, mas produzem um olhar geral para a sociedade e suas distintas possibilidades, a partir do feminismo. Os EMEs demonstram o protagonismo e resistência das estudantes. Retomar a história dos EMEs e suas reivindicações em cada período, fortalece o protagonismo das estudantes feministas, para que suas histórias não sejam, também, invisibilizadas na história.

6.1 UNE: HISTÓRIA DE LUTA POR LIBERDADE, DEMOCRACIA E JUSTIÇA

Historicamente a UNE sempre esteve comprometida com importantes bandeiras e lutas sociais. Sua atuação é marcante em vários momentos históricos, não apenas reivindicando questões específicas dos estudantes, mas na luta por democracia, liberdade, justiça, soberania.

A história da UNE possui ricos momentos de atuação política dos e das estudantes, na sua maioria jovens³⁰. A UNE foi fundada em 1937, anos próximos da abertura da primeira universidade federal no Brasil. Nos anos seguintes a entidade realizou encontros e congressos anuais que organizavam a luta estudantil. No período da Segunda Guerra Mundial, a entidade debatia os motivos políticos da guerra, suas crueldades. Os estudantes passaram a ter como debate e luta nacional o *combate ao nazismo e ao fascismo* no Brasil.

No contexto brasileiro, na metade do século XX, O ME passa a discutir o Brasil e suas riquezas nacionais. No período, o protagonismo estudantil com a campanha da UNE “*O petróleo é nosso!*”, demonstrava uma visão progressista e a atenção não apenas para as demandas dos estudantes, mas de toda sociedade brasileira. Com o nascimento da Petrobrás, em 1953, a campanha foi significativa para garantir que a estatal fosse vendida para grupos internacionais. A *Campanha da Legalidade*, em 1961, acaba por fazer a sede da UNE ser transferida para RS. O objetivo era pressionar e garantir a posse de João Goulart, assim como, a implementação das reformas de base que ele propunha para o Brasil.

A UNE também foi espaço ativo de arte e cultura. O lançamento do Centro Popular de Cultura (CPC), em 1962, não apenas consolidou a entidade no território nacional, assim como apresentou a possibilidade de organização das e dos estudantes que organizavam-se através da arte, da música, do teatro, etc.

Na década de 60 a 80 a entidade é central no *combate à ditadura militar*³¹. No período entre 1964 a 1985, a UNE entra na clandestinidade e sua sede no Flamengo, Rio de Janeiro, em 1º de abril de 1964, é metralhada, invadida e incendiada pelo regime militar. Durante todo esse período segue a resistência e organização a partir

³⁰ Disponível em: <<http://www.une.org.br/memoria/>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

³¹ Disponível em: <<http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>>. Acesso em: 19 de jun. 2017.

das entidades estudantis em todo o território nacional. Mesmo na clandestinidade, a UNE atua nas ações contra a ditadura e, por conta disso, estudantes são perseguidos, torturados e mortos. A luta pela liberdade humana, foi a mais importante bandeira dos estudantes para a construção de um Brasil e de um mundo melhor. Muitas mulheres e homens, corajosas e corajosos, perderam suas vidas, através das violências mais atroz, por buscarem a construção de direitos humanos e por dignidade.

O protagonismo, no período, não foi apenas dos estudantes, mas também das estudantes. Na luta contra a ditadura, as estudantes foram ativas na ação política pela democracia no Brasil e nos debates feminista da época. Naquela época, assim como no período de retomada dos EMEs, o feminismo era acusado de enfraquecer a luta da classe trabalhadora. Nas entrevistas, as diretoras da UNE reforçam a luta interliga entre classe, gênero, raça. Afirmando as lutas como complementares e não como divisão de participação política. Segundo registros em sites³² e documentos que falam da atuação das estudantes no período da ditadura militar, desde aquela época a organização das estudantes e sua relação com o feminismo, não era considerada central para pensar um novo mundo. É possível identificar diferentes compreensões também sobre o feminismo e a participação e ação política:

Para a maioria das organizações de oposição ao governo a luta das mulheres não era identificada como parte essencial da libertação do povo, o essencial era a luta de classes – o mais viria como decorrência – assim as feministas foram muitas vezes acusadas de trazerem questões pequeno-burguesas para o debate político perdendo o foco da luta mais geral contra o regime militar. Por outro lado, durante esse período houve um forte debate, que acompanhou o movimento feminista, sobre se as mulheres deveriam atuar na luta geral contra a ditadura ou na luta específica pelos direitos das mulheres; ou mesmo nas duas juntas.

Em 1968, com as grandes mobilizações políticas, artísticas e culturais pelo fim da ditadura, a UNE engrossa a *Marcha dos Cem*, no Rio de Janeiro, histórico da história do Brasil. Em 1968 o mundo assistiu mobilizações estudantis em muitas partes do mundo, e no Brasil não foi diferente. Em 1979, a UNE realiza o CONUNE em

³² Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>>. Acesso em: 31 maio 2017.

Salvador, e a entidade sai da clandestinidade. Além da luta democrática, a entidade também conecta a ela a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, no Brasil. Os estudantes, no período de abertura democrática, pediam a libertação dos presos e presas da ditadura militar. Naquele período, protagonizaram a construção das *Diretas Já*, importante mobilização popular para a abertura democrática no Brasil. As eleições indiretas levam Tancredo Neves, que morre antes de tomar posse. Em seu lugar o governo de José Sarney. Durante seu governo é construída uma assembleia constituinte, que contou com participação de grande parte da população, de movimentos sociais, sindicatos, incluindo o ME.

No início da década de 90, elege-se Fernando Collor de Melo, nas primeiras eleições diretas do Brasil. O fracasso das políticas econômicas e os casos de corrupção levam grande parte da população, e entre elas, jovens estudantes, a pedir o impeachment de Collor. As e os estudantes foram fundamentais nesse momento político, constituindo o movimento dos *Caras pintadas*. Em 1992 Collor é afastado da presidência do Brasil.

A partir desse período e durante toda a década de 90, o Brasil passa a implementar políticas neoliberais na economia, refletindo em todas as áreas sociais essa visão de economia e maior ausência do Estado. O ME é ativo na *resistência ao neoliberalismo*. Do governo Itamar Franco, passando pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, 1992 a 2002, são dez anos da implementação de políticas de privatização de estatais brasileiras, concessões, e menos investimentos do Estado em áreas fundamentais como educação e saúde. O mercado com seus planos privados e com escolas e universidades privadas passam a fornecer com mais qualidade esses serviços, alcançados por parte da população. A miséria, pobreza e desigualdade social aumentam nesse período. A entrada de empresas privadas de educação é estimulada. Em paralelo as instituições públicas de educação são desvalorizadas e com recursos estagnados.

A partir de 2002, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, modificam-se as políticas econômica e de atendimento da população. Com o debate da Reforma Universitária em 2005, o ME foi propositivo e para pensar a educação superior no Brasil. Os debates sobre educação, o aumento significativo de investimentos, a ampliação da rede pública, é retomada a importância da universidade pública, de sua

democratização. As estudantes são parte de todo esse período de mudanças sociais, políticas, e na militância no ME e no feminismo, integrando-os, apresentam contribuições para pensar uma nova universidade e sociedade.

Nesse resgate, identifica-se uma trajetória de uma entidade estudantil conectada com as pautas gerais brasileiras, e propositiva na sua ação política. O ME acaba sendo espaço onde muitos e muitas jovens iniciam sua militância política. A história do movimento estudantil reflete essa realidade.

No século XXI, modificou a vida da juventude, no Brasil e no mundo. Assim como mudaram a sociedade, a educação e a universidade, o ME também modificou-se. O ME ampliou seus debates e assim contou com mais representação política em seus espaços. A construção de um novo mundo passa pelo combate às violências. Combater violências é compreender e valorizar o diferente, é entender-se como inacabado. O feminismo que retomou sua presença política, a partir dos EMEs e da construção dos coletivos, é exemplo dessa realidade. Atualmente, por mais que os avanços ocorram mais devagar do que o desejado, as pautas e organização política, os debates e formações, ganharam novas vozes e novas e novos protagonistas.

Por mais que há muitos outros fatos políticos protagonizados pelo ME na história do Brasil, é possível identificar que a UNE sempre esteve comprometida com os debates nacionais, com a luta por justiça, liberdade, democracia, soberania popular. Essa visão contribui na formação de sujeitas e sujeitos políticos, que através do ME passam a conhecer outras visões de mundo, modificando novas possibilidades e escutando novas versões e teorias. Muitas e muitos participantes comprem nesses espaços a importância da organização política. As estudantes feministas demonstram, nas entrevistas e nas Cartas dos EMEs, um olhar para um conjunto de transformações para mudar o mundo, para mudar a vida de mulheres e homens. O mundo que se pretende, não é apenas feminista, mas também ecologicamente sustentável, de promoção da dignidade e respeito profundo ao ser humano, sem distinção. As estudantes apresentam um olhar novo para a política, economia, para as relações de trabalho, universidade, para a realidade da miséria e pobreza.

A UNE, como outros movimentos sociais e populares, apresenta muitas contradições em seu cotidiano, mas elas ocorrem porque também se apresentam como espaços coletivo convivência e atuação política. É importante pensar que

vivenciamos o mundo que queremos transformar. Nesse caminho, não é tarefa simples a desconstrução de verdades introjetadas. Em muitos casos, inclui mudanças em privilégios, o que dificulta processos. É preciso uma visão de mudança não apenas de uma sociedade patriarcal, mas capitalista, racista, colonial, heteronormativa. Ainda vivemos em um mundo extremamente desigual e violento, assim como em seus espaços de poder, bastante masculinos. A UNE é espaço para pensar essa realidade, e praticar novas possibilidades. O caráter histórico de lutas da UNE contribuiu para a formação dos espaços de auto-organização das estudantes. É importante que as lutas encontrem-se nos espaços de formação e atuação política, como a UNE, para que sejam construções coletivas, democráticas, e que não percam a riqueza de sua pluralidade.

6.2 ENCONTRO DE MULHERES ESTUDANTES DA UNE E FEMINISMO: RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS DAS ESTUDANTES

O protagonismo das estudantes sempre existiu, em todos os momentos da história da UNE e do Brasil. O que ocorre é sua invisibilidade nos registros, refletindo toda a histórica invisibilidade que sofrem as mulheres. Nesse sentido busco um registro dos EMEs da UNE, assim como de sua organização e funcionamento. São o registro do percurso das estudantes feministas no último período, duas lutas e avaliações políticas.

A auto-organização das estudantes ocorre de distintas formas no espaço da universidade. Os coletivos, sendo independentes ou ligados às entidades estudantis, são espaços que resultam a riqueza do movimento feminista e da luta das mulheres quando estão no espaço da universidade. O EME mostra-se espaço singular de construção do feminismo. A partir da fala da diretora F, a universidade apresenta-se também como espaço não destinado às mulheres, também extremamente masculino e machista. Essa realidade também é problematizada pelas estudantes nos espaços de auto-organização.

Diretora F. *Bom, acho que pra falar da importância do EME a gente precisa pensar*

também a importância da UNE dentro das universidades, pra daí pensar a auto-organização das mulheres. [...] o Encontro de Mulheres Estudantes por ser um espaço da UNE, um espaço auto-organizado de mulheres, ele emerge da universidades a partir de um momento que as mulheres estudantes começam a observar que a universidade não é um espaço tão receptível pra nós mulheres. Então, a partir do momento, a partir da UNE, começa a ter esse espaço auto-organizado só de mulheres, a gente começa a elencar outras pautas de luta específicas em relação à vida das mulheres e nesses dez anos de EME a gente começa a vê mais mulheres ocupando espaço e tendo consciência do patriarcado, e como ele opera na universidade.

O relato acima reforça a importância da organização das estudantes, a partir do debate da formação política das estudantes na universidade. O EME proporciona uma formação sobre feminismo, proporciona momentos de participação e protagonismo político. De 2003 até 2015, os anos que investiguei, a participação das estudantes cresceu de 150 participantes no 1º EME para 1000 no 6º EME. O 7º EME da UNE ocorreu no ano de 2016 em Niterói, Rio de Janeiro, e contou com a presença de 3000 estudantes³³. O crescimento dos últimos quinze anos demonstram o vigor político dos encontros. A organização das estudantes feministas não é uma novidade no Brasil e na América Latina. Na gestão da UNE 2011-2013, a entidade também participa de espaços estudantis e dos movimentos sociais na América Latina. O EME que ocorre no Brasil, é considerado importante espaço de fortalecimento do feminismo, mas também um dos maiores da América Latina. A importância do EME e o protagonismo das estudantes tem impacto no ME, assim como no contexto geral de fortalecimento do feminismo:

Diretora E. *[...] o EME ajudou muito a mudar a pauta política do movimento estudantil e também a presença das mulheres na universidade. [...] ele conseguiu nesses dez anos cumprir isso de organizar essa agenda, de apresentar desafios,*

³³ O 7º EME da UNE ocorreu em maio de 2016 na Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, e contou com a participação de cerca de 3 mil mulheres. Disponível em: www.une.org.br. Acesso em 17 de abr. 2017.

ser espaço de formação que é o maior evento de mulheres feministas da América Latina.

Após doze anos da realização do 1º EME, é possível identificar uma maior consolidação dos espaços de auto-organização das estudantes na universidade. A reorganização das estudantes ocorre no período de 2003 a 2005. Sua realização foi possível através da retomada política das estudantes e do feminismo pela Diretoria de Mulheres da UNE. Segundo a diretora A, por mais que há tempos existisse a diretoria na entidade, não representava espaço de atuação política das estudantes feministas. Como muitas diretorias da UNE, a Diretoria de Mulheres era considerada espaço de ocupação e divisão das diretorias da entidade.

Naquele período, o estímulo à formação dos coletivos, representou a retomada da pauta feminista no ME e nas universidades. O 1º EME ocorre a partir dos coletivos já existentes, e teve como central sua expansão na universidade. Na avaliação política da entidade, a UNE reafirma a importância dos encontros. É possível observar isso no trecho do site oficial da UNE³⁴ sobre os EMEs e seu papel no atual contexto:

O EME surgiu em 2005, por iniciativa da diretoria de mulheres da UNE, com o objetivo de ser um espaço de organização e fortalecimento do debate feminista na entidade, contribuindo no combate ao machismo e todas as formas de opressão sofridas dentro das universidades e no movimento estudantil. O encontro promove pautas como a legalização do aborto, o fim dos trotes machistas, a criação de creches na universidade e a luta contra a mercantilização do corpo e vida das mulheres.

Os EMEs possuem aspectos comuns. Em relação a *participação política*, caracterizam-se como espaços abertos, sem limitação no número de participantes por universidade, curso ou força política. Não existem delegações ou chapas. Para a construção de sua síntese, todas as forças políticas e organizações são chamadas a pensar sua Carta, documento síntese de cada edição. A busca é o consenso e construção coletiva, não havendo espaços de votação e disputa de força ou tamanho entre as mulheres. As estudantes inscrevem-se no EME e passam a ter acesso à

³⁴ Disponível em: <<http://www.une.org.br/dicionario-do-me/eme-encontro-de-mulheres-estudantes-da-une/>> Acesso em: 05 abr. 2017.

programação, alojamento e alimentação. Os EMEs costumam ocorrer nos espaços das universidades, sendo salas de aula e ginásios, os alojamentos. O valor da inscrição costuma proporcionar direito a alojamento, alimentação e aos espaços de debate. Os recursos não provêm todos das inscrições das estudantes, os custos também são subsidiados pela organização, que capta recursos, através de projetos.

Os espaços de formação e debate político são singulares, pois abordam diferentes temáticas, de formas diferentes. A *programação* do EME é formada por uma diversidade de formatos: oficinas, rodas de conversa, cine debate, atividades autogestionadas, etc. Também busca-se a prática de novas metodologias. Além disso, as edições dos EMEs contam com *cirandas*, espaços para as crianças e para as mães estudantes.

Os *espaços de formação feminista* abordam pontos relevantes para a luta feminista de nossos tempos, mas também remotos. Cito alguns dos temas abordados: mercantilização dos corpos, estereótipos de beleza, autonomia das mulheres sobre seus corpos, defesa da legalização do aborto, mulheres e espaços de poder, mídia e mulheres, violência física, sexual e digital, democratização dos meios de comunicação, educação não sexista, combate à lesbofobia, estado laico, etc.

O último momento da programação dos EMEs costuma ocorrer através da *plenária final*. Seu objetivo é apresentar uma síntese do encontro, debates e apresentar os encaminhamentos. As convergências políticas são produzidas com a pluralidade das forças e organizações políticas presentes. Elas são expressas nas *Cartas*, assim como as campanhas e focos da ação política das estudantes no futuro. Nas *Cartas*, as estudantes denunciam o patriarcado e as manifestações do machismo em suas vidas, na universidade e no ME. Na fala da diretora D, identificam-se processos da construção das *Cartas*:

Diretora D. [...] *nos espaços de mulheres é diferente do Congresso da UNE, dos CONEBs e CONEGs, não tem eleição de delegado, não tem contagem de crachá, é tudo muito pelo consenso. Então até a carta final, que é o produto do Encontro, ela é consensuada em unidade com um conjunto de representações e não tem muito essa queda de braço que talvez outros espaços tenham de participação.*

Então, são espaços plurais, são espaços de uma participação mais aberta, mais livre, isso também dá outra cara pra mobilização.

Certamente os consensos são exercício constante, e permanecem um desafio também para as estudantes. A construção dos espaços de auto-organização não se dá de forma linear e sem resistências. Esses são os limites da luta e da construção das estudantes nos espaços da UNE. Resistências também ao feminismo e sua busca por superar o patriarcado. É importante perceber os avanços da luta política das estudantes, mas também os limites e desafios dessa caminhada.

A construção de mais de dez anos da auto-organização das estudantes tem momentos de maior tensão e embate político. Apresento aqui alguns itens que identifiquei ao analisar as entrevistas, as cartas e ao vivenciar alguns de seus espaços políticos.

O primeiro aspecto é a *resistência à auto-organização*. Principalmente nos primeiros anos da retomada do feminismo na UNE e da criação dos espaços de auto-organização, muitas forças políticas que participavam dos espaços políticos UNE, secundarizavam a luta das mulheres e a teoria feminista. Por conta disso, na primeira gestão da UNE, 2003 a 2005, e na segunda, de 2005 a 2007, as diretoras afirmam que o machismo no ME era mais nítido e violento em sua manifestação. As estudantes eram desqualificadas e constrangidas por falarem em feminismo ou praticarem os espaços de auto-organização.

As duas primeiras edições do EME, sofreram forte pressão por terem na proposta inicial ser um espaço apenas das estudantes. Tanto foi a insistência, que os espaços dos painéis e palestras foram abertos também para os homens estudantes. A resistência não se reduzia apenas aos encontros nacionais, também na formação dos coletivos nas universidades e entidades estudantis. O que ocorre, é que a persistência das estudantes produziu o fortalecimento do feminismo na UNE e no ME:

Diretora A. [...] *tinha muita resistência do próprio movimento estudantil. Eu era do DCE da USP e tinha resistência até quando eu propunha que no Congresso de estudante tinha que ter crachá de delegada e de delegado [...] botava uma mulher*

pra falar, aquelas coisas [...] pouco tempo depois isso mudou muito, aquela resistência com os recortes de gênero pras coisas, e com esse tipo de afirmação da identidade de mulher, foi superada. Ninguém hoje tem coragem de dizer isso, pelo menos não dentro do movimento estudantil [...] dentro do movimento estudantil não tem mais, foi uma questão superada. O debate de auto-organização das mulheres era polêmico. [...] a partir daquela organização, daquele momento, foi a aceitação praticamente plena do movimento estudantil da agenda feminista, da organização das mulheres enquanto sujeito, e isso porque a gente enfrentou muita resistência.

Por mais que a auto-organização das estudantes ainda possa sofrer questionamentos dentro da entidade, a atuação das primeiras estudantes foi central para que atualmente seja uma realidade aceita e respeitada no ME. Na segunda edição, o conjunto das forças políticas do ME ainda não estavam convencidas do EME como espaço apenas das estudantes. Por conta disso, a partir da entrevista com a diretora de mulheres daquela época, foi possível identificar que no 2º EME ainda existiu a participação dos homens nos debates centrais do encontro. Essa participação acabou por ocasionar um episódio de assédio de um dos homens com uma das participantes. Esse fato acabou por fortalecer a tese de que o EME deveria ser espaço apenas com a participação das mulheres:

Diretora B. *[...] essa era uma polêmica [...] correntes do movimento diziam que o EME não era um espaço de auto-organização, o EME era um evento da UNE e a UNE era uma entidade mista e, portanto, o EME tinha que ser aberto para os homens. A gente chegou no EME que aconteceu no Rio, na minha gestão, que foi uma mediação. Era alguns debates de formação abertos aos homens, então quando tinha palestrante era aberto, e aí a gente tinha dentro do EME alguns espaços que eram de autogestão das mulheres. Algumas atividades autogestionadas que eram inscritas oficinas, algumas reuniões, a construção da carta final do Encontro, então a gente foi delimitando que tinha espaços que os homens não podiam participar. [...] teve alguns casos, inclusive, de assédio dentro do Encontro de Mulheres pela presença dos homens [...] estava tendo uma festinha lá quando aconteceu o EME*

e assim foi bem, bem tensionado. E a gente acabo usando isso pra reforçar que o EME tinha que ser um espaço de auto-organização, que a gente não tinha que estar, se organizando pra reagir a um assédio durante o Encontro, que a gente tinha que está focada em construí a nossa pauta política. E depois o EME passo a ser, acho que na outra gestão totalmente um espaço de auto-organização.

Após esse episódio, a polêmica sobre a auto-organização das estudantes perde força. A auto-organização das estudantes é resultado de sua ação política no combate ao machismo no ME, universidade, sociedade. Também contribui para a formação política, porque atualiza a pauta feminista. O feminismo é o foco da atuação. Na fala da diretora E, é possível identificar como as diretoras de mulheres estão comprometida com o crescimento do feminismo e da formação da sujeita política coletiva:

Diretora E. *E aí tem gente que ainda estava na minha época falando isso “nem todas as estudantes mulheres eram feministas”. E aí a gente dizia: “não, mas todas as mulheres estudantes têm que ser feministas, tem que conhecer o feminismo”. A nossa ação na UNE tem que ser pautando o debate de ser feminista. A nossa ação na UNE tem que ser, pautando a vida das mulheres como centro do debate, da intervenção, vamos reafirmar e reforçar sempre. E foi isso que foi construído como marca pra conseguir extrair, foi um grande desafio, esse consenso mesmo com esse conjunto de força, que é o conjunto das partes do PSOL, PDT, PMDB, PCdoB, era tudo isso na nossa gestão, PCR que nem tinha mulher!*

A partir do terceiro EME, muitos coletivos e espaços de auto-organização das estudantes são criados dentro das entidades estudantis. Os coletivos também formam-se nas universidades. É importante afirmar que mesmo tendo sido uma política, no início, mais praticada pelas feministas, também formam-se coletivos de combate ao racismo, coletivos LGBTTTT. Com a superação do debate sobre a auto-organização, surgem outros debates, como a participação de homens transexuais nos espaços das estudantes. O debate que ocorria na academia, com estudos e grupos

de pesquisa a partir da Teoria Queer³⁵ e de uma perspectiva pós-moderna, promoveu o debate sobre a participação nos EMEs, a partir de uma perspectiva das identidades de gênero. A sexta edição do EME foi marcada pela polêmica da presença de um homem transexual no encontro. As correntes feministas possuem distintas compreensões sobre essa questão, e o encontro foi palco desse debate e polêmica. Essa questão pode ser observada na fala da diretora de mulheres daquele EME:

Diretora F: *A tetra do EME não era de participação de homem, era de participação de transexuais [...] a gente falo “Não, beleza, quem se considerar mulher também vem”. Sabe, a gente não entrou muito nessa questão, porque é isso, os diversos feminismos atuando, dava pra ir na linha do feminismo mais radical ou de um mais marxista, né?*

Acredito que esse debate permanece bastante presente ainda nos coletivos e espaços de auto-organização. São debates que envolvem o feminismo nos nossos tempos e que ocorrem pelas mudanças no espaço da universidade e sociedade. Acredito que o importante é destacar a concretização dos espaços de auto-organização, que nunca serão acabados, estarão sempre em constante mudança e debates por serem espaços políticos.

O feminismo, nessa caminhada, ampliou-se para praticamente todas as forças políticas do ME. Muitos argumentos e compreensões devassadas sobre feminismo e a luta das mulheres passam a ser atualizados. É possível observar essa realidade na percepção das diretoras de mulheres da UNE, mas também na ampliação de textos sobre feminismo nas teses e textos das forças políticas nos espaços da UNE:

Diretora B. *[...] a gente foi ganhando espaço, tanto que depois todas as correntes do movimento estudantil passaram a colocar nas teses do Congresso da UNE, algum texto, alguma política pras mulheres. Se a gente for vê as teses pro*

³⁵ “A Teoria Queer é um pensamento pós-moderno que pretende a desconstrução das identidades sexuais, ou seja, a não marcação de sexualidades ou mesmo de sexo, entre homens e mulheres. Como principal teórica temos Judith Butler. Consultado em: COLLIN, F. Diferenças só sexos (teoria da). In: *Dicionário Crítico do Feminismo*, 2009, p. 65.

Congresso da UNE da gestão 2003 pra minha, e as seguintes, a gente vai vendo que veio ganhando importância. A gente vai vendo que muitas teses não falavam sobre isso, era mais a da Kizomba, alguma ou outra que citava, mas agora não, todas têm que ter uma página ou um capítulo dedicado à política de mulheres da entidade. E todas têm militância.

As diretoras de mulheres e estudantes feministas são parte importante do atual fortalecimento do feminismo no ME e na universidade. Sua atuação política, tempo de vida destinado à luta antipatriarcal, são fundamentais para o atual contexto de fortalecimento do feminismo na UNE. Essa realidade é fruto da militância de muitas que passando pela universidade, em seu período como estudantes universitárias, aliaram estudos, pesquisas, trabalho com militância política, feminismo e combate ao machismo.

O diálogo e aproximação entre o movimento feminista e o movimento estudantil produz avanços e também uma realidade de dupla ou tripla militância, o que em momentos sobrecarrega muitas mulheres. Estão nos espaços da UNE, mas também nos coletivos feministas, antirraciais, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros e travestis (LGBTTT), etc.

A auto-organização resulta no fortalecimento do feminismo, que pode ser observado no seu crescimento nas forças políticas e no seu debate por outras diretorias da entidade. No relato abaixo, é possível observar essa realidade:

Diretora F. *Uma vez era um diferencial, uma universidade que fizesse assim, um evento feminista, fala das mulheres [...] ter núcleos feministas e sarau [...] uma das coisas que me marcaram foi que a Diretoria de Movimentos Sociais [...] fez um Encontro de Movimentos Sociais e a questão central era as mulheres. Convido MST, MAB, MMM, comunidade indígena, as mulheres dirigentes desses movimentos, fazendo um Encontro de Movimentos Sociais, mas com foco na vida das mulheres enquanto UNE. Essa coisa da UNE, enquanto organização dos estudantes, incorporando a pauta feminista por conta dessa nossa auto-organização e do EME [...] Então a gente vê, assim, como nesse período houve uma tomada de consciência*

muito interessante, e que passo por cima de força política, dos métodos tradicionais do movimento estudantil.

Um segundo aspecto da resistência e desafios para as estudantes é combater os casos de machismo no ME e colocar realmente o *feminismo como central*, na teoria e prática. O protagonismo das estudantes e o crescimento da pauta feminista na UNE produziu reflexos importantes para fora da entidade. A UNE passa a ser referência na organização feminista, em especial na juventude, por sua composição ser de maioria jovem. Segundo a diretora D, em 2009 a UNE para a integrar o Conselho Nacional do Direito da Mulher:

Diretora D. [...] *eu acho que isso é um pouco da assimilação que a própria entidade tem também, acho que do próprio movimento pra dentro da entidade e pra fora, porque a UNE também começa a ter uma participação muito pautada por essa auto-organização interna, pra fora. Que eu me recordo também que foi na gestão 2009-2011 que a UNE assumiu a vaga no Conselho Nacional do Direito da Mulher e com uma das poucas entidades naquela ocasião [...].*

O feminismo na UNE produz reflexos para fora entidade, nas relações com outras instituições sociais e movimentos. O que ocorre, é que ainda há muito para avançar sobre a luta das mulheres. Nos relatos das diretoras, há narrativas de como o machismo é ainda presente em seus espaços, e quando os interesses são questionados, o feminismo também é secundarizado. Essa realidade não é protagonizada apenas pelos homens, porque o machismo não é apenas praticado por eles, também por mulheres que o praticam, em suas reflexões e contradições. As marcas do patriarcado e sua força podem ser identificados no relato abaixo:

Diretora F. *Eu lembro um fato [...] de um militante que no momento da apuração de votos de eleição do DCE deu um soco na cara da menina do outro campo político. Aí a gente não conseguiu aprovar uma nota da UNE [...] como é que nós vamos fazer uma nota da Diretoria de Mulheres, e o resto da UNE? [...] a gente não*

conseguiu criar consenso na nota, chego ao ponto das próprias mulheres [...] fazerem nota em defesa dele, então a gente vê que difícil porque aí quando se sobrepõe o interesse de eleição, ali no caso, o feminismo tem que dá um passo atrás [...] Esse fato foi tão emblemático pra mostrar como ainda tem muito que avançar, como a gente ainda acaba trabalhando paralelamente, como o feminismo é aceito. O EME, ainda acontece, às vezes um pouco por status, por achar que “ah, é uma pauta importante, então vamos falar disso”, Mas não é levado a sério, [...] ao mesmo tempo, se for comparar os dez anos de EME, com os 75 da UNE, a gente ainda é novinha, precisamos continuar.

O relato acima traduz os limites da construção do feminismo na UNE, e da constituição de uma entidade que pratique o feminismo, busque autorreflexão, produza novas práticas. A violência não é exclusiva dos espaços sociais, mas a violência patriarcal se faz presente em também no ME e na UNE. A luta feminista é atual para visibilizar também as contradições.

6.3 HISTÓRICO DOS ENCONTROS DE MULHERES ESTUDANTES DA UNE: A AUTO-ORGANIZAÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Desde o primeiro EME da UNE a organização das mulheres ampliou-se no espaço da universidade e do ME. Abaixo analiso os encontros de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015. A retomada de cada edição é possível através das entrevistas com as diretoras e da análise das Cartas dos EMEs. Também pesquisei informações com as próprias diretoras e em sites na internet.

1º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE – Gestão 2003-2005

A primeira edição do EME aconteceu na cidade de São Paulo, de 05 a 08 de março. O encontro contou com aproximadamente cento e cinquenta estudantes. No último dia, as estudantes participantes de um ato político unificado na Avenida Paulista. O ato tinha como central as mobilizações do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e contou com a presença de mulheres de movimentos feministas, de outros

movimentos sociais³⁶.

Na Carta do 1º EME (ANEXO A), as estudantes produzem um conjunto de apontamentos sobre a opressão das mulheres no espaço da sociedade, universidade e movimento estudantil. No documento, destacam alguns pontos que reúnem o olhar crítico das estudantes e suas lutas políticas.

Como primeira análise, está a afirmação da pluralidade das mulheres e das opressões que sofrem. Segundo as estudantes, em conjunto com a luta contra o machismo deve abarcar outras lutas.

[...] as lutas acerca da livre orientação sexual (movimento LGBTTT), de questões raciais (mulheres negras) e étnicas (mulheres indígenas). Lutamos para que esses segmentos de mulheres tenham seus espaços de auto-organização potencializados pelo movimento estudantil na sua luta por outra sociedade e Universidade. (Carta 1º EME)

Um segundo tópico é o fortalecimento do EME como espaço de organização da sujeita política mulher e o entendimento de que “(...) a intervenção coletiva é o melhor caminho na luta pela emancipação das mulheres” (Carta 1º EME). As estudantes reafirma as mulheres como sujeitas políticas de transformação social.

Sobre o ME, as estudantes o apresentam como espaço de reprodução da opressão de gênero e da divisão sexual entre mulheres e homens. Essa afirmação justifica-se pela baixa presença das mulheres nos espaços de decisão da entidade, e assim, a “masculinização da política e dos espaços públicos” (Carta 1º EME). Como demanda, afirmam a necessidade de todas as entidades estudantis construir e valorizarem os espaços de auto-organização das estudantes:

[...] o conjunto das entidades estudantis privilegiem a participação das mulheres garantindo a presença feminina nas instâncias de direção; que haja secretarias de mulheres das UEEs, DCEs e CAs, garantindo nossos espaços de auto-organização, bem como oficinas mistas para socialização de debates e experiências do feminismo. (Carta 1º EME)

No fragmento acima, as estudantes também falam sobre a formação e

³⁶ Disponível em < <https://midia independente.org/pt/red/2005/03/310188.shtml>> Acesso em 10 jan. 2017.

construção de espaços mistos para debater o feminismo. Segundo elas, a superação do machismo também precisa ser praticada pelos homens. Por mais que a auto-organização seja importante para pensar a formação das mulheres, é importante que os homens também falam parte das transformações.

Sobre a luta das estudantes, destaco três apresentadas no documento. A primeira é a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, a partir de um olhar feminista. Essa reivindicação está relacionada com a superação da lógica machista de ensino e pesquisa, e a necessidade da visibilidade das mulheres na construção do conhecimento. Relacionada a essa demanda, as estudantes apresentam a necessidade de mudanças nas grades curriculares, de repensar a formação profissional da universidade, da importância das políticas de assistência estudantil para manutenção das mulheres na universidade.

A segunda reivindicação que destaco está na luta por “autonomia das mulheres, o direito de decidir sobre seus corpos, e a legalização do aborto” (Carta 1º EME). Essa luta política retoma o debate da legalização do aborto, bandeira histórica do feminismo.

Por último, na Carta do 1º EME, as estudantes reforçam seus espaços e a importância da “construção de uma plataforma feminista para a sociedade, a universidade e movimento estudantil”, e que o ME e a universidade sejam espaços para “combatermos o machismo que vivenciamos cotidianamente.”.

A Carta do 1º EME é extremamente importante, não apenas porque é síntese da organização e protagonismo das estudantes feministas, também porque representa um marco retomada do feminismo no ME e na UNE.

2º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE – Gestão 2005-2007

A segunda edição do EME ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre os dias 05, 06 e 07 de abril de 2009. Nessa edição estavam presentes quatrocentas estudantes de vinte e dois estados. O título da segunda Carta (ANEXO B) foi *Chega de machismo na universidade! Mulheres em todos os lugares!* Essa chamada reafirmou a atuação das estudantes no combate ao machismo na universidade e na sociedade.

No início do documento há referência a política de criação de coletivos e

núcleos de mulheres nas universidades. É possível observar um salto importante na organização das estudantes através de seus espaços de auto-organização, demonstrado pelo crescimento das participantes nos EMEs. O EME representa espaço de organização e formação política das estudantes, e a segunda edição não foi diferente.

Na Carta do 2º EME (ANEXO B), sobre a universidade, as estudantes a reafirmam como parte do combate ao machismo na sociedade. Essa instituição social é entendida como reprodutora das desigualdades entre mulheres e homens. O trecho abaixo reflete temas como universidade, patriarcado e divisão sexual do trabalho, demonstrando como as estudantes relacionam questões estruturais da sociedade e da opressão das mulheres, com o espaço da universidade:

[...] questionando a divisão sexual do trabalho e a ocupação dos cursos do cuidado social pelas mulheres; a educação sexista, onde o olhar e a contribuição das mulheres são omitidos na produção do conhecimento. Além disso, a permanência das mulheres nos cursos depende de mais verbas para a assistência estudantil, por isso a luta por bibliotecas, laboratórios, restaurantes universitários, moradias, transporte, segurança e creches é fundamental em nossa pauta. (Carta 2º EME).

Sobre os posicionamentos gerais e desafios políticos, as estudantes afirmam sua luta no combate ao neoliberalismo, capitalismo e imperialismo “através da dominação econômica, cultural e bélica” (Carta 2º EME). As estudantes retomam a importância da discussão sobre a valorização do trabalho das mulheres e o combate de sua exploração. Um dos pontos levantados dialoga com um olhar para o machismo na sociedade e a mercantilização do corpo das mulheres: o combate ao tráfico de mulheres que segundo o documento “reforça a divisão internacional do trabalho com a supremacia Norte sobre o Sul.” (Carta 2º EME).

A diversidade das estudantes e suas lutas também está presente na segunda Carta. Os destaques são: a opressão e luta das mulheres negras que ainda recebem menores salários que as mulheres brancas; a invisibilidade das lésbicas que não possuem liberdade para viver sua sexualidade; as mulheres indígenas que sofrem com a dificuldade de acesso à educação, com a violência e pobreza.

As estudantes também reconhecem a importância da aprovação da Lei Maria

da Penha para dar respostas aos casos de violência contra as mulheres. Segundo elas, a violência não é apenas recorrente na sociedade, mas também no espaço da universidade e no ME.

Por fim, a Carta do 2º EME aborda quatro desafios principais. O primeiro reivindica que a UNE transforme em luta concreta a resolução aprovada no 49º CONUNE, pela legalização do aborto, ou seja, uma campanha nacional da entidade. Segundo as estudantes, esse debate é importante para “Denunciar a naturalização da maternidade como destino de todas as mulheres e a negação da autonomia sobre nossas vidas” (Carta 2º EME), combatendo a hipocrisia na sociedade. A campanha da UNE dialogaria com a proposta em debate no Brasil, ou seja, a realização de um plebiscito nacional sobre a legalização do aborto.

O segundo desafio é o combate ao machismo no espaço da universidade. Como exemplo falam sobre a violência e desqualificação que as estudantes sofrem em calouradas, trotes, nas salas de aula, etc.

O terceiro ponto dialoga com o ME e os espaços de deliberação política da UNE. Nesse tópico está a atenção para a participação política das estudantes nos espaços do ME e a defesa da política de cotas para mulheres na UNE:

O método de tiragem de delegadas e delegados ao 50º CONUNE, com eleições por universidade, tende a reproduzir essa lógica e excluir às mulheres deste processo político. Desde já estamos organizadas para garantir em todo processo o cumprimento das cotas mínimas de 30% de mulheres na inscrição das chapas e na indicação da delegação, conforme indicação do 50º CONEG da entidade. (Carta 2º EME)

O quarto desafio reafirma o compromisso da UNE na incorporação da pauta feminista e, assim, a integração definitiva dos EMEs como atividade regular da UNE. As estudantes apresentam um conjunto de datas e bandeiras políticas feministas que passam a ser inclusas na programação anual da UNE.

Por fim, o 2º EME consolidou os encontros pela sua pluralidade de participação, e como espaços de auto-organização das estudantes no combate ao machismo: “[...] seguimos organizadas contra o machismo e por outro mundo”. (Carta 2º EME).

3º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE – Gestão 2007-2009

O 3º EME ocorreu na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, nos dias 01, 02 e 03 de abril de 2009. O encontro tinha como tema *As mulheres transformando a universidade*, e contou com um número superior a 300 mulheres. O foco do debate era a presença do machismo nas diferentes áreas da universidade.

Nessa edição, participava da executiva da UNE, como Diretora de Comunicação. Já havia sido do coletivo de mulheres em minha universidade, já havia participado do terceiro EME, era militante feminista. Naquela gestão auxiliei na construção e realização do 3º EME. Naquela edição foi possível identificar a pluralidade de olhares das estudantes brasileiras, o protagonismo e organização das lésbicas, e uma maior coesão e prática política coletiva das estudantes feministas. Um dos fatores que considero relevantes naquele período, e que contribuiu para essa aproximação, foi a Campanha pela Legalização do Aborto, pauta política da UNE e das feministas naquele período.

A análise da Carta do 3º EME (ANEXO C) revela pontos importantes. No início, as estudantes reafirmam o combate ao machismo e a importância da auto-organização das estudantes para que as lutas feministas sejam incorporadas pela UNE. Nesse ponto afirmam a importância da entidade ter realizado a Campanha pela Legalização do Aborto. A Campanha ocorreu concomitante a Caravana de Saúde da entidade que percorreu o Brasil realizando debates e atividades culturais. Para sua capilaridade foi confeccionada uma cartilha que possibilitava esclarecer os pontos que justificavam a importância da campanha e sua relevância social, não apenas na vida das mulheres.

As estudantes também apresentam outros pontos como a reivindicação por uma política nacional de assistência estudantil, o debate sobre produção do conhecimento e ciência, a crítica a pouca presença das mulheres nos espaços de poder da universidade, o reforço da diferença de papéis sociais de mulheres e homens, a desconstrução dos estereótipos de beleza e padrão estético.

Sobre a auto-organização, mais uma vez as estudantes afirmam a sua importância para organizar as mulheres na universidade, no ME, proporcionando assim uma luta coletiva no combate ao machismo.

O combate às políticas neoliberais e capitalistas também são apresentadas

pelas estudantes. A esse modelo, relacionam as opressões, desigualdades e violência. As estudantes explicam como questões macroestruturais do contexto político, econômico e social, refletem-se no espaço da universidade, na pesquisa, de pensar os cursos e a formação na universidade. Aqui encontram-se exemplos das relações e valores capitalistas influenciando a universidade em diferentes áreas:

Esse sistema se apropria das desigualdades de gênero e raça, assim como intensifica a discriminação com relação a sexualidade. O processo de mercantilização, característico do neoliberalismo, também está na universidade e organiza a produção de um conhecimento ainda machista. As parcerias público-privadas e as leis de propriedade intelectual potencializam esse processo. As indústrias farmacêuticas, de alimentação e de cosméticos financiam e direcionam suas linhas de pesquisa, contribuindo para a manutenção do padrão de feminilidade e opressão das mulheres. (Carta 3º EME)

Além disso, outro aspecto abordado é o trabalho das mulheres. Denunciam a desigualdade salarial, na qual as mulheres recebem 30% a menos que os homens, desempenhando mesma função. Sobre formação, as mulheres são maioria na universidade, possuem maior instrução, qualificação, mas não ocupam cargos de chefia nas suas áreas. Ainda sobre o trabalho das mulheres, convivem com a dupla e tripla jornada de trabalho. Além disso, as profissões que se aproximam da tarefa de cuidado, socialmente na grande maioria produzida por mulheres, permanecem com maioria de mulheres e com os menores salários.

Por fim, a carta do 3º EME apresenta eixos que se propõem a organizar a luta política das estudantes no período na universidade e no ME. O primeiro eixo é *As mulheres transformando a universidade*. Dentro dele está a luta pela assistência estudantil relacionando-a com os arranjos da divisão do trabalho e de cuidados, ou seja: “A elaboração de políticas de assistência estudantil que contemplem as mulheres e que passa pelo reconhecimento dos obstáculos específicos da permanência delas na universidade” (Carta 3º EME). Além disso, ainda sobre o feminismo e a universidade as estudantes afirmam a luta por mais verbas para a educação e o papel social da universidade. Relacionam pesquisa e ensino, com os desafios do feminismo.

O segundo eixo apresentado na Carta é: *Pelo fim do machismo no movimento estudantil*. As estudantes apresentam suas lutas reivindicações e a denúncia do

machismo. O ME ainda é espaço de maioria masculina em sua direção, mas com entidades de base de maioria feminina. Nesse sentido, reivindicam o cumprimento da cota mínima de 30% de mulheres nas direções da UNE e UEEs, assim como nas chapas e delegações dos congressos, além da inclusão de cota mínima nos estatutos das entidades gerais da UNE. Outro aspecto apresentado para ampliar a participação das estudantes é a criação de diretorias de mulheres nas entidades estudantis. Destaco que a carta, quando trata do combate ao machismo no ME, assim como no documento da primeira edição, afirma a importância de espaços de formação e debate mistos, ou seja, que os coletivos nas universidades também promovam momentos que ampliem o debate feminista para os homens estudantes e militantes do ME.

No último tópico, *Mulheres em movimento*, afirmam a luta das estudantes conectada com o conjunto do movimento feminista. Por conta disso, e dos debates que vinham sendo feitos no Brasil a partir da luta pela legalização do aborto, as estudantes colocam-se comprometidas com a construção da Frente Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto. Também repudiam no 3º EME a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o tema do aborto. Como desafio, as estudantes feministas citam a importância das Conferências Nacionais de Comunicação e Educação. Para as estudantes são espaços privilegiados de organização e luta política, tanto para a disputa da democratização da mídia, como para a superação do machismo no ensino superior.

Esses três eixos reúnem a avaliação política das estudantes, e os principais pontos que irão organizar a intervenção das estudantes no ME e na universidade, e que são resultado de um processo de organização das sujeitas políticas estudantes.

4º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE – Gestão 2009-2011

O 4º EME ocorreu em Salvador, Bahia. O Encontro contou com cerca de 700 estudantes e teve como tema: *O abre alas que as mulheres vão passar*. No início da 4ª Carta do EME, as estudantes afirmam seu “compromisso com a superação do patriarcado, do machismo, do racismo, pela garantia da autonomia, e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.” (Carta 4º EME, ANEXO D).

Como ponto de partida, afirmam ser o espaço do privado e a divisão sexual do trabalho aspectos que organizam, segundo elas: “[...] toda a estrutura social e impõem

um modelo de existência eurocêntrica.” (Carta 4º EME). Como exemplos citam a naturalização dos afazeres doméstico e cuidados como tarefa feminina, a desvalorização e subremuneração das mulheres, o descompromisso do Estado com demandas coletivas da vida em sociedade, como saneamento básico, escolas infantis, postos de saúde públicos, etc. Essa realidade não apenas produz a exploração do trabalho das mulheres, mas também, segundo as estudantes, as afasta dos espaços políticos da sociedade.

No documento do 4º EME, as estudantes reafirmam a diversidade de suas opressões e lutas. As mulheres lésbicas denunciam a violência sobre seus corpos e sexualidade, a partir de uma visão heteronormativa. As mulheres negras reforçam, na Carta, o racismo e machismo cotidiano que vivenciam, denunciam a invisibilidade das mulheres negras na sociedade, e a extrema desigualdade que sofrem nos espaços do trabalho formal, com a menor salário na hierarquia das remunerações. As estudantes destacam na Carta, que as mulheres negras ainda não estão efetivamente incluídas na universidade, na sociedade e no ME. Para elas, mesmo com a cota racial aprovada no Brasil, há muitos obstáculos para o acesso e permanência, por exemplo, na universidade, das mulheres negras.

A luta, organização e pauta política das estudantes negras é fortalecida no 4º EME. Pela primeira vez na história da UNE, a Diretora de Mulheres era uma mulher negra. A diretora D, em sua entrevista, reforça o fortalecimento da auto-organização das mulheres negras, a partir da quarta edição, e nas edições seguintes demonstrou mais capilaridade no ME, nas contribuições para pensar educação, universidade, feminismo.

Como destaque sobre a conjuntura nacional, as estudantes destacam a ofensiva conservadora no Brasil, e sua presença nas eleições presidenciais de 2010. A não aprovação da união civil de pessoas do mesmo sexo e a retirada de direitos na realização do aborto, nos casos já previstos em lei, foram alguns exemplos. Pela primeira vez, as estudantes apresentam a necessidade de defesa do Estado laico, refletindo o contexto brasileiro para pensar a luta feminista.

As estudantes apresentam na Carta, mais uma vez, a centralidade do debate sobre o trabalho das mulheres e sua desigual realidade na sociedade. As estudantes afirmam que mesmo a maioria, na universidade, serem mulheres, isso não significou

sua presença em todas as áreas ou melhores salários. As profissões exercidas pelas mulheres, a maioria relacionada de diferentes formas com o cuidado, não são valorizadas pelo mercado do capitalismo.

As estudantes abordam o tema da violência na vida das mulheres, na sociedade e universidade. Apresentam dois tópicos, um que ocorre na sua maioria nos espaços privados e nos relacionamentos afetivos, como a violência doméstica; o outro que acontece nos espaços universitários e protagonizados pelos homens estudantes, como “desfile das bixetes, o rodeio das gordas, os trotes e piadas com apelo sexual que são lamentáveis e reproduzem a concepção machista da mulher como mero objeto de desejo”. (Carta 4º EME, ANEXO D)

Sobre a universidade as estudantes reafirmam a necessidade da assistência estudantil que atenda às especificidades das mães estudantes. Relacionando suas lutas dentro da universidade e a pauta feminista, mais uma vez estão conectadas com a defesa da educação pública. Na carta afirmam que a universidade feminista é pública. Essa defesa está conectada com os desafios futuros viriam, como o debate e aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), e a defesa de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação pública.

Sobre o tema da política, o contexto brasileiro, no qual realizou-se o EME, contava com o debate da Reforma Política. Sobre esse tema, as estudantes reafirmam a luta por mais mulheres no espaços políticos e de decisão, assim como a transformação na forma de fazer política. As estudantes defendem pontos de mudanças para a Reforma, relacionando feminismo e política. Na Carta do 4º EME (ANEXO D), as estudantes apresentam sua luta política e proposições, como a: “lista fechada com alternância de gênero e financiamento público da campanha.” Para as estudantes a ampliação da representatividade das mulheres deve também ocorrer na UNE, por isso reafirmam a necessidade do cumprimento, na época, de 30%, no mínimo, de mulheres na executiva da UNE.

No final da carta do 5º EME as estudantes também apresentam datas de lutas a ser integradas ao calendário da UNE, refletindo suas principais análises e reivindicações.

5º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE – Gestão 2011-2013

O quinto EME da UNE ocorreu entre os dias 29 a 31 de março, em Camaçari, Bahia. A chamada foi: *Para mudar a universidade, somos todas feminista*. A carta do 5º EME (ANEXO E) apresenta a realidade ainda desigual das mulheres no mundo do trabalho, assim como o machismo na universidade. Nesse encontro as estudantes dão visibilidade para a luta das mulheres no campo da ciência e da construção do conhecimento. Afirmam que a atualidade do modelo de educação fortalece a divisão sexual do trabalho, e as delimitação de papéis sociais entre mulheres e homens. Retomam a pouca presença das mulheres em espaços de poder, relacionando a isso a pouca presença, também, no espaço da universidade.

O espaço da universidade é também espaço de violência. Muitas estudantes, quando entram na universidade, vivenciam trotes e recepções machistas, racistas, lesbofóbicas, de ridicularização e objetivação do corpo das mulheres.

As estudantes destacaram dois principais pontos para pensar a universidade. O primeiro foi: *As estudantes querem transformações por inteiro*, refletindo sobre os desafios combater o machismo, e assim o capitalismo. Na Carta, as estudantes demarcam um movimento, com maioria de jovens, e assim com mais precariedade no mundo do trabalho. Sobre o trabalho das mulheres, com mais impactos para as negras, a aprovação da PEC 72, popularmente conhecida como “PEC das domésticas” e o avanço na justiça sobre o trabalho das mulheres negras.

As estudantes apresentam pontos importantes do contexto político: a necessidade de democratizar os meios de comunicação; o combate à mercantilização do corpo e da vida das mulheres; a denúncia da economia verde e a visão predadora do agronegócio e do capitalismo, que destrói a natureza e impacta a vida das mulheres agricultoras, ribeirinhas, quilombolas e indígenas; a luta pelo Estado laico, visto o aumento do conservadorismo e da presença de entidades religiosas nos espaços da política para defesa de interesses privados; a democratização do sistema político brasileiro; a defesa do Serviço Único em Saúde (SUS) e da saúde pública.

O segundo ponto, *Feminismo para mudar a universidade*, as estudantes falam da luta política no espaço da universidade e a importância da atuação das estudantes para reafirmar o espaço da universidade: “[...] a serviço da emancipação do povo na construção de uma sociedade sem qualquer tipo de opressão e desigualdade.” (Carta

5º EME, ANEXO E).

As estudantes reafirmam a importância dos espaços de auto-organização das mulheres para sua emancipação. As estudantes também retomam a pauta da assistência estudantil e a relação com a divisão desigual de trabalho entre mulheres e homens na sociedade. A ausência de políticas como creches, moradias estudantis, segurança nos espaços da universidade, restaurantes universitários. As estudantes reafirmam a luta pela legalização do aborto, por viver livremente sua sexualidade e pelo direito da juventude negra e indígena no acesso à universidade. É importante ressaltar que integram suas lutas políticas e pensar a construção de um novo mundo para mulheres e homens: “Lutamos por um futuro pleno para mulheres e homens, transformando a universidade, transformando o nosso país.” (Carta 5º EME, ANEXO E).

6º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE – Gestão 2013-2015

A sexta edição do EME aconteceu em Curitiba, Paraná, entre os dias 1 a 3 de maio. O 6º EME contou com a presença de 1.000 participantes, demonstrando aumento significativo de participantes. A chamada do 6º EME foi *#VozesFeministas – ocupando a universidade e pela democracia*. No documento síntese as estudantes resgatam a história de dez anos dos EMEs da UNE, e a importância de sua realidade para o feminismo:

Em 2015, alcançamos 10 anos desde o I EME e percebemos como eles foram importantes para o nosso acúmulo, possibilitando o surgimento de coletivos feministas a partir da perspectiva anticapitalista e revolucionária. A elaboração das estudantes parte da compreensão que a opressão patriarcal é um dos pilares de sustentação do sistema capitalista e na medida em que vivemos a maior crise do capitalismo desde 1929, os mecanismos de dominação do sistema financeiro internacional aprofundam ainda mais as opressões de gênero, orientação sexual e raça, buscando a divisão da classe trabalhadora e potencializar seus lucros. (Carta 6º EME, ANEXO F)

As estudantes afirmam sua luta contra o capitalismo e seus mecanismos de dominação. Na carta, quando falam da auto-organização afirmam sua necessidade em todos os movimentos sociais.

Destaco dois pontos importantes que constam na primeira parte do documento. O primeiro é a luta das mulheres negras. O debate sobre racismo e a denúncia sobre a falsa democracia racial, refletem a atuação política das estudantes negras, organizadas no ME e na UNE. A Carta do 6º EME reafirma as relações entre capitalismo, racismo e patriarcado:

O racismo é estruturante na sociedade capitalista e patriarcal e, no processo histórico de construção da nação brasileira, o povo negro sempre esteve às margens da sociedade, colocado no centro de teorias higienistas que ainda prevalecem, a exemplo das ações de criminalização da pobreza e genocídio da juventude negra.

O segundo ponto que destaco é a relação que estabelecem as estudantes entre universidade e patriarcado. No documento apresentam reivindicações sobre o espaço do ensino superior: mudanças curriculares, políticas de assistência estudantil, combate à violência contra a mulher com ouvidorias e correto acolhimento das vítimas, com o apoio das instituições de ensino para punir, mas também combater a violência na universidade. As estudantes citam casos importantes como Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Assembleia Legislativa paulista, sobre os casos recorrentes nas universidades do estado de violações aos direitos humanos, como estupro e assédio sexual.

Com a permanência do debate sobre Reforma Política, um dos tópicos da Carta do Paraná é sobre democracia e os debates sobre reforma. As estudantes retomam importantes pautas, como o acirramento do conservadorismo, o genocídio da juventude negra e a política falida de guerra às drogas.

Sobre o tema do trabalho, as estudantes destacam a terceirização do trabalho e dos direitos trabalhistas, através do PL 4330. Na Carta do EME também retomam debates como a democratização dos meios de comunicação e a descriminalização e legalização do aborto.

No final do documento, resgatam a construção das estudantes através dos EMEs e do avanço da participação das mulheres nos espaços políticos do ME e dentro dos espaços de direção política da UNE. Como avanço da pauta feminista no ME, apresentam como demanda a inclusão da paridade entre os sexos nos cargos de

direção da UNE, e a inclusão no estatuto da entidade. Segundo elas, esse tipo de ação da UNE serve de orientação para toda a rede das entidades estudantis: UEEs, DCEs, DAs, CAs. No final do documento, as estudantes reafirmam a importância da luta coletiva das estudantes no combate ao patriarcado e rumo a libertação das mulheres, com a frase: “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!”, completando com os dizeres: “Combate ao machismo, essa luta nos UNE!”.

7. POR UMA FORMAÇÃO FEMINISTA: EDUCAÇÃO E MULHERES, ENCONTROS E DESENCONTROS

Como contribuição da análise, referencial teórico e dados, apresento alguns apontamentos que caminham para a construção de uma educação feminista. A organização das mulheres por dignidade e justiça está presente também na luta pelo direito à educação. Não apenas a primeira onda do feminismo, ao longo de importantes períodos históricos, as mulheres lutaram pela direito a educar-se. Muitas mulheres foram a público para reafirmar que as mulheres poderiam sim ser inteligentes, com capacidades intelectuais e racionais. A invisibilidade das mulheres nas diferentes áreas do conhecimento demonstram os desafios de nosso tempo em relação à educação, à construção do conhecimento, à produção científica e acadêmica

Michelle Perrot (2015)³⁷ representa exemplo de historiadora e pesquisadora que resgata momentos importantes da vida das mulheres e denuncia seus silenciamentos na história, nos registros, no acesso a direitos. A educação que se pensa e se constrói, em diálogo com o feminismo, precisa resgatar as mulheres e suas histórias, os conhecimentos que produziram e as lutas que travaram para a emancipação das mulheres.

O direito ao saber, não somente à educação, mas à instrução, é certamente a mais antiga, a mais constante, e mais largamente compartilhada das reivindicações. Porque ele comanda tudo: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação, o prazer. Essa reivindicação se acompanha de um imenso esforço de apropriação: leitura, escrita, acesso à instrução. (PERROT, 2015, p. 159)

Muitas mulheres lutaram no mundo e no Brasil pelo acesso à educação. No mundo pode-se citar Mary Wollstonecraft³⁸ escritora e filósofa inglesa que no século

³⁷ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Côrrea. 2. ed., 2ª impressão. - São Paulo: Contexto, 2015.

³⁸ Mary Wollstonecraft foi uma escritora inglesa do século XVIII, assim como filósofa e defensora dos direitos das mulheres. O trabalho mais conhecido de Mary Wollstonecraft é *Uma defesa dos direitos da mulher* (1792) no qual ela argumenta que as mulheres não são, por natureza, inferiores aos homens, mas apenas aparentam-ser por falta de educação e escolaridade. Ela sugere que tanto os

XVIII já defendia o direito das mulheres à educação. No Brasil, uma das pioneiras na luta pelo acesso das mulheres à educação foi Nísia Floresta³⁹, que em 1983 defendia em público o direito das mulheres à educação e ao trabalho.

Pensar educação, mulheres e feminismo é resgatar essas importantes lutadoras e todas que permanecem invisíveis, como as mulheres indígenas e negras. Da colonização, passando à escravidão, as mulheres indígenas e negras sempre foram parte da sociedade brasileira, mas nunca foram visíveis nos registros da história ou consideradas sujeitas de direitos.

É importante uma educação comprometida com a superação do patriarcado, capitalismo, racismo, e que problematize o conjunto de privilégios da atualidade. Uma educação que se pretenda feminista deve estar comprometida com a superação dessa realidade, e assim, com a dignidade humana.

Na relação mulheres e educação, encontros e desencontros, o acesso massificado aos espaços de educação e trabalho ocorreu após a Segunda Guerra Mundial. A leitura e escrita eram entendidos como fundamentais para tempos de industrialização e modernização tecnológica. O acesso das mulheres à educação é vinculada às necessidades do mercado e da industrialização, e não por igualdade de direitos:

Entretanto, as coisas mudaram em toda a Europa quase ao mesmo tempo. A escolarização das meninas no primário operou-se nos anos 1880, no secundário, em torno de 1900; o ingresso das jovens na universidade aconteceu entre as duas guerras, e maciçamente a partir de 1950.

homens como as mulheres devem ser tratados como seres racionais, e concebe uma ordem social baseada na razão. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mary_Wollstonecraft>. Acesso em 18 abr. 2017.

³⁹Nísia teve como principal luta a educação para as mulheres. Criticava a má qualidade e a perspectiva patriarcal do ensino para as meninas. Em 1838 criou uma escola para meninas. Enquanto outras escolas para mulheres preocupavam-se basicamente com costura e boas maneiras, a de Nísia ensinava línguas, ciências naturais e sociais, matemática e artes, além de desenvolver métodos pedagógicos inovadores. Uma afronta à ideologia dominante de que esses saberes caberiam somente aos homens, restando às mulheres aprenderem os cuidados do “lar” e as virtudes morais de uma boa mãe e esposa. Tal insubordinação rendeu a Nísia não somente críticas pedagógicas, mas também ataques à sua vida pessoal. Artigos nos jornais tentaram desqualificá-la como promíscua nas relações com homens e até mesmo com suas alunas. Nísia participou das campanhas abolicionista e republicana ao longo de praticamente toda a sua vida. Denunciou também a devastadora operação colonial contra os povos indígenas, em livros como “A lágrima de um caeté”, de 1849, poema épico de 39 páginas que em sua segunda parte tem como pano de fundo a Revolução Praieira (Pernambuco, 1848-50). Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cultura/Nisia-Floresta-Brasileira-Augusta-o-feminismo-revolucionario-no-seculo-XIX/39/33582>>. Acesso em 18 abr. 2017

Atualmente as jovens universitárias são as mais numerosas que os rapazes. (PERROT, 2015, p. 94)

A partir da massificação do acesso à educação básica, as mulheres passaram a ingressar no ensino superior, e hoje são em maior número, não apenas no mundo, mas também no Brasil. Segundo as Estatísticas de Gênero 2014 - uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010⁴⁰, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres estudam mais tempo que os homens. Em 2010, 12,5% das mulheres com 25 anos ou mais tinham completado o ensino superior; entre os homens o percentual era de 9,9%. Entre as jovens de 18 a 24 anos, 15,1% frequentava um curso de graduação contra 11,4% dos homens na mesma idade. As mulheres são maioria na universidade, mas essa presença não reflete-se na igualdade no mundo do trabalho. As Cartas dos EMEs apresentam essa crítica das estudantes sobre a relação das mulheres, educação e mundo do trabalho:

A inserção das mulheres no mercado de trabalho continua marcada pela desigualdade, que se expressa, principalmente, nos salários em média 30% inferiores aos dos homens. Apesar de comporem atualmente 55% das universitárias no Brasil e de ter elevado seu nível de escolaridade, as discriminações permanecem. (Carta 3ª EME, ANEXO C)

Além disso, é importante relacionar as questões do mundo do trabalho e a educação, para buscar superar as desigualdades entre profissões. Essa divisão reflete-se também no espaço da universidade. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)⁴¹, no ano de 2011, 64% dos bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de ciências exatas e da terra eram homens; em engenharia e computação 66%. As mulheres continuam maioria em grande parte nas humanas. Essa perpetuação de áreas do conhecimento, com distinção de presença entre mulheres e homens, reflete a perpetuação da divisão sexual do trabalho e da

⁴⁰Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288941>> Acesso em 05 de maio de 2017.

⁴¹ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/mulheres-sao-maioria-no-ingresso-e-na-conclusao-de-cursos-superiores>>. Acesso em 10 de jun. 2017.

naturalização de papéis sociais. Além disso, quando pensamos no mundo do trabalho, as mulheres continuam tendo em média salários 30% menores que os homens. As profissões realizadas por mulheres, na maioria relacionadas ao cuidado, permanecem com baixas remunerações. O olhar que propõem o feminismo é questionador essa realidade desigual e naturalizada. O feminismo produz questionamentos e possibilidades contra-hegemônicas para a educação, tendo como objetivo a superação do capitalismo, patriarcado e racismo. Sobre o trabalho de cuidados das mulheres, Hirata (2016)⁴², apresenta como, ao mesmo tempo que é invisível e não valorizado, é fundamental para a manutenção do atual modelo de produção:

Existem muitas definições sobre o cuidado, mas a primeira ideia é sempre a de que o cuidado é uma relação entre quem cuida e quem está sendo cuidado, duas pessoas, para a pessoa que cuida implica em responsabilidades como a manutenção em vida de outro ser humano – idoso, criança, doente, deficiente físico ou mental, isto é, alguém que seja dependente. Assim, de um lado, temos uma relação de dependência entre quem não tem condições de cuidar de si mesmo, pois já não tem mais autonomia, no caso do idoso, ou ainda não a tem, no caso do bebê, e a cuidadora. As cuidadoras são majoritariamente mulheres, imigrantes – internas (do mesmo país) ou externas (vindas de outro país) –, em geral, pobres. Atualmente há uma mercantilização de um trabalho que no passado era gratuito, realizado pela dona da casa, pela mãe da família etc. Esse trabalho se profissionalizou e se mercantilizou por duas razões: primeiramente, porque aumentou muito a quantidade de pessoas que precisam ser cuidadas com o aumento da expectativa de vida; em segundo lugar, porque as mulheres cada vez mais estão saindo de casa para fazer parte do mercado de trabalho e, portanto, elas não têm mais condições de cuidar dia e noite de uma pessoa que está em casa e que não tem mais condições de cuidar de si mesma. Assim, o trabalho de cuidado é absolutamente necessário para a sociedade e ao mesmo tempo bastante difícil de ser realizado. Apesar disso, ele é pouquíssimo valorizado.

Uma das contribuições é pensar a educação e essa relação com os trabalhos de cuidado. Os estudos feministas apresentam a centralidade do trabalho para a superação de desigualdades. O trabalho deve ser entendido como atividade que se realiza no espaço privado e público. O trabalho não pode ser apenas entendido como atividades formais da produção capitalista. Essa realidade gera o que conhecemos

⁴² Entrevista realizada em outubro de 2016 para a revista Carta Capital. Realizado por Patrícia Meda. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/10/12/helena-hirata-situacao-da-trabalhadora-nao-e-nem-sera-facil-nos-proximos-anos/>. Acesso em: 12 abr. 2017.

como dupla ou tripla jornada de trabalho, justificada culturalmente pelo amor maternal e pela docilidade dita como natural nas mulheres⁴³. A divisão sexual atravessa muitos âmbitos sociais, como o trabalho, as relações familiares e afetivas, a educação:

A manutenção e reprodução das desigualdades existentes entre homens e mulheres no mundo do trabalho são influenciadas por vários fatores, derivados da divisão sexual do trabalho e de uma ordem de gênero (que inclui não só trabalho, mas também todas as outras dimensões da vida social), que destinam à mulher a função básica e primordial de cuidar da vida privada e da esfera doméstica, e ao mesmo tempo atribuem a esse universo um valor social inferior ao mundo “público” (e desconhecem por completo seu valor econômico). Para as mulheres, isso significa não apenas uma limitação de tempo e de recursos para investir na própria formação e no trabalho remunerado, como também está fortemente relacionado com uma subvalorização (econômica e social) do trabalho feminino e de seu papel na sociedade. (ABRAMO, 2007, p. 26)

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho deve ser problematizada como ponto de partida para pensar uma nova educação e uma nova formação na universidade. O trabalho é essencial para a sobrevivência humana, ainda mais na atual sociedade capitalista e de consumo. Dentro desse sistema as opressões ganham novas formas de se manifestarem, no entanto, mantém como características a exploração e a desvalorização do trabalho das mulheres. O dominante no contexto, o hegemônico é o padrão branco, católico, heterossexual, deixando à margem quem não faz parte desse padrão de privilégios.

[...] ainda há muito a ser percorrido em termos de igualdade entre os sexos, porque a situação subordinada e mais precária das mulheres trabalhadoras não foi superada. Nesse caso, os exemplos são muitos: na perspectiva da família, da permanência do peso da responsabilidade doméstica e familiar sobre as mulheres, avaliado pelo elevado número de horas que elas dedicam aos afazeres domésticos, e o acesso das mães de filhos pequenos ao mercado de trabalho, diante da insuficiência de políticas públicas voltadas para crianças de até 6 anos; na perspectiva do mercado e trabalho, a permanência tanto da segregação das trabalhadoras em setores e ocupações tradicionais femininas, quando de uma proporção considerável de trabalhadoras em atividades precárias – emprego doméstico sem carteira, trabalho não-remunerado, trabalho para o autoconsumo e consumo familiar

⁴³A jornada média de trabalho na ocupação principal dos homens é cerca de sete horas maior que das mulheres. Mesmo assim, a carga global de trabalho para as mulheres é maior: 57 horas por semana, sendo 53 para os homens, somando-se as duas jornadas, do trabalho para o mercado e do trabalho de reprodução social. Fonte: IPEA, 2009

– e, principalmente, as já reiteradas desigualdades salariais em relação aos homens, mesmo (ou sobretudo) nas profissões e ocupações mais elevadas.” (HIRATA, H.; SEGNINI, L., 2007, p. 11)

Esse é certamente eixo de sustentação do atual modelo e, por conta disso, essencial para a superação do capitalismo, patriarcado e racismo. Todo o trabalho de cuidados é naturalizado e justificado pelo amor maternal, justificativas construídas socialmente, e que permanecem com o auxílio das instituições sociais. Entre elas destaco a universidade. Como espaço de reflexão crítica da realidade, é necessário que reflita as origens das desigualdades entre mulheres e homens no mundo do trabalho, entendê-las, para então superá-las. A universidade deve questionar a invisibilidade do trabalho doméstico e de cuidados praticado pelas mulheres, e as identificar como demandas para sobrevivência humana e assim de responsabilidade de toda a humanidade. O cuidado com crianças e idosos passa por acesso a direitos básicos como saúde, moradia, alimentação, educação. Quando a vida humana ser central ou entendida como tarefa do conjunto da humanidade, é possível pensar o alargamento da dignidade humana e a superação das desigualdades na realização do trabalho.

A perpetuação da divisão sexual do trabalho é também realizada pelo Estado. A ausência de políticas públicas nas áreas da saúde, moradia, saneamento básico, educação, aprofundam essa realidade desigual. A ausência de creches e escolas infantis⁴⁴, asilos públicos, restaurantes comunitários, etc., reforçam a ideia de que são tarefas do plano privado, e não de responsabilidade pública, e assim de responsabilidade “naturalmente” das mulheres:

⁴⁴ Com 90,5% das crianças de 4 e 5 anos atendidas, a meta de universalização da Pré-escola até 2016 não parece distante para o País. Mas é preciso ressaltar que os 9,5% restantes significam cerca de 500 mil crianças e que as desigualdades regionais são marcantes. Além disso, o foco não pode se restringir ao atendimento, sem um olhar especial para a qualidade do ensino. Já na etapa de 0 a 3 anos, o País patina de forma recorrente. O Plano Nacional de Educação de 2001-2010 já estabelecia o atendimento de 50% até 2005, meta solenemente descumprida e agora postergada para o final da vigência do plano atual. Ao déficit de vagas, calculado em cerca de 2,4 milhões, soma-se o desafio de levantar dados mais precisos, que permitam planejar detalhadamente a expansão do atendimento. Disponível em <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/1-educacao-infantil>. Acesso em 24 maio 2017.

Tradicionalmente, o que tem orientado as políticas públicas é essa divisão entre uma esfera pública e privada. Dessa forma, as mulheres são consideradas um recurso disponível de apoio às ações do Estado. Em decorrência disso, a escola em período integral nunca foi prioridade, as unidades de saúde têm um modelo de funcionamento em que as mulheres despendem um número grande de horas, não existem creches e pré-escolas, e nem políticas de atenção ao idoso. Os programas de formação profissional reforçam a guetização das mulheres e naturalizam as habilidades femininas, ou seja, as mulheres são oferecidos cursos de costura, cabelereira, secretária. (...) Isso significa que, se não houver uma intencionalidade de reequilibrar essas relações, as políticas de Estado acabam reforçando as atuais relações e sua naturalização. (FARIA, 2005, p. 34)

Essa realidade dialoga com o tema do trabalho das mulheres e deve ser amplamente presente em todas as fases da aprendizagem. Apresenta-se como desafio não apenas descortinar a manutenção da divisão de trabalho entre homens e mulheres, seus motivos, assim como construir novas relações para a produção e reprodução da vida. A manutenção dessa divisão desigual entre o trabalho produtivo e reprodutivo, masculino e feminino, reforça uma mentalidade que acaba relativizando o acesso a direitos sociais, reforça privilégios e desigualdades.

Outro aspecto que relaciona-se à educação, mulheres, universidade e feminismo é o da violência. O acesso à educação e à universidade não tem refletido, por exemplo, na diminuição da violência na sociedade, em especial, contra as mulheres. O combate à violência está totalmente relacionada com uma educação que pretende construir uma humanidade ética, política, realmente humana. Pensar a violência é pensar suas origens, as construções de subjetividades, de relações objetivas, de verdades propagadas sem questionamentos.

Como vivemos em uma sociedade marcada pela hierarquia e dominação de homens em relação às mulheres, a parte que retém o poder e privilégios costuma ser a do padrão dominante: homem, branco, heterossexual, católico. Essa realidade acaba gerando um conjunto de violências: machistas, homofóbicas, lesbofóbicas, racistas.

Para a construção de uma nova universidade, popular, democrática, participativa, humana, devem ser resgatadas questões básicas, como pensar a vida humana a partir de sua materialidade, ou seja, relacionada ao mundo do trabalho, e as questões subjetivas, origem de muitas violências. A educação superior deve ter

como desafio repensar o campo do trabalho e das relações sociais. O feminismo tem sido campo de contribuições para essa construção. As práticas das mulheres relacionam-se muitas vezes com a desnaturalização desse lugar social.

Aliada às reflexões feministas pode-se pensar nas contribuições de Santos, B. (2005) e sua perspectiva de Ecologia dos Saberes. Historicamente o conhecimento produzido pela ciência moderna e pelos modelos do Norte excluem de seus registros os conhecimentos populares, de grupos indígenas, quilombolas, das mulheres. A Ecologia de Saberes inclui a demanda feminista, pois se propõem a repensar a universidade e a produção do conhecimento. O esquecimento das mulheres e a não valorização de sua produção e conhecimento tem sido uma das grandes violências sociais invisíveis de nosso tempo.

A ecologia dos saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígena, de origem, africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade. (SANTOS, B. 2005, p. 76)

A universidade no século XX, segundo Santos, B. (2005), esteve muito alheia às questões sociais, ausente e desatrelada da realidade. Propostas como ecologia dos saberes caminham no sentido de transformação da universidade e ampliação de seu diálogo com movimento sociais, como com o feminismo.

O compromisso com justiça social, solidariedade, preservação ambiental e evolução humana, desafia pensar o feminismo como espaço de liberdade e de olhar crítico para a realidade. Essa perspectiva se une com uma educação comprometida com a liberdade e com a democracia. A radicalização desses aspectos auxiliam na superação do atual modelo de sociedade. O feminismo, como abertura de novas possibilidades, é capaz de reativar a boniteza do mundo. É importante reforçar uma educação transformadora, antissistêmica e que dê respostas às questões sociais. Além disso, é fundamental sua relação com um projeto soberano de país, como guia para o horizonte que se trilha.

É fundamental que a educação feminista seja resultado da observação da realidade e da busca por sua superação, através do campo da educação. É importante

pensar em uma educação que promova novos paradigmas de vida e convivência humana. Certamente não trata-se de uma visão ingênua, mas a educação, a universidade, são partes fundamentais da superação do atual modelo.

Paulo Freire combate uma concepção ingênua da pedagogia que se crê motor ou alavanca da transformação social e política. Combate igualmente a concepção oposta, o pessimismo sociológico que consiste em dizer que a educação reproduz mecanicamente a sociedade. Nesse terreno em que se analisa as possibilidades e limitações da educação, nasce um pensamento pedagógico que leva o educador e todo o profissional e a se engajar e politicamente, a perceber as possibilidades da ação social e cultural na luta pela transformação das estruturas opressivas da sociedade classista. (GADOTTI, 1981, p. 10)

Uma educação que se pretende libertária apenas mostra realmente sua coerência com a democracia, liberdade, respeito, solidariedade, quando sua prática, em diferentes esferas, demonstram isso. Uma educação feminista é o compromisso com a libertação das mulheres que há muito são alvos de olhares de dominação, violência, e de redução de seus quereres e caminhos. O feminismo é o pulsar de resistência, de luta e de novas possibilidades para uma educação que seja democrática, libertadora e feminista.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados apresento uma síntese reflexiva considerando o aporte teórico. O estudo sobre a organização das estudantes demonstra seu protagonismo no combate às desigualdades e violências do patriarcado em suas vidas, na universidade e no ME. Essas estudantes mostram-se ativas em seu tempo histórico, entendem sua opressão e dessa compreensão emerge a luta pela transformação da realidade. Essas estudantes não são passivas, mas sujeitas políticas e históricas. Destaco alguns pontos relevantes da pesquisa, levando em conta o protagonismo políticos das estudantes, a partir de sua auto-organização.

A formação da sujeita política coletiva proporciona o exercício de um agir coletivo, a partir da pluralidade política das estudante. Espaços como os EMEs proporcionam momentos de construção de uma unidade política entre as mulheres no ME. As Cartas dos encontros são a materialização dessas convergências. Segundo as diretoras, por mais que a construção dos espaços de auto-organização possuam limites e contradições, são espaços que possibilitam liberdade de expressão das mulheres e a construção de uma agenda unitária para a sociedade, universidade e ME.

A partir da análise dos materiais coletados é possível identificar que a organização das estudantes proporciona espaço de solidariedade e formação política. É possível identificar nas entrevistas que a auto-organização é parte central da sustentação das mulheres na militância no ME, pois é lugar de desnaturalização e combate do machismo. Representa forma alternativa de militância política, a partir do exercício da solidariedade e da busca por convergências, com práticas mais horizontais de organização. Nas entrevistas as diretoras falam do esforço em construir o feminismo acima das divergências do ME e do exercício constante para concretizar esse desafio. As contradições externas do mundo individualista, capitalista, machista e racista também estão entre as estudantes, e esse é um desafio na concretização de uma nova cultura política feminista.

Em relação a auto-organização, é possível identificar tensões e conflitos sobre sua existência, como um espaço da UNE, apenas de mulheres. Muitos campos políticos do ME mostram-se resistentes aos espaços de auto-organização,

principalmente nos primeiros anos. Muitos justificam ainda que a luta das mulheres não seria central, que antes a superação do capitalismo, para depois superar o machismo, o racismo, a homofobia, a lesbofobia, etc. Constituem-se em visões limitadas sobre o processo de transformação social. Durante aproximadamente quinze anos, muitas foram e são as justificativas que desqualificam a luta das mulheres, e secundarizam o lugar do feminismo na luta política. Por conta da resistência e protagonismo das estudantes feministas, a auto-organização mostra-se espaço de fortalecimento da luta política das mulheres e do feminismo.

Nos dias de hoje, a auto-organização das estudantes é menos questionada. O feminismo e a organização das mulheres passou a integrar as discussões políticas de praticamente todas as forças políticas do ME. Nos Congresso da UNE (CONUNE), as teses e formações políticas contemplam textos que falam sobre o feminismo, patriarcado, machismo. Debatem o espaço da universidade, as desigualdades que vivem as mulheres na sociedade, dialogam muito mais que em 2003 com a luta política das mulheres.

Ainda sobre a participação política das estudantes, é possível identificar o aumento das mulheres nos espaços de direção da UNE e UEEs, inclusive nos espaços de maior representativa pública como as presidências. Durante sua trajetória de auto-organização, as estudantes avançaram na representação política. Reivindicações de mudanças estatutárias avançaram, como a cota mínima de 30% de mulheres e posterior paridade na executiva da UNE, bem como nas direções das entidades estaduais, nos Diretórios Centrais de Estudantes (DCE), delegações e chapas para os CONUNEs. Certamente esses avanços são resultados da auto-organização das estudantes feministas, que pretende o crescimento do feminismo. Outro elemento importante é o crescimento no número de participantes nos EMEs. De 2003 a 2015, chegaram a mais de mil e quinhentas estudantes, em 2015, de todo o Brasil. O EME de 2016 contou com 3.000 participantes. Por mais que seja uma edição que não foi foco central de minha pesquisa, é importante afirmar essa realidade, pois demonstra um crescimento importante. Pude participar do 7º EME em 2016, e observar o crescimento do feminismo, com reflexos do contexto brasileiro, e demonstrava o vigor político no ME e na universidade.

Em relação ao tema da violência na universidade, segundo as diretoras, as

estudantes, através dos coletivos, da Diretoria de Mulheres da UNE e da própria entidade, têm sido as responsáveis por acompanhar, denunciar e buscar encaminhamentos para os casos de violência que ocorrem na universidade, tanto sexual, física, moral, simbólica. Os casos de violência demandam que as universidades estejam prontas e comprometidas com o combate à violência em seus espaços. A criação de ouvidorias, assim como uma política de combate à violência contra as mulheres, na universidade, é uma reivindicação das estudantes. É importante conectar a superação da violência contra as mulheres, com a formação oferecida pelas universidades.

Outro aspecto importante da auto-organização das estudantes, é que sua atuação política possibilitou uma aproximação entre as feministas na universidade, estudantes, professoras, pesquisadoras, técnicas administrativas. A Campanha pela Legalização do Aborto da UNE, na gestão 2007-2009, foi exemplo desse diálogo.

As estudantes apresentam outras possibilidades para o fazer da universidade, respostas contra-hegemônicas para a realidade. O feminismo proporciona a busca por um mundo melhor, não apenas para as mulheres, mas para o conjunto da população. É possível identificar esse entendimento por parte das estudantes nas Cartas dos três primeiros EMEs. Nelas, as estudantes afirmam a superação da opressão como resultado do protagonismo das mulheres. Segundo Cunha (2011) as mulheres apresentam novas possibilidades, inclusive na construção do conhecimento. As estudantes, em sua atuação, contribuem nessa direção:

Os estudos feministas contra-hegemônicos ancoram-se e alimentam o conhecimento a uma luta mais global e mais ambiciosa que procura colocar em causa a própria organização política-social de nossa contemporaneidade e contribuir para a imaginação de outro paradigma de conhecimento (CUNHA, 2011, p. 28)

Ainda sobre a construção de novas possibilidades, o feminismo demonstra impacto na formação das estudantes que participam dos espaços de auto-organização. O feminismo é apresentado pelas diretoras como lugar de reflexão e mudança. Passam a ressignificar sua condição como mulher na sociedade, nas relações familiares, afetivas, na atuação profissional e na militância política. O

feminismo proporciona um conjunto de relações e sensações doloridas no processo de desconstrução de verdades internalizadas. As experiências passam a ser ponto de partida para revisão de valores e para uma nova compreensão de mundo.

As estudantes não lutam apenas para transformar a vida das mulheres, mas de toda a sociedade, relacionam as lutas feministas com transformações estruturantes da realidade. Nas Cartas dos EMEs, defendem a educação pública, gratuita e de qualidade, relacionando-a com a superação do atual modelo capitalista, neoliberal, colonial de mundo. É possível identificar conexões das pautas específicas com as transformações gerais da sociedade, uma das contribuições do feminismo:

O feminismo há muito tempo tem contribuído para uma compreensão ampliada da política para além da institucionalidade, e da economia para além do mercado. Já sabemos que a história como é contada, a notícia como é produzida, a teoria como é sistematizada costuma ser enviesada e ter como referência a experiência de uma pequena parcela de homens da elite, em sua maioria brancos, para sedimentar uma visão de mundo que exclui uma parcela grande da população do poder, da fala, do lugar de sujeitos. Corremos o risco de que visões estreitas sobre o conservadorismo, mesmo na esquerda, secundarizem ou ocultem os ataques que as mulheres, a população negra, as lésbicas, gays, transexuais vem sofrendo, assim como o risco de que a força de suas resistências não sejam reconhecidas como fundamentais para enfrentar os retrocessos que ameaçam a nossa sociedade de forma geral. (FARIA, N.; MORENO, R., 2015, p. 7)

A experiência das estudantes fortalece a formação humana na universidade. O olhar feminista e suas reivindicações, ampliam o entendimento do que são os direitos humanos, fora de uma perspectiva patriarcal. Esse exercício é importante para atualizar as humanidades e a centralidade da luta por bens comuns, como o direito à terra, água, sementes, saúde, educação, moradia. Essa questão é possível com a desnaturalização das opressões e das injustiças sociais, através de um olhar crítico:

Negar não é suprimir pura e simplesmente; é pensar que sempre é possível uma outra posição. A realidade não é plenitude positiva e as coisas não existem de modo absoluto. Ainda que se concorde com isso em teoria, na prática as pessoas se comportam como se tudo fosse necessário (...) Por isso a contradição do existente (no sentido de contradizê-lo) é uma atitude que aponta para a emancipação porque produz a resistência àquilo que é imposto como opção única de realidade. É o que vimos antes como recusa do existente. (SILVA, 2014, p.92)

Nesse sentido, as estudantes produzem exercícios de negação do que é universalmente aceito e valorizado. No campo da ciência e construção do conhecimento, as mulheres reafirmam sua presença em todas as áreas do conhecimento. As pesquisadoras feministas apresentam questionamentos de uma ciência masculinista e androcêntrica. As epistemologias feministas produzem uma crítica radical à universalidade, racionalidade e objetividade da ciência:

Elaborar uma crítica do uso de conceitos de universalidade ou objetividade da ciência em determinadas circunstâncias históricas não implica que seja necessário renunciar às aspirações de desenvolver conhecimentos universalmente válidos e produzir um conhecimento objetivo do mundo natural. As pesquisadoras que têm estudado a relação entre ciências e gênero, mas também entre ciências e classes sociais, etnia, ou culturas não ocidentais, têm argumentado que a implicação da base do conhecimento científico levaria ao desenvolvimento de uma maior objetividade e de uma maior universalidade das ciências. (LÖWY, 2009, p. 42)

Como reivindicação, as estudantes apontam, nas Cartas, a necessidade de superar a invisibilidade das mulheres nas distintas áreas do conhecimento, na pesquisa, nos referenciais teóricos. Também afirmam a necessidade de fortalecer as pesquisas sobre a realidade das mulheres na sociedade, sobre feminismo e/ou gênero.

Nas entrevistas, também é possível destacar como a pauta feminista influencia na formação profissional e técnica das estudantes. Identificam que muitas estudantes participantes dos espaços de auto-organização desenvolvem seus TCCs, mestrados e doutorados interagindo com as contribuições feministas. Os espaços de auto-organização mostram-se únicos de uma formação não-sexista e questionadora das desigualdades entre mulheres e homens. Uma das possibilidades apresentadas pelas estudantes para uma formação humana, a partir de um olhar feminista, são mudanças curriculares, disciplinas que abordem aspectos feministas nas distintas áreas do conhecimento. Essa demanda das estudantes dialoga com a Ecologia dos Saberes de Santos, B. (2005) e de novas possibilidades de produção e visibilidade de conhecimentos historicamente negados.

Um importante aspecto da pauta feminista está na tensão que pode ocorrer entre as experiências das mulheres estudantes através da auto-organização e os

espaços de pouca democracia e participação na universidade. O exercício democrático realizado pelas estudantes produz convergências a partir de sua pluralidade, como a produção das Cartas dos EMEs, fortalecendo a democracia com princípios solidários. Pensar a formação humana é pensar uma prática democrática a partir da solidariedade exercitada através do feminismo. A experiência das estudantes também proporciona o fazer da política dos movimentos mistos, pautados pela disputa eleitorais e distinções políticas.

A experiência da construção dos espaços de auto-organização possuem limites pois o fazer da política tradicional de muitos movimentos sociais reproduz uma lógica que “contamina” uma prática coletiva e solidária. Por mais que as estudantes sejam múltiplas em suas percepções e organizações políticas, exercitam a construção de convergências de pautas políticas unificadas, acima das divergências que as distinguem. As Cartas dos EMEs são exemplos da construção dessa agenda unificada, e das reivindicações diante do machismo no ME e na universidade.

As Cartas dos EMEs apresentam a percepção das estudantes sobre essas relações, com o fortalecimento da divisão sexual do trabalho e dos papéis sociais que são pretendidos na sociedade. Todas as Cartas dos EMEs falam da divisão sexual do trabalho como ponto para entender muitas desigualdades que vivem as mulheres: desigualdade salarial, invisibilidade das tarefas domésticas e de cuidado, desvalorização das profissões com maioria feminina e ligadas ao cuidado de crianças e idosos, desigualdade salarial mesmo com maior escolaridade visto que a universidade há anos possui maioria feminina. Nas Cartas dos EMEs, as relações entre divisão sexual do trabalho e desigualdades que vivem as mulheres são relacionadas com a necessidade das universidades implementarem políticas de assistência estudantil como restaurantes universitários; creches para as mães estudantes; casas do estudante que combatem em seu interior os casos de machismo na universidade e que possibilitem que estudantes grávidas e com seus filhos permaneçam nas residências; segurança nas universidades; ouvidorias que acolham e encaminhem os casos de violência contra as mulheres no espaço da universidade.

A luta das estudantes afirma o combate às opressões que vivem as mulheres, e a busca por uma educação democrática, solidária e libertadora. A defesa da universidade pública consta nas Cartas dos EMEs e nas falas das diretoras, em

sintonia com a luta pela transformação do conjunto das estruturas sociais e reforçando o direito à educação como básico para a construção da dignidade humana.

Pensar transformações na universidade é pensar sua formação. O feminismo fortalece a luta das estudantes na universidade. Suas contribuições sobre a universidade e formação possuem muitos caminhos e possibilidades. Pensar a formação na universidade é refletir sobre a dignidade humana, a soberania nacional, a superação da divisão sexual do trabalho. Transformar a formação praticada na universidade exige mudanças nos currículos dos cursos, nos olhares para o fazer da pesquisa e a visibilidade das mulheres nas áreas do conhecimento. Uma perspectiva feminista para a universidade apresenta como horizonte o combate a todas as formas de violência contra a mulher, nas suas multiplicidades e intensidades. É necessário repensar a universidade e seus processos de formação, numa perspectiva de liberdade e solidariedade, não apenas para as mulheres, mas para toda a humanidade.

REFERÊNCIAS

- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BORGES, Maristela Correa; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante: um momento de educação popular. In: **Revista do Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Popular**. Uberlândia, v. 6. jan./dez. 2007.
- BURAWOY, Michael. **Marxismo sociológico**: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. Tradução de Marcelo Cizaurre Guirau, Fernando Rogério Jardim. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2014.
- CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: NALU, Faria (Org.); NOBRE, Miriam (Org.). **A Produção do Viver**. São Paulo: SOF, 2003. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 7).
- CARVALHO, Marília. Um olhar de gênero sobre políticas educacionais. In: FARIAS, Nalu; NOBRE, Miriam; AUAD, Daniela (Org.). **Gênero e Educação**. São Paulo: Sof, 1999. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 4).
- CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- COLLIN, Françoise. Diferenças dos sexos (teoria da). Tradução de Vivian Aranha Saboia. In: HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015. 96 p. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 4).
- CUNHA, Teresa. Feminismos de-lá-para-cá-e-para-além do Sul e do Norte. In: CUNHA, Teresa *et al.* **Elas no Sul e no Norte**. AjPaz. 2011.
- DELPHY, Christine. Patriarcado (teoria do). Tradução de Francisco Ribeiro Silva Júnior. In: HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- FARIA, Nalu. O Feminismo Latino-Americano e Caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: FARIA, Nalu, POULIN, Richard (orgs.). **Desafios do Livre Mercado para o Feminismo**. SOF, São Paulo, 2005.

FARIA, Nalu. Para a erradicação da violência doméstica e sexual. In: _____. (Org.); NOBRE, M. (Org.); SILVEIRA, M. L. (Org.). **Feminismo e luta das mulheres: análise e debates**. São Paulo: SOF, 2005.

FARIA, N.; MORENO, R. Feminismo: resistência e luta coletiva das mulheres. In: **Revista Democracia Socialista**. São Paulo: Associação Caetés, n. 3, jul. 2016.

FOUGEYROLLAS-SCWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. Tradução de Vivian Aranha Saboia. In: HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GENRO, Maria Elly Herz. **Movimentos Sociais na Universidade**: rupturas e inovações na construção da cidadania. 2010. 233 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GODINHO, Tatau. O feminismo é uma prática. In: JORGE, Flavio; PAPA, Fernanda. **Reflexões com mulheres jovens do PT**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05931.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

GOERGEN, Pedro. **Tecnociência, pensamento e formação na educação superior**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3. nov. 2014.

GONZÁLEZ, Ana I. A. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. Tradução de Alessandra Ceragatti. (et alii). São Paulo: Expressão Popular: SOF - Sempre Viva Organização Feminista, 2010.

HIRATA, Helena (Org.); SEGNINI, Liliana (Org.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

HIRATA, Helena. Teorias e Práticas do CARE: estado da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata. **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: Sof, 2010.

HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LEITE, Denise. Identidades na Universidade Brasileira e os efeitos da globalização. In: **Inovação e Avaliação na universidade**. LEITE, Denise. (Org.); BRAGA, Ana Maria e Souza Braga (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **O que é a Marcha Mundial das Mulheres?** Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>>. Acesso em: 26 maio 2016.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: **Feminismo e política: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. In: **Ciência e Saúde Coletiva**, Ciênc. saúde coletiva vol.17 no.3 Rio de Janeiro. mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 24 out. 2016.

MORE: Mecanismo online para referências, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexlab, 2013. Disponível em: <<http://www.more.ufsc.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

MORENO, Renata. In: **Reflexões e práticas de uma transformação feminista**. São Paulo: Sof, 2015. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 4).

NOBRE, Miriam; FARIAS, Nalu. **A produção do viver: Ensaio de economia feminista**. São Paulo: Sof, 2003.

OLIVEN, A. C. História da educação superior no Brasil. In: **A educação superior no Brasil**. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco – Caracas. Porto Alegre, 2002.

PERROT, Michelle. História (sexuada da). In: HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Côrrea. 2. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

PULEO, Alicia H. Filosofia e gênero: da memória do passado a projeto de futuro. In: GODINHO, Tatau (Org.); SILVEIRA, Maria Lúcia (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.); MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Editora Record, RJ e SP, 2001.

SANTOS, Boaventura de S. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. Politizar a política e democratizar a democracia. **Revista Internacional de Filosofia Política**, Madrid, n.35, out. 2010b.

_____. O Intelectual de Retaguarda. In: **Análise Social**, 204, Instituto de Ciências Sociais: Lisboa, 2012.

_____. **O futuro da esperança.** In: CICLO DE DEBATES DE INCLUSÃO SOCIAL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – ILEA. Porto Alegre, 19 jan. 2016.

_____. Brasil ainda pode evitar o “novo” golpe. **Jornal do Comércio.** Porto Alegre, 25 jan. 2016. Disponível em:
<http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/01/politica/478789-impeachment-tem-aspectos-de-golpe-parlamentar--diz-boaventura.html>. Acesso em: 27 maio 2016.

_____. Brasil: a democracia à beira do caos e os perigos da desordem jurídica. **Jornal Sul21.** Porto Alegre, 22 mar. 2016. Disponível em:
<<http://www.sul21.com.br/jornal/brasil-a-democracia-a-beira-do-caos-e-os-perigos-da-desordem-juridica-por-boaventura-de-sousa-santos/>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

_____. **SEGURANÇA E UNIVERSIDADE**, 2016. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto latino-americano de estudos avançados. Porto Alegre, 2016. Palestra de abertura do evento que ocorreu no mesmo período do Fórum Social Mundial ocorrido de 19 a 23 de janeiro de 2016, Porto Alegre.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Dimensão ética da investigação científica.** *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 199-208, jan./jun. 2014. Disponível em:
<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em 01 abr. 2016.

SILVA, Franklin Leopoldo. **Universidade, cidade e cidadania.** 1. ed. São Paulo: Hedra, 2014. 22. ed. rev. ampl. de acordo com a ABNT - São Paulo: Cortez, 2002.

SOBRINHO, José D. **Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social.** *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 3. nov. 2015.

STRECK, Danilo Romeu (Org.); BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa Participante: o saber da partilha.** Aparecida – SP: Ideias e Letras, 2006.

APÊNCICE A**TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

PESQUISA: As sujeitas políticas e a formação na universidade: Encontros de Mulheres Estudantes da UNE 2003 – 2015**Orientadora: Maria Elly Herz Genro.**

Você está sendo convidada a participar desta pesquisa que tem como finalidade investigar as contribuições dos Encontros de Mulheres Estudantes da UNE para pensar a universidade e seus processos formativos. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Participarão dessa pesquisa as seis últimas diretoras de mulheres da UNE, compreendendo o período de 2003 a 2015.

Ao participar desse estudo é prevista a realização de entrevista. Você tem a liberdade de se recusar a participar. No entanto, sua participação será importante para resgatar essa história construída pelas estudantes na universidade.

Fica garantida a não identificação das sujeitas da pesquisa.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Nome: _____

CPF/RG: _____

Assinatura da entrevistada_____
Assinatura da Pesquisadora

Data: ____/____/____

APÊNDICE B

Roteiro para realização das entrevistas

1. Como você avalia o período de mais de dez anos da realização dos Encontros de Mulheres Estudantes da UNE em relação às contribuições feministas para pensar a universidade?
2. A partir de suas experiências à frente da Diretoria de Mulheres da UNE, quais as possíveis mudanças que ocorreram no espaço da universidade?
3. Qual a importância e o significado dos espaços de auto-organização das mulheres?
4. Os espaços de auto-organização auxiliam na formação humana, ética e política das estudantes universitárias? Em que sentido?
5. Quais questões você destacaria de avanços durante seu período à frente da Diretoria de Mulheres da UNE?
6. Quais as dificuldades que existiam ou existem na construção do feminismo no movimento estudantil?
7. Como podemos pensar uma educação superior a partir da contribuição do feminismo?
8. Existem diferentes feminismos nos EMEs e nos coletivos de mulheres nas universidades?
9. Como você avalia sua formação em relação à participação no movimento estudantil e feminista? Isso refletiu em suas escolhas no âmbito profissional ou em outras áreas?

ANEXO A

Declaração do 1º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE

Carta do Encontro de Mulheres Estudantes da UNE

Ao longo dos últimos meses, ficou fácil perceber que nós, mulheres militantes do movimento estudantil (ME), sofremos a mesma opressão de gênero, e que essa se reproduz na Universidade e no próprio movimento. Por isso, nós nos mobilizamos em torno da necessidade da nossa auto-organização, retomando para isso a construção de um Encontro de Mulheres Estudantes a partir da UNE, por entender que é a intervenção coletiva o melhor caminho na luta pela emancipação das mulheres.

O formato do Encontro refletiu o entendimento de que são as mulheres as protagonistas de sua libertação. Dessa forma, o convite para participar e construir o Encontro foi direcionado às mulheres. No entanto, considerando a importância dos espaços mistos, com caráter de sensibilização e de socialização do acúmulo conquistado, os painéis de formação foram abertos aos homens.

Esses espaços de formação, assim como as místicas, o debate e a socialização de diferentes experiências que o Encontro trouxe nos apontaram o desafio de avançarmos para a construção de uma plataforma feminista para a sociedade, a Universidade e para o movimento estudantil.

Num âmbito mais geral, entendemos que a superação da opressão está diretamente relacionada à mudança das estruturas desiguais da sociedade. Isso significa que a luta das mulheres tem interface com as pautas mais gerais, afinal, o avanço do neoliberalismo, além do sucateamento da Universidade pública, o que trouxe conseqüências para as mulheres estudantes e trabalhadoras da comunidade universitária, também representou retrocessos nos direitos da mulheres.

Por isso, também compreendemos que a luta das mulheres relaciona-se diretamente com os desafios do movimento estudantil na defesa da Universidade pública. Nós mulheres estudantes e entidades organizadoras do EME (UNE, UEE-SP, UEE-MS, ABEEF, CONEP, DENEM, ENEENF, ENESSO, FENED, DCE-Livre da USP) queremos olhar a Universidade com outros olhos, os olhos das mulheres, que sempre foram minimizados diante da construção masculina de referências.

Isso porque há um recorte de gênero importante a ser feito nas discussões e nas pautas encaminhadas pelo ME. Por exemplo, vale lembrar que, hoje, mais mulheres estão na universidade. Contudo, concentram-se em áreas do conhecimento que são associadas ao espaço privado, sendo assim as profissões menos valorizadas no mercado de trabalho.

Para reafirmar a busca de espaços públicos de representatividade, respeito e reconhecimento perante a comunidade acadêmica, faz-se necessário abarcar e legitimar a diversidade encontrada também na luta das mulheres, compreendendo que sobre a opressão de gênero recaem outras. É aí que entram os debates e as lutas acerca da livre orientação sexual (movimento LGBTT), de questões raciais (mulheres negras) e étnicas (mulheres indígenas). Lutamos para que esses segmentos de mulheres tenham seus espaços de auto-organização potencializados pelo movimento estudantil na sua luta por outra sociedade e Universidade.

Da mesma forma, há que se lembrar que as demandas diferenciadas e dificuldades específicas das mulheres ao entrar na universidade devem ser contempladas na estrutura da mesma, visando a combater as desigualdades de gênero. É preciso reivindicar que uma universidade de fato pública tenha essa compreensão, e que esta se reflita na assistência estudantil, no atendimento e estrutura dos Hospitais Universitários, nos currículos e nas estruturas de poder. Pode-se concluir então que somente o aumento do financiamento público para a Universidade garante a inclusão e permanência das mulheres.

Também a produção do conhecimento, cotidianamente, invisibiliza a desigualdade entre homens e mulheres quando deveria estar a serviço da superação dessas fortalecendo outros referenciais subvertendo a lógica machista tão presente na ciência. É por tudo isso que as mulheres do movimento estudantil devem estar organizadas para interferir no processo de reforma universitária em curso.

Nos espaços do movimento estudantil a opressão de gênero também se reproduz. Desde a divisão sexual do trabalho, que coloca os homens nos espaços públicos e as mulheres nas tarefas do privado, até a composição das entidades gerais do movimento, que apresentam um número reduzido de mulheres, enquanto somos maioria na base do movimento. Sem falar nos constrangimentos que muitas de nós somos obrigadas a enfrentar ao ocuparmos determinados espaços num contexto de masculinização da política e dos espaços públicos.

É preciso que o movimento estudantil assimile as pautas das mulheres e as especificidades das companheiras. No sentido de avançar na superação da desigualdade, de ampliar e dar centralidade a esse debate, propomos que o conjunto das entidades estudantis privilegiem a participação das mulheres garantindo a presença feminina em suas instancias de direção; que haja secretarias de mulheres da UEEs, DCEs, e CAs, garantindo nossos espaços de auto-organização, bem como oficinas mistas para a socialização de debates e experiências do feminismo.

Indicamos também, como fundamental para as entidades do ME, que se discuta a questão da autonomia das mulheres, o direito a decidir sobre seus corpos e a legalização do aborto.

É preciso que o feminismo conquiste seu espaço dentro do movimento estudantil, porque é através dele que combateremos o machismo que vivenciamos cotidianamente. Para isso, é preciso que nós, mulheres, estejamos organizadas, que aceitemos a tarefa e o desafio de construir um olhar feminista sobre a Universidade e possamos ter cada vez mais mulheres se sentindo à vontade no papel de direção política desse processo e do conjunto do ME.

Reunidas em São Paulo, 5 a 7 de março de 2005.

ANEXO B

Declaração do 2º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE

Chega de machismo na universidade! Mulheres em todos os lugares!

Nós, mulheres estudantes da UNE, seguimos organizando nossa luta contra o machismo e por outro mundo. Em 2003, a entidade criou sua diretoria de mulheres, que fortaleceu nossa luta e garantiu a construção do I Encontro de Mulheres Estudantes em 2005, em São Paulo. Desde então, coletivos e núcleos de mulheres surgiram em várias universidades do país, atraindo outras mulheres e atuando prioritariamente no combate ao machismo nas universidades, questionando a divisão sexual do trabalho e a ocupação dos cursos do cuidado social pelas mulheres; a educação sexista, onde o olhar e a contribuição das mulheres são omitidos na produção do conhecimento. Além disso, a permanência das mulheres nos cursos depende de mais verbas para a assistência estudantil, por isso a luta por bibliotecas, laboratórios, restaurantes universitários, moradias, transporte, segurança e creches é fundamental em nossa pauta.

Neste segundo encontro somos quase 400 mulheres, de 22 estados da federação, reunidas nos dias 5, 6 e 7 de abril de 2007, reafirmamos a necessidade de nossa auto-organização e do protagonismo das mulheres na construção de outro mundo, onde homens e mulheres sejam iguais. Nosso combate é contra o capitalismo, que explora o conjunto da classe trabalhadora e que, de forma articulada com o machismo, super explora as mulheres, através de menores salários e dupla jornada de trabalho, sobretudo as negras, para as quais são reservados o trabalho informal e as mais baixas remunerações.

Afirmamos a necessidade de valorizar o trabalho feminino e impedir a perda de direitos, como a licença maternidade, a aposentadoria aos 55 anos, entre outros. Nossa luta é contra o imperialismo, que massacra os povos e retira sua autonomia, através da dominação econômica, cultural e bélica. Queremos derrotar definitivamente o neoliberalismo, construindo uma alternativa para a América Latina e para o mundo, onde prosperem a solidariedade e o respeito entre as nações. Não aceitamos o tráfico de mulheres, que reforça a divisão internacional do trabalho com a supremacia do Norte sobre o Sul. Questionamos o padrão de beleza, imposto diariamente pela grande mídia, que torna as jovens escravas do consumo da indústria da beleza, que cultua à magreza e contribui para desenvolvimento de distúrbios alimentares. Também não admitimos que as mulheres lésbicas e bissexuais não vivam sua sexualidade plenamente sem ser alvo de discriminação. Repudiamos a situação em que se encontram as mulheres indígenas, com dificuldades de acesso à educação, marcadas pela violência e a miséria. Dizemos não à mercantilização das nossas vidas, a pobreza e as guerras imperialistas. Somos intolerantes à violência contra as mulheres e vemos na Lei Maria da Penha uma conquista importante, mas para efetivá-la é preciso a garantia de verbas públicas.

Nossos desafios são diversos, e dentre eles destacamos para nossa ação no próximo período:

- 1) Denunciar a naturalização da maternidade como destino de todas as mulheres

e a negação de autonomia sobre nossas vidas. Assim como a morte de milhares de mulheres que decidem interromper a gravidez indesejada, em sua maioria jovens e negras das camadas populares. Cabe às mulheres a decisão de quando e se querem ser mães. Para o enfrentamento à essa hipocrisia que impera em nossa sociedade e à ofensiva conservadora, convocamos a UNE a transformar em luta concreta a defesa da legalização do aborto, resolução do 49º Congresso da entidade, através de uma campanha nacional, já com ações para o mês de maio, em virtude da possibilidade de um plebiscito nacional sobre o assunto.

2) Somos cotidianamente confrontadas com o machismo nas Universidades, em suas diferentes facetas. Queremos acabar com a desqualificação das mulheres nas calouradas e durante toda a vida universitária, o assédio e a violência, a invisibilidade feminina na produção de saber e a pequena participação das mulheres nos espaços políticos, pois estão concentradas nos papéis secundários de decisão. O combate ao machismo na Universidade é um eixo central da intervenção das mulheres da UNE, a partir do qual vamos nos organizar em todo o país, observando as especificidades de cada realidade, mas articuladas para fazer avançar a auto-organização das mulheres e a prática feminista nas universidades.

3) O processo de preparação ao 50º CONUNE é para nós um momento importante de disputa para garantir a participação das mulheres nas decisões da entidade. No movimento estudantil somos muitas construindo e conduzindo os centros acadêmicos, mas nas entidades gerais a participação das mulheres é muito reduzida e desproporcional à realidade do movimento nas bases. O método de tiragem de delegadas e delegados ao 50º CONUNE, com eleições por universidade, tende a reproduzir essa lógica e excluir às mulheres deste processo político. Desde já estamos organizadas para garantir em todo processo o cumprimento das cotas mínimas de 30% de mulheres na inscrição das chapas e na indicação da delegação, conforme indicação do 50º CONEG da entidade.

4) A luta das mulheres estudantes é a luta feminista para transformar radicalmente a vida das mulheres e o mundo. Queremos que o Encontro de Mulheres Estudantes faça parte das atividades regulares da UNE e reivindicamos a incorporação do calendário de mobilizações do movimento feminista ao calendário da entidade e as condições para organização das estudantes em torno dessa agenda:

- 8 de março – dia internacional de luta das mulheres
- 25 de junho – dia de mobilização por uma educação não sexista. Em 2007, em ocasião desta data ser próxima ao CONUNE, realizaremos no início deste uma atividade que pautar esse tema.
- 29 de agosto – dia da visibilidade lésbica
- 28 de setembro – dia de luta pela legalização do aborto
- 17 de outubro – dia de luta contra a pobreza entre as mulheres
- 20 de novembro – dia da consciência negra
- 25 de novembro – dia internacional de combate à violência contra as mulheres.

Nossa luta está fortalecida, somos feministas, somos muitas, estamos no país inteiro e afirmamos que todos os dias enfrentaremos o machismo, em todas as esferas de nossas vidas. Somente nós, mulheres, somos capazes de superar a opressão que sofremos. Auto-organizadas vamos construir nossa autonomia e liberdade.

Mulheres em Movimento mudam o mundo!
Rio de Janeiro, 7 de abril de 2007.

ANEXO C

Declaração do 3º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE

Carta 3º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE

Nós, mulheres reunidas no III Encontro de mulheres da UNE, reafirmamos a necessidade do combate ao machismo na nossa sociedade, em todos os espaços. Enquanto universitárias percebemos que o espaço da universidade também precisa ser transformado. O machismo continua latente tanto nesse espaço quanto no movimento estudantil. No sistema capitalista, a cada dia, os donos do poder reinventam a opressão na forma de novos padrões de beleza e de consumo. A Universidade continua tratando a nós, mulheres, como seres invisíveis à ciência, o que ajuda a manter as relações de poder na sociedade. Somente a ação das mulheres organizadas é capaz de superar essas e outras expressões da opressão. Nos últimos anos, os EMEs e a organização permanente das estudantes permitiu que a UNE incorporasse bandeiras feministas em sua agenda política. Frente à ofensiva conservadora contra as mulheres, a campanha da entidade pela legalização do aborto que contribuiu para pautar, na problemática do aborto da sociedade brasileira, o direito das mulheres sobre seus corpos e suas vidas.

Avançamos em vários aspectos, mas ainda percebemos a desqualificação das mulheres nos espaços de militância. O movimento estudantil e os espaços políticos ainda são composto majoritariamente por homens. A luta e a militância das mulheres continua sendo colocada em segundo plano. São muitos os exemplos das relações de opressão no interior do ME que precisam ser superadas. O combate ao machismo no movimento estudantil é atual e necessário para que este seja uma ferramenta de transformação desta sociedade em direção a um mundo mais igual para homens e mulheres.

A auto-organização das mulheres constrói uma prática feminista na Universidade e no movimento estudantil, e é fundamental para combater todas as expressões do machismo. Organizadas em coletivos feministas e no movimento estudantil, as mulheres estão em luta para combater a desqualificação, o assédio e a violência contra as estudantes na vida universitária. Neste EME, reafirmamos a compreensão de que o machismo enfrentado cotidianamente na universidade não está desconectado da opressão do conjunto das mulheres sob o capitalismo. Esse sistema se apropria das desigualdades de gênero e raça, assim como intensifica a discriminação com relação a sexualidade. O processo de mercantilização, característico do neoliberalismo, também está na universidade e organiza a produção de um conhecimento ainda machista. As parcerias público-privadas e as leis de propriedade intelectual potencializam esse processo. As indústrias farmacêuticas, de alimentação e de cosméticos financiam e direcionam suas linhas de pesquisa, contribuindo para a manutenção do padrão de feminilidade e opressão das mulheres.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho continua marcada pela desigualdade, que se expressa, principalmente, nos salários em média 30% inferiores aos dos homens. Apesar de comporem atualmente 55% das universitárias no Brasil e de ter elevado seu nível de escolaridade, as discriminações permanecem. São

necessárias transformações estruturais na sociedade para superar a opressão e construir igualdade para todas as mulheres. Em uma conjuntura de crise global, as mulheres, sobretudo as negras e jovens, são as primeiras a sofrerem os impactos dos rearranjos feitos para salvar o sistema. O aumento das demissões e o corte dos investimentos em áreas sociais penalizam mais as mulheres, que passam a acumular tarefas que deveriam ser garantidas pelo Estado. Soma-se a isso o fato de a pobreza ser maior entre elas, de ocuparem os trabalhos mais precarizados e de serem alvo fundamental de avanço da mercantilização expressa em seus corpos. O aumento da pobreza, da precarização trabalhista e da mercantilização de tudo quanto for possível intensifica a opressão. No receituário anti-crise da maioria dos governos observamos o envio de grandes volumes de dinheiro à empresas e bancos, a reafirmação do modelo de consumo e o endividamento dos mais pobres. Nenhuma dessas propostas é capaz de responder aos profundos impactos da crise sobre a classe trabalhadora.

As mulheres dizem não ao avanço do capital e à diminuição do social, refletida na super-exploração do seu trabalho e nos negamos a pagar a conta de uma crise que não é nossa. Frente a essa realidade, as mulheres reunidas no III EME-UNE, tendo como eixo o combate ao machismo no movimento estudantil e na universidade, destacam como prioridades para sua atuação coletiva:

As mulheres transformando a universidade

A ação das estudantes organizadas em coletivos feministas e no movimento estudantil terá como ponto de partida a denúncia das diversas expressões do machismo na universidade. Os rearranjos da divisão sexual do trabalho, a desvalorização das carreiras femininas, ligadas ao cuidado, e a falta de investimento nesses cursos são elementos centrais neste debate. A elaboração de políticas de assistência estudantil que contemplem as mulheres passa pelo reconhecimento dos obstáculos específicos da permanência delas na universidade. Assegurar creches, atendimentos de saúde, moradia, transporte universitário, alimentação e bolsas, com garantia de recursos específicos das universidades para tais políticas é central. A realização de campanhas sobre assistência estudantil, com corte específico de gênero nas universidades é fundamental.

A construção de uma universidade não sexista depende da defesa da qualidade da educação como um todo. Por isso é importante que as mulheres tenham uma leitura sobre as políticas educacionais e estejam organizadas para que estas contemplem sua demanda específica. A defesa do aumento de verbas para a educação, do papel social da universidade e do tripé ensino-pesquisa-extensão também é uma bandeira das mulheres.

A denúncia do direcionamento das pesquisas, financiadas por empresas privadas e voltadas para o mercado, combinada à crítica global à mercantilização da vida, deve ser uma tarefa cotidiana. Devemos buscar linhas de financiamento próprias para programas de pesquisa de gênero que visem identificar as dificuldades e problemas presentes na realidade das mulheres da nossa sociedade, elementos necessários a nossa luta pela superação dos preconceitos e do machismo. É preciso também garantir que as mulheres estudantes participem e contribuam na formulação desse programas. Além disso, é necessário incorporar disciplinas sobre gênero e a história das mulheres nos diferentes cursos de graduação.

Pelo fim do machismo no movimento estudantil

A auto-organização permanente é nosso principal instrumento para combater a desqualificação e a violência que as mulheres sofrem no ME, onde o machismo é existente e se reproduz, assim como na organização da nossa sociedade. O conjunto do ME deve se comprometer com o combate das práticas machistas. Apesar de sermos parte expressiva da base do movimento, as entidades representativas são compostas majoritariamente por homens. A UNE e as UEEs devem cumprir as cotas mínimas para mulheres nas direções. É preciso avançar na formulação da política de cotas, implementando-as tanto no pleno quanto na executiva das entidades e criar mecanismos que garantam seu cumprimento, como a obrigatoriedade de que as chapas apresentem o mínimo de 30% de mulheres no momento da inscrição e posse, assim como a inclusão das cotas no estatuto das entidades gerais. Devemos, também, estimular a criação de diretorias de mulheres na rede do movimento estudantil como um todo, para garantir a auto-organização das mulheres e, conseqüentemente, avançar na visibilidade das pautas das mulheres, e da perspectiva feminista na construção de políticas gerais do movimento estudantil.

Através dessas diretorias e das mulheres organizadas nos núcleos das universidades, devemos criar espaços de discussão ampliados, em conjunto com os companheiros do movimento estudantil, onde seja possível travar o debate sobre a questão da mulher e construir coletivamente a superação dos preconceitos no movimento e na sociedade.

Mulheres em movimento

Em conjunto com o movimento feminista, as estudantes estão mobilizadas por bandeiras que avancem na superação da desigualdade e na conquista de liberdade e autonomia das mulheres. Estamos comprometidas com a construção da Frente contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto nos nossos estados e repudiamos a possível instalação de uma CPI do aborto.

O próximo período será marcado por duas Conferências Nacionais que exigem grande mobilização da sociedade civil organizada para a transformação democrática e igualitária de nossa sociedade. A Conferência de Comunicação, espaço privilegiado para disputar a democratização da mídia, é fundamental na luta das mulheres contra a mercantilização dos corpos e todas as outras opressões que vivemos cotidianamente, uma vez que a mídia é essencial na formação/produção das subjetividades moldadas pela cultura hegemônica. Nossa participação organizada na Conferência da Educação é central na luta pela superação do machismo na Educação Superior. Participaremos ativamente deste processo para garantir a incorporação da perspectiva feminista nas definições dessas conferências. Os acúmulos e compromissos do EME serão expressados em uma semana de ação feminista nas universidades de todo o país, indicada para setembro. Será um momento privilegiado para o debate da agenda feminista e para a luta política das mulheres por igualdade e autonomia.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2009.

ANEXO D

Declaração do 4º EME da UNE

Carta das Mulheres Estudantes Brasileiras

Nós, mulheres reunidas no IV Encontro de Mulheres Estudantes da UNE, nos dias 21 e 24 de abril de 2011, afirmamos a atualidade da luta das mulheres e reafirmamos nosso compromisso com a luta pela superação do patriarcado, do machismo, do racismo e pela garantia da nossa autonomia e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

As Mulheres transformando a universidade

A opressão das mulheres está presente no cotidiano de suas vidas. Tal opressão se estrutura a partir do espaço privado familiar e da divisão sexual do trabalho que organiza toda a estrutura social e impõe um modelo de existência eurocêntrica. Responsabiliza a mulher pelos afazeres domésticos, relacionados à limpeza, à cozinha, ao cuidado e à assistência às crianças, aos idosos e aos doentes; impõe a desvalorização e a sub-remuneração do trabalho feminino; desresponsabilizando o Estado destas tarefas coletivas, sobrecarregando as mulheres através da exploração pelo núcleo familiar. Nesse sentido, às mulheres cabe a reprodução e cuidado da sociedade.

Por outro lado, aos homens fica a responsabilidade do trabalho de produção valorizado, excluindo a mulher da participação política em nossa sociedade. Ainda hoje, somos minoria esmagadora nos espaços de decisão da sociedade, no parlamento, no legislativo e no executivo.

A violência contra a mulher também continua sendo uma realidade cotidiana, em especial na esfera doméstica. Naturaliza-se a violência psicológica, moral e a agressão física contra as mulheres. A questão da violência contra a mulher pode ser potencializada se, além de mulher, ela for lésbica, negra, pobre, migrante e portadora de deficiência.

A violência específica contra as lésbicas pode ser manifestada nos estupros corretivos, ausência de informação e métodos de proteção contra DSTs, impossibilidade de união estável com direitos plenos, enfim, ausência de políticas públicas específicas. A falta de visibilidade das lésbicas na sociedade corrobora com este cenário de descaso e negligência. Ignorar a existência das lésbicas é cercear nosso direito de lutar por nossa emancipação.

As mulheres negras ainda são aquelas que vivem uma realidade do trabalho informal e precarizado, principalmente dentro do trabalho doméstico, onde estas são a maioria. Destacamos ainda que apesar das políticas públicas como as cotas, terem

inserido a população negra nesses espaços, as mulheres negras ainda não possuem uma participação efetiva, tendo portanto uma menor representação nos espaços do movimento estudantil, que representa uma realidade branca e de classe média. O sentido do IV EME acontecer na cidade do Salvador-BA cumpre o papel de colocar nos espaços do M.E. a realidade das mulheres negras na agenda das mulheres estudantes, hoje estas são a parcela das mulheres que vivem abaixo da linha da pobreza e que sofrem com os abortos ilegais e inseguros, além de engrossarem as estatísticas de desemprego e subempregos.

Acompanhamos uma contra ofensiva conservadora em todo o país. Um importante exemplo é como foram tratadas as mais importantes pautas do movimento feminista no processo eleitoral de 2010: a união civil de pessoas do mesmo sexo, o casamento civil igualitário e o aborto. Este especificamente foi tratado como algo a ser criminalizado ou apenas não debatido.

Em nenhum momento a maternidade é tratada como escolha, direito da mulher e autonomia sobre o próprio corpo. No Plano Nacional de Direitos Humanos III a discussão sobre o aborto foi suprimida, ignorando que esse debate fosse tratado como uma questão de saúde pública, fruto da pressão religiosa. A defesa do Estado laico é central para o movimento feminista.

Sabemos que o fato de sermos estudantes é fruto da luta de mulheres que vieram antes de nós e conquistaram o direito das mulheres à educação. As mulheres representam hoje 55% dos estudantes universitários, mas ainda é necessário romper preconceitos e discriminações sociais que concentram as mulheres em áreas do saber relacionadas ao que é tradicionalmente considerado feminino.

Nos espaços da universidade são recorrentes o constrangimento moral e o assédio sexual contra as estudantes, em especial durante as festas e atividades de recepção às e aos estudantes ingressantes. Acontecimentos como o desfile das bixetes, o rodeio das gordas, os trotes e as piadas com apelo sexual são lamentáveis e reproduzem a concepção machista da mulher como mero objeto de desejo.

Também nas universidades, temos muitos desafios, necessitamos de uma política de assistência estudantil específica para as mães estudantes, assim como a efetivação do direito a licença-maternidade para as estas. As reivindicações pelas melhorias na assistência estudantil passam também pela luta pelo aumento de verbas na educação pública. Está em disputa os rumos do Plano Nacional de Educação em âmbito federal. A luta pelos 10% do PIB para a educação pública também é nossa, indo de encontro aos recentes cortes na educação que atende a agenda conservadora no país.

A organização permanente das estudantes é fundamental, pois é ela que garante a incorporação das bandeiras feministas na agenda política do movimento estudantil e da universidade. Se há avanços, ainda há muito por fazer: mesmo nos espaços do movimento estudantil persistem situações de machismo e opressão. Os espaços políticos ainda são compostos majoritariamente por homens, e a luta e a militância das mulheres continua sendo colocada em segundo plano.

Nesse sentido, as mulheres da UNE entendem que a universidade não está

deslocada do conjunto da sociedade e que na luta contra a opressão sexista é necessária a união destas às diversas instâncias dos movimentos sociais, entre elas o movimento negro, o movimento de mulheres do campo, as mulheres lésbicas, as mulheres indígenas.

Reforma Política: mais mulheres nos espaços de decisão!

A luta por mais participação política das mulheres é pungente. Mesmo que a eleição da primeira Presidenta da República mulher, tenha tido um impacto simbólico para nossa sociedade, sabemos que isso apenas não basta para mudar a vida das mulheres. Nosso debate parte da compreensão sobre as tarefas e desafios para a luta feminista. Portanto, o debate sobre Reforma Política em curso é de fundamental importância, garantindo que o processo termine com vitórias para as mulheres. Nesse sentido, a lista fechada com alternância de gênero e financiamento público de campanha são agendas comuns que possibilitarão um avanço para o aumento da participação política das mulheres nos espaços representativos.

O tema “Ô abre alas que a mulheres vão passar” deste IV EME coloca, para nós estudantes, o desafio de afirmar a nossa passagem, e chegada efetiva, nos espaços de decisão na sociedade e nos responsabiliza pela participação na luta de aprovarmos uma reforma política inclusiva em nosso país. Tendo em vista o acúmulo que tivemos neste IV EME onde destacamos mais uma vez, nossa luta pela desnaturalização do modelo de vida que a sociedade nos impõe com as atribuições e responsabilidades consideradas femininas que servem para nos encaminhar ao espaço privado, exigimos medidas efetivas para nossa garantia nos espaços públicos valorizados que tanto lutamos.

Para isso, é necessário que a UNE incida na discussão da reforma política de modo a defender a participação das mulheres nos espaços de decisão. Mas, também, que ela concretize na sua própria estrutura interna a participação efetiva das mulheres nos espaços de direção garantindo 30% de cotas para mulheres nas estruturas da entidade, assistência estudantil específica para as mulheres estudantes que garanta sua permanência na universidade.

Propomos a seguinte agenda feminista para a UNE no próximo período:

- Reforma política: Mais Mulheres nos espaços de decisão!
- Por creches universitárias em tempo integral!
- Cumprimento de 30% de cotas para mulheres na diretoria da UNE, na executiva e no pleno!
- Legalização do aborto

SEM FEMINISMO NÃO HÁ SOCIALISMO!

As mulheres estudantes também lutam por:

- » Garantia de creches e educação infantil em tempo integral;
- » Pela criação do Plano Nacional de Assistência que contemple as casas de estudantes, que respeitem a questão de gênero e raça e as creches universitárias;

- » Segurança feminina com treinamento específico 24 horas nos campi;
- » Incorporação da questão de gênero nos currículos dos cursos de ensino superior;
- » Educação não sexista, não racista e não homofóbica;
- » Ofensiva de denúncia ao machismo na Universidade e no Movimento Estudantil;
- » Fomento à produção de conhecimento sobre gênero;
- » Incorporação de bandeiras do Movimento Estudantil, que afetam fortemente as mulheres, às pautas do movimento feminista, como 10% do PIB para a educação;
- » 50% do Fundo Social para Educação;
- » Por um PNE que inclua um recorte de gênero e raça;
- » Erradicar o analfabetismo;
- » Lutar pela igualdade salarial;
- » Autonomia econômica das mulheres;
- » Legalização do aborto;
- » Fortalecer o EME entendendo ser este um espaço fundamental do Movimento estudantil;

Que as entidades do Movimento Estudantil se incorporem ao calendário unificado do Movimento Feminista:

8 de março – dia internacional de luta das mulheres

25 de maio – Dia da mulher negra latino-americana

25 de junho – dia de mobilização por uma educação não sexista

29 de agosto – dia da visibilidade lésbica

28 de setembro – dia de luta pela legalização do aborto

17 de outubro – dia de luta contra a pobreza entre as mulheres

20 de novembro – dia da consciência negra

25 de novembro – dia internacional de combate à violência contra as mulheres.

ANEXO E

Declaração do 5º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE

Mulheres na universidade

Reunidas em Camaçari, entre os dias 29 a 31 de Março de 2013, no 5º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE, as mulheres estudantes entendem que mais de 50% do corpo discente das universidades brasileiras são compostas por elas, mas ainda assim continuamos detectando a presença do machismo, que está arraigado no modo de organização da nossa sociedade e, também, do ambiente educacional. Ao entrar na universidade essa realidade já é nítida. Uma parcela significativa das estudantes ainda ingressa majoritariamente em cursos considerados femininos, ligados às ciências humanas ou aos cursos associados ao cuidado.

Sabemos também que o conteúdo que estudamos em nada reflete a vida das mulheres e isso passa por todas as áreas do saber como na saúde, história, direito, economia. A contribuição das mulheres às ciências é pouco valorizada e as grades curriculares continuam a ignorar as desigualdades de gênero. A educação sexista ainda está amplamente presente em todos os níveis educacionais e, assim, fortemente enraizado na universidade. Além disso, os espaços de poder dentro da estrutura universitária continuam dominados pelos homens, havendo poucas mulheres reitoras, chefes de departamentos e de pró-reitorias. Também por isso, as políticas de permanência das mulheres na universidade não são tratadas como prioridade pelos espaços de decisão da universidade. Faltam creches na maioria das universidades públicas do país e as residências universitárias não permitem filhos e, em algumas sequer, mulheres grávidas.

Outro aspecto importante que se destaca logo na entrada das estudantes ao ambiente universitário é a realidade dos trotes machistas, racistas e homofóbicos. Essa prática, ao contrário de ser uma brincadeira, tem o nítido objetivo de marcar, logo no início da vida universitária das mulheres, uma posição de subordinação e desigualdade. Em várias cidades, se repete um estilo de trote, em que as mulheres se submetem a simulações de conotação sexual, lembrando que a sexualidade das mulheres está sempre cerceada e ditada pelos homens. Os trotes são uma expressão real dos desafios que as mulheres vivenciam no ambiente universitário e deve ser objeto de campanha dos DCEs e Centros e Diretórios Acadêmicos, assim como tem sido objeto de denúncia pela União Nacional dos Estudantes.

As estudantes querem transformações por inteiro.

A luta por uma universidade mais justa passa por entender que está em jogo uma forte disputa de valores na sociedade brasileira, principalmente os da juventude. Hoje, a juventude, mesmo com mais poder econômico e com maior presença nos

bancos universitários, ainda está sujeita à cultura de massas, à reprodução de valores neoliberais e conservadores.

Estimula-se uma ideia individualista, de que a juventude precisa ampliar suas habilidades com o objetivo único de competir no mercado de trabalho. No entanto, sabemos que as condições estruturais que os jovens vivenciam são de ocupação de postos de trabalho precarizados, de maior suscetibilidade ao desemprego e péssima remuneração. Os que estão na universidade sustentam duplas jornadas de trabalho, para ter condições de se manter estudando. Para as mulheres estudantes, essa realidade é ainda mais dura. Muitas vezes elas são as únicas ou principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado das e dos filhos, sem acesso às creches universitárias, bolsas ou a qualquer serviço público de socialização desse trabalho.

As mulheres negras, que vivenciam o racismo também geográfico, continuam ocupando as periferias das cidades, sofrendo com a falta de serviços públicos de qualidade. Como maioria das trabalhadoras domésticas, as mulheres negras sempre lutaram por melhores condições de vida e de trabalho. Um dos frutos disso foi a aprovação da PEC das trabalhadoras domésticas, que possibilita, enfim, direitos iguais à essas mulheres trabalhadoras. Essa é, sem dúvida, uma grande conquista para a nossa sociedade.

A disputa de valores também está refletida nos meios de comunicação, onde o povo não tem voz e as mulheres continuam sendo submetidas a estereótipos opressores e vendidas como produto. A democratização dos meios de comunicação é imprescindível para que os setores oprimidos da sociedade divulguem suas realidades e disputem os valores impostos pelos grupos que controlam a mídia no Brasil.

A mercantilização do corpo e vida das mulheres é uma característica do modelo capitalista em que estamos inseridas. Ao mercantilizar as esferas de toda a vida e ao marcar a posição das mulheres na sociedade como de subordinação, vemos a representação dos corpos femininos como coisas a serem compradas, violentadas ou tomadas à força. A mercantilização e a violência sexista estão no centro da permissividade com relação aos estupros, que ocorrem principalmente entre as jovens. Os agressores são, muitas vezes, absolvidos pela sociedade e a culpa e peso recaem sobre as mulheres, que vivem sob ameaça e exclusão.

Em relação ao meio ambiente, não é diferente. A economia verde foi o ápice das falsas soluções que o capitalismo propôs como saída para crise ambiental que enfrentamos, mercantilizando a natureza, quando a única solução verdadeira é o próprio fim do capitalismo. Sabemos que essa crise afeta principalmente as mulheres camponesas, indígenas e quilombolas responsáveis pelo trabalho com a terra e pela produção de alimentos. Portanto lutar ao lado dessas mulheres pela soberania alimentar, contra o uso de agrotóxicos e pela conquista de direitos dos povos originários é também acabar lutar pela emancipação das mulheres que convivem com essas opressões.

O sistema político continua reproduzindo a noção de que o espaço público não deve ser o espaço de intervenção das mulheres. A atual constituição do sistema

eleitoral reproduz a exclusão das mulheres, levando a presença das ditas “laranjas”, com o único objetivo de cumprir a cota dos partidos políticos. Além disso, a laicidade do Estado é, a cada dia, posta mais em cheque, com o aumento do conservadorismo e das organizações religiosas machistas, racistas, homofóbicas. Nesse sentido, ainda hoje, não nos é permitido ter autonomia para decidir sobre nossos corpos, ao mesmo tempo em que um número alarmante de mulheres sofre de sérias complicações decorrentes de aborto inseguro, levando em muitos casos à morte, contribuindo de forma decisiva para o genocídio da juventude negra. Portanto é necessário reafirmar a legalização do aborto como pauta que é central da UNE a ser defendido em todos os espaços. Bem como a defesa da saúde integral da mulher com acesso a contraceptivos e planejamento familiar.

A defesa da saúde pública é fundamental para a vida das mulheres, porque nós somos a maioria dentre os usuários da saúde e também somos maioria dentre os trabalhadores. É necessário fazer a luta em defesa do SUS, entendendo que a privatização da saúde transforma direito em mercadoria. Neste sentido é necessário reafirma a luta contra a EBSERH, sendo este um projeto que privatiza a educação e a saúde, atingindo diretamente as mulheres.

Feminismo para mudar a universidade

Nós sabemos que a universidade, em todas suas esferas, ainda é produto de uma sociedade desigual e opressora. Porém, nós, mulheres estudantes, que defendemos outro modelo de sociedade, acreditamos que a universidade deve cumprir um papel importante nessa transformação. E defendemos que uma universidade de qualidade deva estar a serviço da emancipação do povo na construção de uma sociedade sem qualquer tipo de opressão e desigualdade.

Acreditamos que as mulheres identificam as amarras que as predem e que juntas podemos mudar essa realidade. As estudantes organizadas no movimento estudantil organizam coletivos de mulheres nas suas universidades, se revoltam contra os trotes machistas, racistas e homofóbicos e reivindicam questões nas suas entidades estudantis e produzem nas suas próprias experiências acadêmicas produtos sobre a realidade das mulheres. As estudantes organizadas constroem o feminismo em oposição ao machismo e lutam para desconstruir todas as práticas sexistas, racistas e lesbofóbicas. Acreditamos em um mundo sem desigualdades e no qual as construções sociais de gênero não mais existam para nos oprimir e construir hierarquia e poder dos homens sobre as mulheres. Nessa construção as estudantes afirmam a luta feminista para construir uma sociedade libertária. A partir da auto-organização somos capazes de compartilhar experiências e se fortalecer enquanto sujeitos coletivos de luta e emancipação.

Portanto, é central para a Diretoria de Mulheres da UNE construir processos que afirmem o direito à autonomia econômica das mulheres e à divisão igualitária do trabalho doméstico e de cuidados, se somando na luta pelas creches públicas e universitárias e reivindicando uma política nítida de assistência estudantil. Lutamos pela legalização do aborto como uma forma de garantir a saúde e autonomia das mulheres e exigimos o fim das práticas racistas, homofóbicas e machistas nas

universidades. Lutamos pelo direito de determinarmos a forma de viver a nossa sexualidade, sem que tenhamos que sofrer violência por isso. Lutamos para que os jovens negros e negras e indígenas possam ter iguais condições não só de entrada, mas também de permanência nas universidades. Lutamos por um futuro pleno para mulheres e homens, transformando a universidade, transformando o nosso país.

ANEXO F

Declaração do 6º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE

Carta do Paraná

Reunidas em Curitiba – território de mobilizações recentes protagonizada pelos trabalhadores e trabalhadoras da educação contra as políticas neoliberais, que no 1º de maio foram às ruas de todo Brasil, junto com toda classe trabalhadora reivindicar por mais direitos e garantir os avanços já conquistados – nos dias 1 a 3 de maio, as mais de mil mulheres estudantes de todo o Brasil organizaram o seu VI Encontro de Mulheres Estudantes da UNE, que teve como chamada *#VozesFeministas – Ocupando as universidades e pela democracia*. Nesse espaço, reafirmamos a força da mobilização feminista para o combate do machismo dentro e fora da universidade e o nosso papel protagonista nas lutas democráticas do nosso país.

Em 2015, alcançamos 10 anos desde o I EME e percebemos como eles foram importantes para o nosso acúmulo, possibilitando o surgimento de coletivos feministas a partir da perspectiva anticapitalista e revolucionária. A elaboração das estudantes parte da compreensão que a opressão patriarcal é um dos pilares de sustentação do sistema capitalista e na medida em que vivemos a maior crise do capitalismo desde 1929, os mecanismos de dominação do sistema financeiro internacional aprofundam ainda mais as opressões de gênero, orientação sexual e raça, buscando a divisão da classe trabalhadora e potencializar seus lucros.

A auto-organização aliada à articulação com movimentos sociais são os instrumentos para a construção de uma sociedade justa, igualitária, solidária. Estamos conscientes de que o fortalecimento da organização feminista potencializa a União Nacional das Estudantes na sua capacidade de responder aos desafios atuais da conjuntura, cumprindo assim seu papel histórico na sociedade. A discriminação racial é um dos pilares das desigualdades do país e ainda persiste a divisão da sociedade entre a “Casa Grande” e a “Senzala”, o “sinhôzinho” e a “mucama”, a falsa democracia racial que estrutura privilégios de uma pequena parcela em detrimento da maioria absoluta da população. O racismo é estruturante na sociedade capitalista e patriarcal e, no processo histórico de construção da nação brasileira, o povo negro sempre esteve às margens da sociedade, colocado no centro de teorias higienistas que ainda prevalecem, a exemplo das ações de criminalização da pobreza e genocídio da juventude negra.

A divisão sexual do trabalho é base material da opressão e desigualdades, as dimensões de classe, raça, orientação sexual e gênero são entrelaçadas neste engenhoso sistema de exploração e acumulação de riqueza. A população negra, indígena, quilombola e ribeirinha foram colocadas historicamente numa condição subalterna na sociedade, tendo seu papel na construção da identidade nacional invisibilizada. As lutas feministas, antiLGBTfóbicas e antirracistas contribuem de forma decisiva para a alteração dessas relações de poder e construção de igualdade.

Nesses três dias de debate aprofundamos e reafirmamos nossos

posicionamentos frente aos desafios do combate sistêmico ao machismo. O processo de enraizamento do feminismo das estudantes contribuiu pra revelar a extensão do sistema patriarcal nas universidades. A análise de que a universidade é mais um dos espaços que organiza as determinações patriarcais sobre o corpo e a vida das mulheres é necessário para que sigamos numa ofensiva contra as diversas formas de opressão que vivenciamos.

Hoje conseguimos observar a maior capacidade de denunciar e gerar reações a práticas machistas de forma mais contundente, garantindo maior capacidade das mulheres de produzir conhecimento na universidade para uma sociedade igualitária, ocupando esse espaço que nos é negado – desde os currículos que não reconhecem a desigualdade de gênero, até as estruturas da universidade que são majoritariamente ocupadas por homens e que ignoram nossas necessidades concretas pra nos manter nesse espaço. A pauta das ações afirmativas como uma ferramenta de combate às opressões, e a permanência estudantil é uma agenda constante nos nossos espaços e precisamos aprofundar instrumentos de socialização do trabalho doméstico.

As creches, RU's, residências e o currículo das universidades precisam ser acolhedoras e é necessário criarmos mecanismos de proteção contra a violência e combate a impunidade, como as ouvidorias e espaços específicos de acolhimento e devidos encaminhamentos de casos sexistas, assim como retratação das universidades garantindo o apoio institucional à proteção das vítimas e responsabilização dos agressores. Precisamos aprofundar a luta contra o machismo nas faculdades privadas, onde as mulheres são oprimidas e sua violência invisibilizada, principalmente por conta da lógica mercadológica do ensino.

Essa lógica também é agravada pela busca desenfreada do lucro pelas empresas de educação que aumentam as mensalidades abusivamente, prejudicando a todas e todos, principalmente as mulheres que tem maior dificuldade de permanecer na universidade. Nesse sentido, é importante pautar a regulamentação do ensino superior privado no Brasil para prezar pela qualidade da educação nas faculdades, assim como garantir uma formação qualificada para as mulheres. No entanto, é fundamental que a União Nacional dos e das Estudantes reafirme sua defesa incondicional por uma educação pública, gratuita de qualidade e emancipatória. A realidade das mulheres estudantes é marcada por desigualdades e a violência se constitui como instrumento de controle sobre a vida das mulheres. Precisamos avançar para uma nova realidade em que a mercantilização do nosso corpo e a violência sexista não façam parte no nosso dia-a-dia – desde os trotes machistas até ao assédio em sala de aula e grupos de pesquisa.

Violência nas Universidades

No ano passado a força e a coragem das estudantes organizadas em luta contra o patriarcado, desmascarou o esquema da violência machista em uma das maiores universidades do Brasil, a USP. E se deu exatamente como sempre acontece: uma denúncia, encoraja outra e rapidamente vemos como essas práticas fazem parte de um sistema.

A instalação de uma CPI das violações dos direitos humanos nas universidades

paulistas na Assembleia Legislativa de São Paulo foi fundamental para vir à tona uma série de violações e para realizar um amplo debate nas universidades e na sociedade. E isso só foi possível pela ampla mobilização de vários setores do movimento feminista.

Ao fim da CPI foram definidos vários encaminhamentos, entre eles, a indicação de que as universidades se responsabilizem pelos casos de violência, tomando as medidas preventivas e punitivas necessárias para acabar com a cultura do estupro dentro das instituições de ensino. Um momento importante foi quando se conseguiu barrar a colação de grau de um dos acusados de estupro na faculdade.

Enquanto estivemos reunidas no 6º EME da UNE, Rosilene, estudante de enfermagem da Univasf – BA, foi assassinada no Restaurante Universitário por seu ex-companheiro. Repudiamos o ocorrido, e reafirmamos a luta pelo direito das mulheres a viver uma vida sem violência: basta de feminicídio!

Democracia e Reforma Política

As recentes tentativas da direita de impor retrocessos a democracia somada a organização de uma agenda conservadora nos coloca a necessidade de responder, em primeira medida, com a forte organização dos movimentos sociais para pautar uma radicalização da democracia e, ainda, com aprofundamento de mudanças na economia que não imponha sobre as trabalhadoras e trabalhadores a resolução da crise.

E a juventude vem sofrendo diretamente nesse processo de acirramento do conservadorismo. A política falida de guerra às drogas serve de argumento para a invisibilização do genocídio e encarceramento da juventude negra, acentuando a criminalização da pobreza utilizando muitas vezes do poder midiático para implementar medidas nefastas, a exemplo da redução da maioria penal, traduzida na PEC 171/93. O modelo vigente de segurança pública é centrado na proteção à propriedade e pautado por um padrão higienista que vitimiza cotidianamente as populações periféricas de territórios ocupados por intervenção militar ou de organizações paralelas. Reforçamos a urgência pela aprovação do PL 4471 que põe fim aos autos de resistência e a PEC 51 que propõe o fim da militarização da polícia.

O PL4330, projeto de lei que expande a terceirização, representa um retrocesso aos direitos da classe trabalhadora e das mulheres, principalmente das mulheres negras, que são a maioria a ocupar cargos terceirizados. A terceirização representa baixos salários, ausência de leis trabalhistas, más condições de trabalho, aumento de acidentes de trabalho, assim o PL visa expandir essa situação de precariedade para todos os serviços. Reafirmamos a luta contra a precarização do trabalho e por condições dignas de trabalho para as mulheres, garantindo salário igual para trabalho igual e todos os direitos trabalhistas.

A reforma política mais do que nunca é fundamental que seja debatida e aprofundada por setores amplos, entendendo a necessidade de ampliação da participação popular. Nesse sentido, entendemos que é necessário garantir uma

maior presença das mulheres no parlamento, com o avanço para o voto em lista fechada com paridade de gênero e fim do financiamento empresarial de campanha eleitoral, assim como busca de formas de participação direta e indireta da população nos processos decisórios.

A democratização e regulamentação dos meios de comunicação estão totalmente inseridas nesse debate por uma ampliação da democracia. Precisamos garantir que nossas vozes sejam ouvidas através dos meios de comunicação para que possamos fazer uma disputa concreta de valores na sociedade, desconstruindo estereótipos que não nos contemplam e construindo sínteses coletivas sobre a realidade e como transformá-la.

Uma das principais bandeiras que orienta o movimento feminista é a legalização e descriminalização do aborto, pauta que é ordem do dia para diversos setores e que representa a luta da autonomia das mulheres pela garantia de seus direitos sexuais e reprodutivos. O aborto não é um método contraceptivo, ele é o último recurso para se impedir uma gravidez indesejada.

A mortalidade materna em decorrência da prática de aborto atinge distintamente as mulheres jovens, do campo e das periferias das cidades, em sua maioria negras e que recorrem a métodos inseguros para realização do procedimento. O genocídio da juventude negra é acentuado com a criminalização do aborto, já que há uma predominância de mulheres negras que morrem em decorrência de aborto inseguro e à espera de atendimento de urgência nas longas filas dos postos de saúde, que ainda as tratam como criminosas. O Estado é negligente em ações efetivas que combatam essas mortes e contribui decisivamente para o genocídio das mulheres jovens e negras. A clandestinidade do aborto alimenta o mercado das clínicas de planejamento familiar que realizam de forma segura o procedimento mediante o pagamento de valores altos.

Depois de 10 anos de construção dos Encontros de Mulheres Estudantes da UNE, essa agenda já se dá por todo o conjunto do ME como uma construção importante e necessária, por isso é necessário avançarmos ainda mais para dentro da própria UNE empoderando ainda mais mulheres nos espaços de decisão política da entidade. Compreendemos o Movimento Estudantil, bem como as demais organizações políticas como espaços que também reproduzem as relações de machismo, isto se evidencia na medida em que mesmo atualmente tendo mais de 50% de mulheres nas universidades, os espaços de representação política são ocupados majoritariamente por homens. A Paridade é uma ferramenta para garantir a participação das mulheres nos espaços de poder. Assim o conjunto das mulheres estudantes reivindicam, com muita unidade, rumo ao 54º Congresso da UNE, a resolução estatutária de paridade de composição para a sua gestão, executiva e plena da UNE e apontamos, também, a necessidade de construirmos esse orientação com sua rede de UEEs, DCEs, DAs e CAs.

Convocamos todas as mulheres estudantes da União Nacional das Estudantes para compor uma grande agenda de lutas das mulheres, que nos somemos a luta educacional das professoras de todo país, estaremos de mãos dadas com a Marcha das Margaridas, ao lado das trabalhadoras da terra por mais direitos, juntas com a Marcha das Mulheres Negras gritando contra o genocídio da juventude negra, contra

o encarceramento das jovens e pelo bem viver. Seguiremos em luta e em marcha até que todas nós sejamos livres.

COMBATE AO MACHISMO, essa luta nos UNE!

Curitiba, 03 de maio de 2015.